

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

80

Jul/Set 2024



**Banco do
Nordeste**

OBRA PUBLICADA PELO



**Banco do
Nordeste**

PRESIDENTE

Paulo Henrique Saraiva Câmara

DIRETORES

Ana Teresa Barbosa de Carvalho,
José Aldemir Freire,
Leonardo Victor dantas da Cruz,
Luiz Abel Amorim de Andrade,
Thiago Alves Nogueira e
Wanger Antônio de Alencar Rocha

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Allisson David de Oliveira Martins
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Rogerio Sobreira Bezerra

Editor-Chefe
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo
Allisson David de Oliveira Martins

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Allisson David de Oliveira Martins
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Produção Agropecuária
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Serviços e Comércio

Wellington Santos Damasceno

Comércio Varejista e Turismo

Laura Lúcia Ramos Freire

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiário

José Wilker de Sousa Martins

Jovem Aprendiz

Pedro Icaro Borges de Souza

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

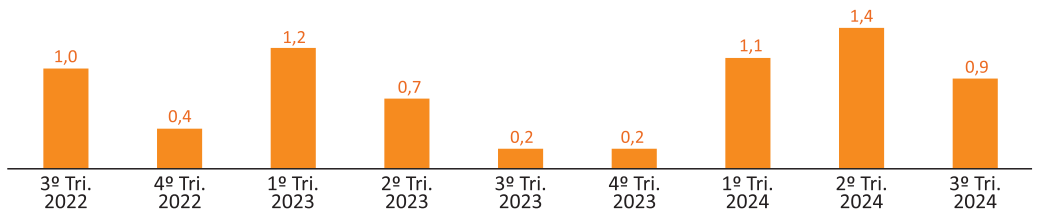
1 Atividade Econômica	4
2 Produção Agropecuária.....	8
3 Produção Industrial	14
4 Serviços.....	19
5 Varejo	22
6 Turismo	25
7 Mercado de Trabalho	28
8 Comércio Exterior	36
9 Finanças Públicas	44
10 Intermediação Financeira	50
11 Índices de Preços	55
12 Cesta Básica	59

1 Atividade Econômica

1.1 Produto Interno Bruto

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou alta de 0,9% no terceiro trimestre de 2024, relativamente ao segundo trimestre deste ano. Esse resultado ficou levemente acima das expectativas do mercado, que projetava uma expansão de 0,8%, e não contava com o forte estímulo econômico proveniente do mercado interno, associado com a expansão de 1,5% no Consumo das Famílias, refletindo o aumento do poder de compra e no acesso ao crédito, a alta de 0,8% no Consumo do Governo e o crescimento dos gastos com investimentos das empresas, os quais registraram avanço de 2,1% no período. Quanto ao setor externo, as exportações de bens e serviços continuam sendo um desafio, pois caíram -0,6%, enquanto as importações de bens e serviços cresceram 1% nesse período. Em comparação com o mesmo trimestre do ano passado, o PIB brasileiro cresceu 4%, ao passo que no acumulado dos últimos quatro trimestres observa-se um crescimento de 3,1%.

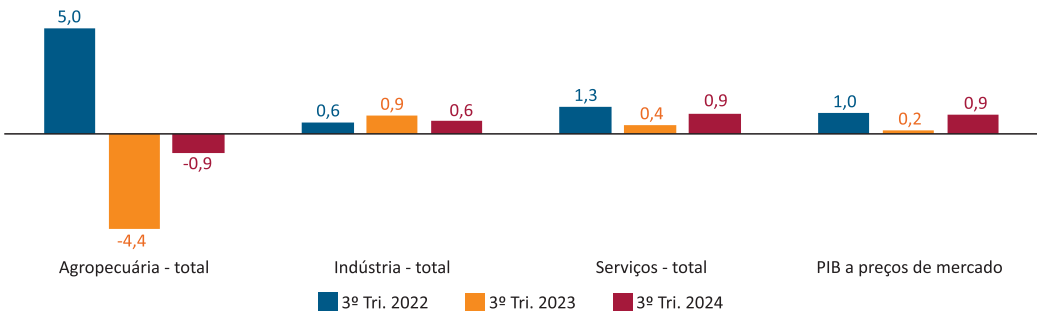
Gráfico 1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao trimestre anterior - 2022 a 2024*



Fonte: IBGE (2024). Elaboração: Etene (2024).
(*) Com ajuste sazonal.

Em termos setoriais, o destaque foi o setor com maior peso no PIB, o de Serviços, que avançou 0,9%, seguido pela Indústria (expansão de 0,6%). Já a Agropecuária recuou 0,9% no período, relativamente ao que foi produzido no trimestre anterior. O bom desempenho dos Serviços foi influenciado principalmente pelas expansões nas atividades de Informação e comunicação (alta de 2,1%), Outras atividades de serviços (1,7%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,5%) e Atividades imobiliárias (1,0%). Com relação à Indústria, o crescimento foi influenciado pela alta de 1,3% nas Indústrias de Transformação, enquanto as outras atividades produtivas, como Construção, Eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos sólidos e indústrias extrativas experimentaram retração de, respectivamente, -1,7%, -1,4% e -0,3%. Já o setor agropecuário teve seu desempenho prejudicado devido à baixa na produção anual e perda de produtividade da cana (-1,2%), do milho (-11,9%) e da laranja (-14,9%), cujas safras são, geralmente, significativas no terceiro trimestre.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Oferta - % em relação ao trimestre imediatamente anterior - 2022 a 2024*



Fonte: IBGE (2024). Elaboração: Etene (2024).
*Com ajuste sazonal.

Muito embora o resultado do terceiro trimestre indique uma desaceleração econômica relativamente ao trimestre anterior, ele demonstra a resiliência da economia em manter o crescimento, cuja projeção para o ano sinaliza para uma taxa acima de 3%, reforçando a percepção de que a economia permanece

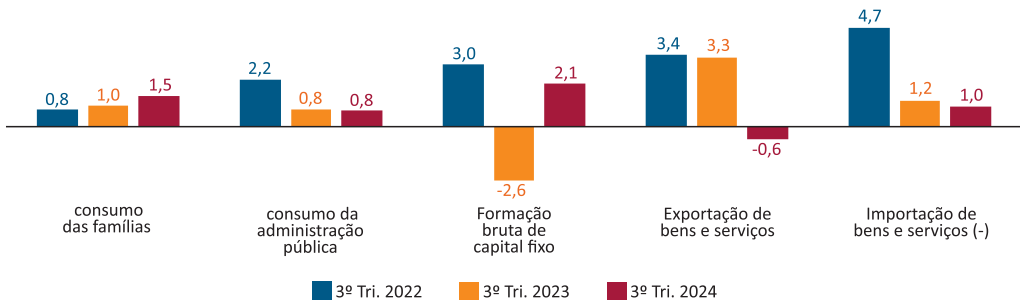
aquecida, crescendo acima do potencial, influenciando positivamente o mercado de trabalho. Esse resultado vem surpreendendo o mercado, cuja mediana das expectativas de crescimento para 2024, inseridas no Boletim Focus, do Banco Central, evoluiu de 1,5% no começo do ano para 3,2% no último relatório. Certamente, esse PIB mais forte, impulsionado especialmente pelo aquecimento da demanda, tende a pressionar a inflação, que ainda permanece em patamares elevados, acima da meta estabelecida pelo Bacen, fato que poderá influenciar as decisões futuras do Comitê de Política Monetária no sentido de prosseguir com uma política monetária restritiva, o que, certamente, vai influenciar o nível da atividade econômica nos próximos meses.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias e os investimentos foram os principais motores de crescimento. O fim das medidas de restrição contra a Covid-19 e o aumento da renda diante da melhora do mercado de trabalho e de benefícios fiscais ajudaram a estimular o consumo, enquanto o setor imobiliário foi destaque em investimentos. Já o setor externo contribuiu negativamente para essa variação positiva do PIB total, uma vez que as Importações cresceram mais do que as Exportações no período.

De acordo com os números divulgados pelo IBGE, o Consumo das famílias subiu 1,5%, relativamente ao segundo trimestre deste ano, enquanto na comparação interanual, ou seja, comparativamente ao mesmo trimestre de 2023, apresentou uma taxa mais expressiva (5,5%), influenciada pelos programas governamentais de transferência de renda e pelo mercado de trabalho aquecido, que estimula o consumo das famílias através da renda proveniente do trabalho. Já a despesa de Consumo do Governo apresentou alta de 0,8% sobre o segundo trimestre deste ano e 1,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Outro importante componente da demanda agregada, a Formação Bruta de Capital Fixo, também avançou, tanto relativamente ao trimestre anterior (expansão de 2,1%), quanto na comparação interanual (10,8% de expansão), o que se explica pela elevação na importação de bens de capital, na produção interna de bens de capital, no desenvolvimento de software e, principalmente, pelo ritmo das atividades no setor de Construção.

No setor externo, as Exportações de bens e serviços registraram queda de -0,6% em relação ao segundo trimestre de 2024, enquanto na comparação interanual apresentaram alta de 2,1%, com os melhores resultados advindos da ampliação das exportações de produtos alimentícios, outros equipamentos de transporte, extração de minerais metálicos e produtos químicos. As Importações de bens e serviços, por sua vez, cresceram 1,0%, relativamente ao segundo trimestre deste ano e 17,7% quando comparadas ao mesmo período de 2023. Este expressivo crescimento das importações, relativamente ao ano passado, foi influenciado pelas altas verificadas em vários itens da pauta, notadamente, produtos químicos, máquinas e equipamentos elétricos, máquinas e equipamentos; veículos automotores; e serviços.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto – PIB – Brasil – Demanda - % do 3º Trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior – 2022 a 2024*



Fonte: IBGE (2024). Elaboração: Etene (2024).
*Com ajuste sazonal.

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2024 foi de 17,6% do PIB, acima dos 16,4% registrados no terceiro trimestre do ano passado. Já a taxa de poupança recuou para 14,9%, abaixo dos 15,4% do mesmo trimestre de 2023. Essa queda na poupança está relacionada com o crescimento, bem acima do PIB, do Consumo das Famílias.

Como os números revelam, os resultados do PIB no terceiro trimestre de 2024 estiveram acima das expectativas, mas é preciso chamar a atenção para o fato de que esse ritmo de crescimento tem

sido mantido pela demanda, estimulada pela política fiscal expansionista, que se concretiza através do aumento de gastos com pessoal, os programas de transferências de renda, e o aumento dos benefícios e do número de beneficiários da previdência. Um aspecto positivo do atual contexto macroeconômico é que o mercado de trabalho continua aquecido, com o nível de ocupação elevado, com baixa taxa de desemprego, gerando um contexto de altas expressivas do rendimento do trabalho, o que, certamente, vai continuar impulsionando o Consumo das famílias. No entanto, já se prenuncia uma preocupação quanto aos impactos futuros desses fatores sobre o desempenho econômico, potencializados pela depreciação cambial e os aumentos dos preços da energia elétrica e dos combustíveis na inflação.

1.2 Inflação, Juros e Câmbio

O cenário internacional mostra a atividade econômica global ainda resiliente, apesar da tendência de desaceleração, enfrentando um ambiente onde a maioria dos bancos centrais dos países vem adotando políticas monetárias restritivas. Em alguns países, os bancos centrais já reduziram as taxas de juros enquanto outros ainda não iniciariam o ciclo de cortes. Nos EUA, por exemplo, ainda existem incertezas sobre o ritmo de desaceleração da atividade econômica, da desinflação e, consequentemente, sobre as decisões a serem tomadas pelo Federal Reserve (Fed). De qualquer forma, o que pode ser extraído do quadro internacional é a firme postura dos bancos centrais das principais economias em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho.

Portanto, o ambiente externo permanece bastante desafiador, exigindo muita cautela por parte das autoridades monetárias dos países emergentes, quanto ao corte das taxas de juros. No caso do Brasil, a atividade econômica continua se expandindo, crescimento de 0,9% no terceiro trimestre deste ano, enquanto o mercado de trabalho tem se mantido aquecido. Some-se a isso a elevação das projeções de inflação e as expectativas de inflação desancoradas, formando um ambiente favorável para a inflexão da política monetária, forçando o Bacen a interromper o ciclo de queda dos juros para adotar uma política monetária contracionista, necessária para o processo de convergência da inflação para a meta inflacionária. Segundo o Copom, a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação, mas também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.

Na realidade, as decisões do Bacen têm revelado seu firme compromisso não apenas com o controle da inflação, mas também com o lado real da economia, tendo em vista que a estabilidade de preços melhora as expectativas dos agentes econômicos, possibilitando que o País cresça com geração de empregos, além de garantir o poder de compra dos brasileiros, especialmente dos mais pobres. Na realidade, o atual cenário de atividade econômica em patamar elevado, de mercado de trabalho aquecido, de projeções de inflação cada vez maiores e de expectativas desancoradas, justifica uma política monetária mais contracionista.

Convém salientar que um dos pressupostos para essa atuação do Bacen e que, certamente, vai permitir a distensão da política monetária, tem a ver com a postura do Governo Federal em manter uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida, de forma a contribuir para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros.

A inflação acumulada em doze meses voltou a subir, assim como as expectativas de inflação de curto e médio prazos. A inflação de serviços está segurando a trajetória positiva da desinflação, o que está complicando a normalização da política monetária. A divulgação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de setembro de 2024 acelerou a 0,56% no mês e a inflação acumulada em 12 meses aumentou para 4,76%. A mediana das expectativas de inflação da pesquisa Focus para 2024, 2025 e 2026 sinaliza para uma trajetória de declínio, com as projeções indicando uma variação do IPCA acumulado em quatro trimestres, de 4,71% em 2024, 4,40% em 2025, 3,81% em 2026 e 3,50 em 2027.

Com relação à taxa Selic, o ritmo de ajustes futuros e a magnitude total do ciclo ora iniciado serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e dependerão da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária. Espera-se que a nova Direção do Bacen, que irá assumir a Gestão em janeiro de 2025, permaneça com o

compromisso de assegurar uma taxa de juros compatível com a trajetória de convergência da inflação à meta estabelecida.

A trajetória considerada para a taxa Selic no cenário de referência, extraída da pesquisa Focus, é de subida de juros para 11,75% ao final de 2024, evoluindo para 12,63% em 2025. Nos últimos meses, a Selic subiu de 10,50% para 10,75% em setembro último, alcançando, atualmente, o patamar de 11,25%.

Com relação à taxa de câmbio nominal real/dólar, em setembro, vários indicadores macroeconômicos, relacionados aos ambientes doméstico e internacional, influenciaram o comportamento da taxa de câmbio no final do trimestre, que alcançou R\$ 5,44 por dólar. Essa taxa é influenciada fortemente pelo comportamento dos investidores, cujas decisões são baseadas na evolução das estatísticas econômicas, notadamente as associadas com os resultados fiscais do Governo Federal. Atualmente, o mercado projeta uma tendência de crescimento da dívida pública, bem como percebe o desequilíbrio contínuo das contas públicas, influenciando na trajetória da taxa Selic.

Vale lembrar que a depreciação cambial, juntamente com as expectativas desancoradas da inflação, tende a influenciar a inflação futura. O “pass through” do câmbio por mais tempo, eleva a inflação no período subsequente, e quanto maior a percepção de risco, maior a intensidade do “pass through”.

As expectativas do relatório Focus apontam para um câmbio de R\$ 5,70/US\$ ao final de 2024 e de R\$ 5,60/US\$ em dez./2025. Mas o cenário não é dos mais favoráveis, tendo em vista a deterioração do risco do Brasil em relação a outros emergentes, as expectativas desancoradas há bastante tempo e uma política monetária que, gradativamente, vem perdendo potência por conta do contexto internacional e das incertezas internas.

2 Produção Agropecuária

2.1 Agricultura

Segundo dados do IBGE, a estimativa para 2024 aponta produção de grãos no País de 293,7 milhões toneladas, quebra de safra em -6,9% frente ao ano Safra de 2023, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (Tabela 1).

Entre as principais causas da perda na produção de grãos, principalmente nas safras de verão, estão as condições climáticas que não foram adequadas para o desenvolvimento das culturas, pois apresentaram clima seco e quente. Entre as regiões, este clima seco e quente vem atingindo com maior intensidade a Região Centro-Oeste, uma das maiores regiões produtoras de soja e milho do País.

Tabela 1 – Brasil, Nordeste e Estados selecionados: Safra de grãos (em toneladas) - 2023 e 2024

Brasil e Grandes Regiões	Safra 2023		Safra 2024		Variação entre as Safras 2024 e 2023	
	Produção (t)	Part. (%)	Produção (t)	Part. (%)	Absoluta	Relativa (%)
Norte	16.824.740	5,33	18.921.318	6,44	2.096.578	12,5%
Nordeste	26.961.133	8,55	25.872.476	8,81	-1.088.657	-4,0%
Maranhão	6.537.881	2,07	6.653.524	2,26	115.643	1,8%
Piauí	6.442.898	2,04	5.805.182	1,98	-637.716	-9,9%
Ceará	475.580	0,15	537.908	0,18	62.328	13,1%
Rio Grande do Norte	37.873	0,01	36.925	0,01	-948	-2,5%
Paraíba	61.839	0,02	107.655	0,04	45.816	74,1%
Pernambuco	96.527	0,03	208.651	0,07	112.124	116,2%
Alagoas	131.923	0,04	175.077	0,06	43.154	32,7%
Sergipe	1.028.554	0,33	1.028.539	0,35	-15	0,0%
Bahia	12.148.058	3,85	11.319.015	3,85	-829.043	-6,8%
Sudeste	30.672.745	9,73	25.835.593	8,79	-4.837.152	-15,8%
Sul	79.862.018	25,32	78.999.845	26,89	-862.173	-1,1%
Centro-Oeste	161.068.641	51,07	144.149.169	49,07	-16.919.472	-10,5%
Brasil	315.389.277	100,00	293.778.401	100,00	-21.610.876	-6,9%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Nota (1): Participação das regiões e estados em relação ao País.

Regionalmente, Centro-Oeste (-10,5%) apresenta maior perda de safra, devido ao impacto das condições climáticas, marcado com ausências de chuva e altas temperaturas na Região, assim, resultando quebra de safra em -16,9 milhões de toneladas de grãos. Em seguida, registra-se também redução da produção de grãos no Sudeste (-15,8%), Nordeste (-4,0%) e Sul (-1,1%).

Em termos de participação, o Centro-Oeste deverá permanecer como maior produtor nacional de grãos, atingindo 144,1 milhões de toneladas de grãos, cerca de 49,07% do total do País. Na sequência, o Sul, com produção de 78,9 milhões de toneladas, participa com 26,89% da produção nacional em 2024; Nordeste deverá atingir produção de 25,87 milhões de toneladas (8,81%); Sudeste registrará 25,83 milhões de toneladas (8,79% do total) e Norte, com produção de 18,9 milhões de toneladas de grãos, participará com 6,44% do total de grãos produzidos no Brasil.

Quanto à produção de grãos no País, os resultados para a Safra 2024 são bastante desafiadores para algumas culturas, como milho, sorgo, soja e amendoim; enquanto, são promissores para culturas como trigo e algodão. Destacam-se em crescimento as produções de algodão (+14,5%), trigo (+5,3%), feijão (+5,3%) e arroz (+2,8%), conforme dados da Tabela 2. Enquanto, as estimativas para os resultados para a Safra de 2024 deverão ser prejudicados para as seguintes lavouras: milho (-11,9%), amendoim (-9,5%), sorgo (-8,7%), mamona (-5,3%) e soja (-4,9%), que apresentaram declínio, diante dos efeitos adversos das condições climáticas.

Para os demais produtos agrícolas, no País, destacam-se em crescimento a produção das culturas de castanha-de-caju (+30,7%), tomate (+8,2%), batata-inglesa (+5,5%) e café (+0,3%), conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Principais produtos da Safra no Brasil e Nordeste (Em mil toneladas) – 2023 e 2024

Principais Lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE / BR 2022
	Safra 2023	Safra 2024	Var. (%)	Safra 2023	Safra 2024	Var. (%)	
Cereais, leguminosas...	315.389.277	293.778.401	-6,9	26.961.133	25.872.476	-4,0	8,8
Algodão	7.733.764	8.858.355	14,5	1.937.501	2.013.487	3,9	22,7
Amendoim	862.821	780.862	-9,5	11.004	12.487	13,5	1,6
Arroz	10.282.517	10.568.167	2,8	351.877	347.224	-1,3	3,3
Feijão	2.951.728	3.108.932	5,3	470.960	520.845	10,6	16,8
Mamona	33.556	31.763	-5,3	33.268	29.993	-9,8	94,4
Milho	131.085.011	115.527.165	-11,9	9.863.382	8.033.430	-18,6	7,0
Soja	151.966.022	144.518.179	-4,9	14.756.410	15.370.100	4,2	10,6
Sorgo	4.307.118	3.934.127	-8,7	257.244	295.352	14,8	7,5
Trigo	7.753.911	8.167.925	5,3	35.112	34.818	-0,8	0,4
Banana	6.862.774	6.854.138	-0,1	2.404.532	2.433.926	1,2	35,5
Batata - inglesa	4.248.474	4.480.946	5,5	331.764	334.587	0,9	7,5
Cacau	290.630	279.959	-3,7	120.045	111.288	-7,3	39,8
Café	3.418.554	3.429.626	0,3	247.349	249.900	1,0	7,3
Cana-de-açúcar	713.293.700	704.464.788	-1,2	56.864.670	57.921.864	1,9	8,2
Castanha-de-caju	116.829	152.736	30,7	116.014	152.085	31,1	99,6
Fumo	694.895	627.748	-9,7	25.455	26.541	4,3	4,2
Laranja	15.482.662	13.169.098	-14,9	1.131.685	1.109.149	-2,0	8,4
Mandioca	19.133.751	18.852.396	-1,5	4.174.843	4.326.173	3,6	22,9
Tomate	3.915.209	4.237.974	8,2	492.788	488.603	-0,8	11,5
Uva	1.719.630	1.459.927	-15,1	513.048	492.732	-4,0	33,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).
Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Quanto à produção de grãos no Nordeste, soja deverá se destacar em crescimento, que obteve acréscimo de +613,0 mil toneladas, cuja variação será +4,2%, superior à média nacional. Na sequência, algodão (acrécimo de 75,9 mil toneladas; +3,9%), feijão (aumento em 49,8 mil toneladas; +10,6%) e sorgo (+38,1 mil toneladas; +14,8%), vide Tabela 2.

Desta forma, no ranking regional de produção de grãos na Safra 2024, deverá despontar a produção de soja, alcançando 15,3 milhões de toneladas do grão, seguido por milho (8,0 milhões de toneladas, mesmo diante de quebra de safra de -18,6%, perda de 1,8 milhão de toneladas), algodão (2,0 milhões de toneladas) e feijão (520,8 mil toneladas).

A área plantada com grãos no Nordeste foi estimada em 11,9 milhões de hectares em 2024. Diante das expectativas da melhoria dos preços praticados no mercado das principais culturas, como aumento do preço médio da pluma do algodão, soja e seus derivados, haverá aumento de +0,2% frente à safra anterior. Desta forma, as culturas soja e algodão obtiveram significativos avanços na área plantada, crescimento de +9,1% e +5,9%, nesta ordem, frente à safra passada. No entanto, milho registrou perda de área plantada em 10,1% frente à safra passada.

Considerando a proporção de área plantada para as principais culturas, verifica-se que soja e milho representam com 36,9% e 22,8% sobre a área plantada total destinada ao plantio de grãos, nesta ordem, ou seja, cerca de 59,7% da área plantada das lavouras no País.

Em relação aos demais produtos agrícolas na Região Nordeste, excetuando grãos, em 2024, destacam-se em crescimento da produção as culturas de castanha-de-caju, que além do aumento em

+31,1%, participa em média de 99,6% da produção nacional de castanha-de-caju. Na sequência, têm-se os crescimentos de fumo (+4,3%), mandioca (+3,6%), cana-de-açúcar (+1,9%), banana (+1,0%, participação de 35,7% da produção nacional), café (+1,0%) e batata-inglesa (+0,9%).

2.2 Pecuária

As informações para o setor agropecuário seguiram tendência de crescimento no terceiro trimestre de 2024. A estimativa de crescimento para a Pecuária foi influenciada principalmente pela produção de bovinos, com peso significativo, que será determinante no Valor Bruto da Produção da Pecuária. Mesmo com oferta de carne bovina em excesso, os preços seguem valorizados. Desta forma, diante do aumento da produção e aumento dos preços da carne bovina, projeta-se crescimento no VBP da bovinocultura em +19,5%, em comparação com 2023, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (2024).

O cenário interno positivo tem contribuído para que o País continue como um dos principais produtores do setor no mercado internacional. Tanto os alimentos quanto os insumos agrícolas empreendem progressivamente como instrumentos geopolíticos de poder nas relações entre os países. Nessa conjunção, após a instabilidade geopolítica internacional devido o conflito entre Rússia e Ucrânia no início de 2022, desde então, os mercados voltaram a equilibrar.

No mercado brasileiro, os insumos agropecuários e alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizaram recuperação em seus volumes tanto no País, quanto na Região Nordeste.

Nessa conjuntura, o setor da pecuária nacional vem sendo impulsionado diante de fatores externos. A estimativa de sustentação de valorização das cotações da arroba do boi gordo para abate vem impulsionada pela demanda dos brasileiros. A procura do mercado externo ainda segue aquecida, na expectativa de aumento de consumo da carne bovina pela China (Tabela 4).

Bovinos

No País, a quantidade de bovinos abatidos no 3º trimestre de 2024 cresceu 15,3%, frente ao mesmo trimestre do ano anterior, conforme dados da Tabela 4 (IBGE). Foram abatidos, em média, 10,37 milhões de cabeças de bovinos no País, recorde de acordo com a série histórica iniciada em 1997 (Tabela 4).

Tabela 3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha – Brasil – 3º trimestre de 2023 e 2024

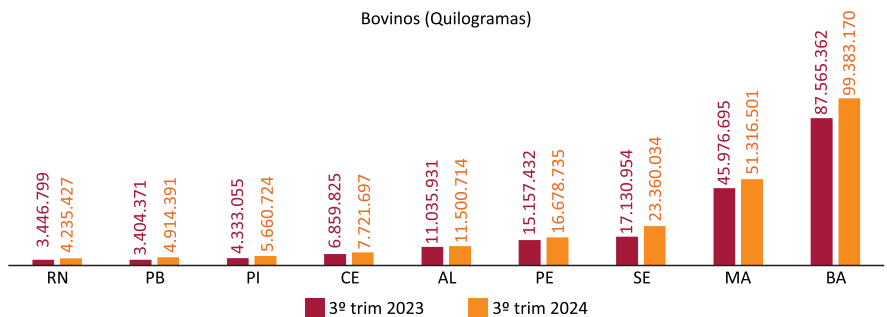
Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	3º trimestre de 2023			3º trimestre de 2024			Variação (%) 3º trimestre 2024 / 2023	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Mil cabeças ou carcaças)								
Bovinos	8.997.920	743.843	8,3	10.371.926	878.294	8,5	15,3	18,1
Suínos	14.640.143	168.076	1,1	14.953.164	164.278	1,1	2,1	-2,3
Frangos	1.580.558.451	58.168.501	3,7	1.624.516.166	68.589.438	4,2	2,8	17,9
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	2.396.438	194.910	8,1	2.748.414	224.771	8,2	14,7	15,3
Suínos	1.375.914	13.533	1,0	1.402.617	13.564	1,0	1,9	0,2
Frangos	3.314.098	126.212	3,8	3.471.696	156.793	4,5	4,8	24,2
Leite (Mil litros)								
Adquirido	6.318.682	496.209	7,9	6.296.772	528.525	8,4	-0,3	6,5
Industrializado	6.308.560	496.126	7,9	6.290.758	527.864	8,4	-0,3	6,4
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	1.086.440	182.990	16,8	1.198.377	206.004	17,2	10,3	12,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha.

Para este período, o aumento na quantidade de bovinos abatidos foi induzido principalmente pela aquecida demanda internacional por carne bovina do Brasil, que elevou os investimentos. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, entre janeiro e outubro de 2024, tanto a quantidade de carne exportada (2,4 milhões de toneladas exportadas) quanto sua receita (US\$ 10,5 bilhões) apresentaram crescimento, +29,9% e +22,8%, nesta ordem, na comparação com os dez primeiros meses de 2023.

Na Região Nordeste, que representa 8,5% do quantitativo de bovinos abatidos no País, registrou considerável acréscimo de +18,1%, em comparação ao 3º trimestre de 2023. Nesse período, Paraíba (+43,8%) destaca-se em crescimento, seguido por Sergipe (+40,8%) e Piauí (+34,4%). Em relação ao 3º trimestre de 2023, foram abatidos 134,4 mil bovinos a mais no Nordeste, com destaque para Bahia (+55,1 mil cabeças de bovinos), seguido por Maranhão (+26,0 mil cabeças de bovinos) e Sergipe (+23,7 mil cabeças de bovinos). Desta forma, em participação, Bahia (42,9%) marca como o maior abatedor de bovinos na Região; na sequência, Maranhão (23,7%) e Sergipe (9,3%).

Gráfico 1 – Peso das carcaças de bovinos- Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2023 e 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

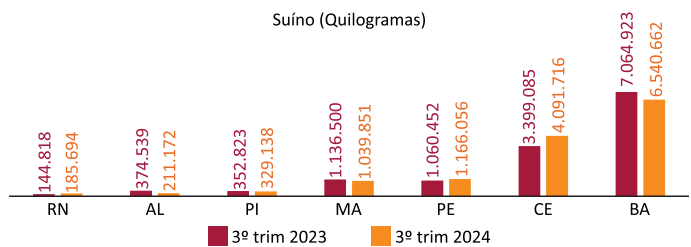
Suíños

No País (+1,9%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou crescimento nos comparativos entre os terceiros trimestres de 2024 e 2023. Com maior demanda por carne suína nos mercados internos e externos, a oferta não acompanhou o ritmo, assim, registraram-se aumentos pontuais nos preços da carne suína. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior, no acumulado de janeiro a outubro de 2024, registrou aumento do volume exportado de carne suína de 10,7%, frente ao mesmo período de 2023, com 1,121 milhão de toneladas embarcadas.

Para o Nordeste, houve recuo no quantitativo de suínos abatidos, retração de -2,3%, frente ao mesmo trimestre do ano anterior. Este fato deriva pela desvalorização no mercado local, e com menor liquidez interrompe alta de preços. No entanto, a expectativa dos suinocultores se mostra otimista fundamentada pelo período de festas de fim de ano.

No 3º trimestre de 2024, entre os produtores dos abates suínos na Região, Bahia desponta como maior rebanho (peso regional de 43,6%), em seguida, Ceará (peso regional de 29,0%) e Pernambuco (11,2% do peso regional). Quanto ao crescimento, Ceará registra maior acréscimo do número de animais abatidos (+4,6 mil suínos abatidos, +10,7%, frente ao período anterior). Na sequência, Pernambuco (+1,2 mil suínos, +7,0%) e Rio Grande do Norte (+527 suínos, +23,4%).

Gráfico 2 – Peso das carcaças de suínos - Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2023 e 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

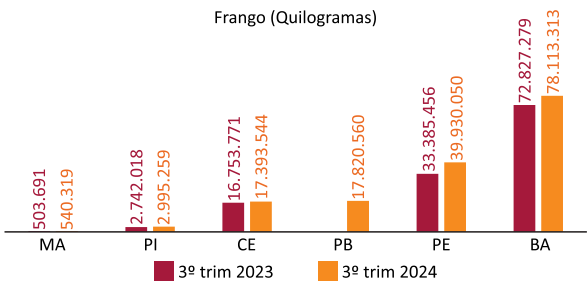
Frangos

No 3º trimestre de 2024, o total de frangos abatidos no País correspondeu a 3,4 milhões de toneladas, ampliação em +4,8%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Este fato se deve ao aumento da demanda doméstica e externa. No mercado externo, entre janeiro e novembro, as exportações de carne de frango registraram alta de 3,7%, frente ao mesmo período anterior, atingindo 4,845 milhões de toneladas (Secex/ME). Ainda assim, o Brasil responde por quase 35% das vendas mundiais da carne de frango (USDA).

Para o Nordeste, o cenário apresentou-se favorável no abate de frangos para o 3º trimestre de 2024, acréscimo no total do peso das carcaças de frango foi de +24,2%, aumento de 30,5 mil de toneladas, frente ao mesmo período do ano anterior. O quantitativo do peso das carcaças de frangos abatidos chegou em 156,7 mil toneladas de frango, com aumento de +30,5 mil toneladas de frango, resultado fortemente determinado pelo crescimento do abate de frangos em Pernambuco.

Em Pernambuco, com o segundo maior crescimento no País no 3º trimestre de 2024, o abate de frangos avançou +19,6%, ou seja, acréscimo de 6,5 mil toneladas, frente ao 3º trimestre de 2023, chegando a produzir 39,9 mil toneladas de frango. Além de permanecer como o segundo maior produtor de carne de frango da Região, produzindo cerca de 25,5% do total do abate de frango na Região, atrás apenas de Bahia, que produziu cerca de 49,8% da Região.

Gráfico 3 – Peso das carcaças de frangos- Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2023 e 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

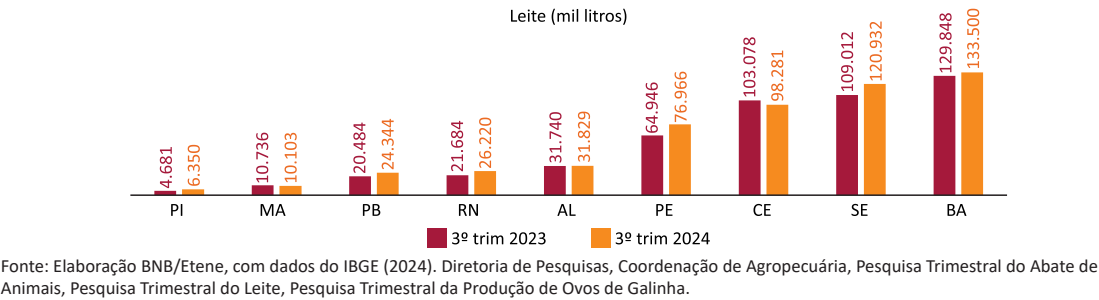
Produção de Leite

Quanto à produção de leite no País, verificou-se redução da aquisição tanto para o leite cru (-0,3%) quanto para o industrializado (-0,3%), frente ao 3º trimestre de 2023. A aquisição nacional de leite foi negativamente impactada sobretudo devido à alta nos custos de produção, com resultado puxado pela redução de aquisição de leite cru no Rio Grande do Sul (-39,13 mil litros), Rondônia (-21,32 milhões de litros) e Santa Catarina (-19,46 milhões de litros).

No Nordeste, que representa 8,4% da produção nacional, foram captados cerca de 528,5 milhões de litros de leite cru e 527,8 milhões de litros de leite industrializado no 3º trimestre de 2024. Comparativamente ao 3º trimestre de 2023, o acréscimo foi de 32,3 milhões de leite cru e de 31,7 milhões de litros de leite industrializado na Região, representando aumento de +6,5% para o leite cru e +6,4% para o leite industrializado.

Entre os estados da Região, destacam-se no crescimento da produção de lei cru: Pernambuco (+12,0 milhões de litros), Sergipe (+11,9 milhões de litros) e Rio Grande do Norte (+4,5 milhões de litros). Em termos de participação do total regional, Bahia permanece como maior produtor regional de leite, com participação de 25,3% da produção regional, seguido por Sergipe (22,9% do peso regional) e Ceará (18,6%).

Gráfico 4 – Produção de leite - Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2023 e 2024



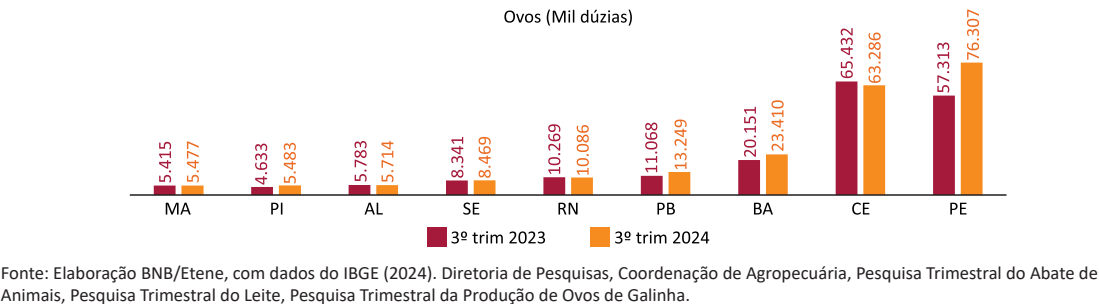
Produção de Ovos

A produção de ovos de galinha no País foi de 1,19 bilhão de dúzias, no 3º trimestre de 2024. No Nordeste, a produção chegou em 206,0 milhões de dúzias de ovos, crescimento de +12,6% ante ao 3º trimestre do ano anterior, valor superior à média nacional, que foi de +10,3%, no período em análise.

Na Região, embora o setor continue sendo impactado pela alta dos custos de produção, a demanda regional por ovos de galinha segue aquecida.

Entre os estados, Pernambuco (+18,3 milhões de dúzias de ovos) e Bahia (+3,2 milhões de dúzias de ovos) apresentaram significativos acréscimos na produção de ovos de galinha, em relação ao 3º trimestre de 2023. Neste cenário, Pernambuco continua como maior produtor de ovos da Região, com produção de 76,3 milhões de dúzias, cerca de 37,0% da produção regional de ovos de galinha, seguido por Ceará, com produção de 63,2 milhões de dúzias de ovos, apesar da queda de produção em -3,3%, no período em análise.

Gráfico 5 – Produção de ovos de galinha - Estados do Nordeste - 3º trimestre de 2023 e 2024



3 Produção Industrial

Atividade Industrial Brasil

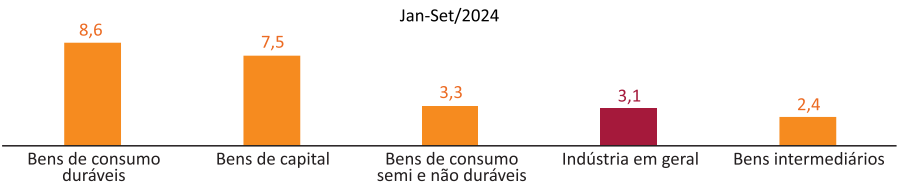
A produção industrial avançou 1,1% em setembro de 2024, frente ao mês anterior. Com esse resultado, ultrapassou o patamar pré-pandemia, produzindo 3,1% acima do observado em fevereiro de 2020, mas ainda se encontra 14,1% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Frente a igual período do ano anterior, também registrou avanço em setembro (3,4%), contribuindo para o desempenho positivo do acumulado dos nove primeiros meses do ano (3,1%) e da taxa anualizada encerrada em setembro (2,6%).

Na comparação trimestral, a indústria nacional teve desempenho positivo crescente ao longo dos três trimestres de 2024: 2,0%, 3,3% e 3,9%, respectivamente. Destaque-se que predominaram taxas positivas para todas as grandes categorias econômicas, em todos os trimestres. Na passagem do 2º para o 3º trimestre, as maiores taxas ficaram com bens de capital (de 12,0% para 11,9%) e bens de consumo duráveis (de 7,8% para 16,4%). Embora com menor intensidade, os bens intermediários também ganharam dinamismo (de 1,2% para 3,0%).

Assim, a taxa no acumulado do ano até setembro refletiu o avanço em todas as 4 grandes categorias econômicas (Gráfico 1): bens de consumo duráveis (8,6%), bens de capital (7,5%), bens de consumo semi e não duráveis (3,3%) e bens intermediários (2,4%), único com desempenho abaixo da média geral (3,1%).

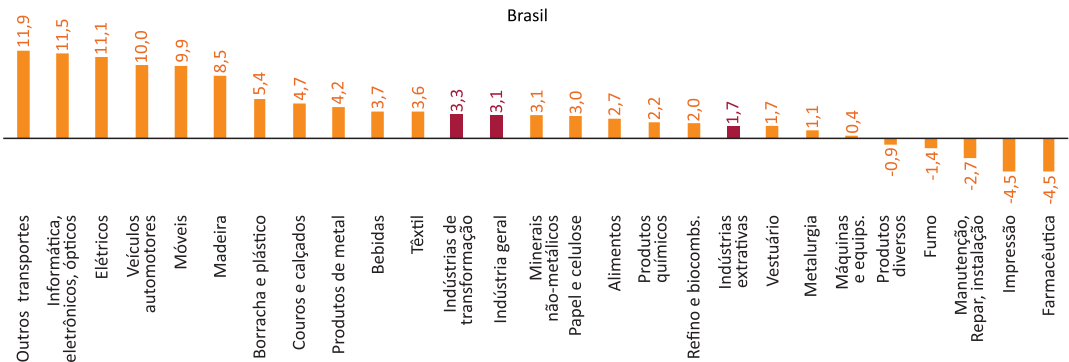
Gráfico 1 – Taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Brasil – Acumulado jan-set 2024 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE.

Quanto ao desempenho das seções e atividades industriais, a variação no acumulado do ano (3,1%) também apontou crescimento na indústria extrativa (1,7%) e de transformação (3,3%), com avanço disseminado em 19 de suas 24 atividades (Gráfico 2). Destaque para veículos (10,0%), alimentos (2,7%) e refino e biocombustíveis (2,0%). Os registros negativos, menos intensos, tiveram pouco peso na média total, o mais significativo foi em farmacêutica (-4,5%).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção industrial, por seções e atividades (%) - Brasil – Acumulado jan-set de 2024 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB / Etene, com dados do IBGE.

Análise e perspectiva

Os dados de setembro da pesquisa Sondagem Industrial da CNI indicaram aumento no número de empregados pelo terceiro mês consecutivo. Esse avanço foi puxado pelas indústrias de médio e grande portes, uma vez que houve recuo nas empresas de pequeno porte. O avanço do número de empregados também foi visto em todas as regiões do País, com exceção da Sudeste, onde se manteve estável na passagem de agosto para setembro.

A utilização da capacidade instalada (UCI) ficou estável em 72%, mas acima da média histórica para o mês de setembro (71%), sendo considerada como em patamar elevado pelo setor. Entre regiões, os resultados foram heterogêneos: houve recuo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, avanço no Nordeste, e estabilidade no Norte.

A percepção dos empresários, a respeito das condições financeiras no 3º trimestre, avançou e foi de satisfação pelo segundo trimestre consecutivo. Quanto ao lucro operacional, embora continue a sensação de insatisfação, ficou menos intensa no 3º trimestre, pois o avanço no indicador sinaliza para uma redução nessa insatisfação. O indicador de evolução do preço de matérias-primas revelou a percepção de aumento dos preços de insumos, de forma mais intensa e disseminada do que no 2º trimestre. As condições de acesso ao crédito melhoraram. Embora permanecendo abaixo da linha divisória, houve avanço no indicador, sinalizando para melhora nessa percepção de dificuldade entre os trimestres.

Os problemas reportados como os mais frequentemente enfrentados no 3º trimestre de 2024 foram a elevada carga tributária, a falta ou alto custo de matérias-primas e a falta ou alto custo de trabalhadores qualificados.

Os indicadores de expectativa revelam moderação do otimismo em outubro. No mês, os índices de expectativa de demanda, número de empregados e de compras de matérias-primas recuaram, mas permanecem otimistas. O índice de expectativa de quantidade exportada foi o único a avançar no mês. Diante da manutenção do otimismo, em geral, o índice de intenção de investimento avançou em outubro, ficando em patamar elevado (58,3 pontos), 6,2 pontos acima da média histórica da série, de 52,1 pontos.

Nesta perspectiva, previsões de mercado têm intensificado o otimismo para o fechamento do ano de 2024. As “Projeções LCA”, por exemplo, projetam crescimento de 3,3% para a indústria em geral, com taxas positivas para as 4 grandes categorias econômicas: bens de capital (6,6%), intermediários (2,7%), de consumo duráveis (7,5%), de consumo semi e não duráveis (3,5%).

Atividade Industrial Nordeste

Em setembro de 2024, a indústria do Nordeste avançou na maioria das comparações divulgadas pelo IBGE (Tabela 1). Embora tenha recuado em relação ao mês passado (-0,5%), cresceu 7,4% ante setembro de 2023; 1,8%, no acumulado do ano, e 1,7%, na taxa anualizada. Na comparação trimestral, o Nordeste ganhou dinamismo: saindo de 1,2% para 5,3% na passagem do 2º para o 3º trimestre. Neste último, superou a média nacional (3,9%).

Tabela 1 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – Mês de referência: setembro de 2024

Locais	"Setembro 2024/ Agosto 2024"	"Setembro 2024/ Setembro 2023"	"Acumulado Janeiro-Setembro"	"Acumulado nos Últimos 12 Meses"
Brasil	1,1	3,4	3,1	2,6
Nordeste	-0,5	7,4	1,8	1,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

Comparando com o nível de produção exatamente anterior à pandemia (fevereiro de 2020), a defasagem da indústria da Região se acentuou na passagem de agosto para setembro de 2024. A produção passou de 17,4% para 18,0% a menos do que o realizado antes da crise sanitária. Já em âmbito nacional, essa mesma comparação melhorou, ultrapassou em 3,1% a produção realizada em fevereiro de 2020, ficando em patamar superior pelo quarto mês consecutivo.

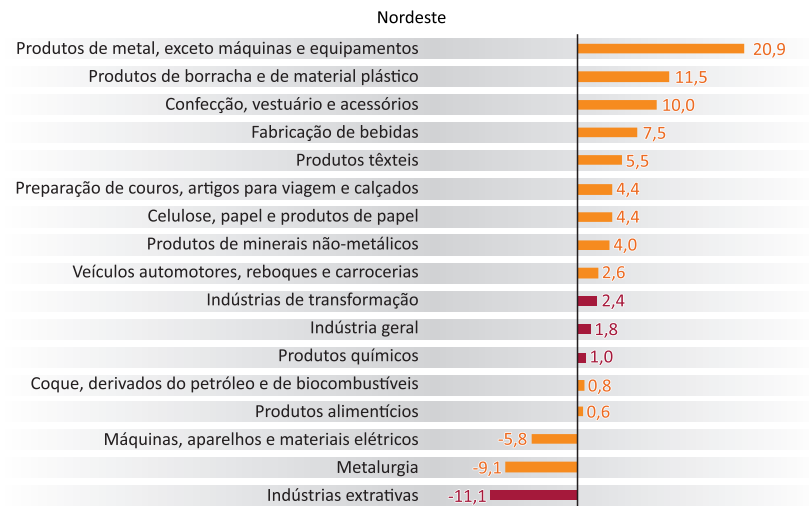
Embora se tenha observado taxas regionais reduzidas no pós-pandemia, em grande parte abaixo do desempenho nacional, os dados mais recentes vêm mostrando recuperação, associados a perspectivas mais otimistas. Uma série de investimentos vêm sendo anunciada em diversas áreas, como em energias limpas, com destaque para o hidrogênio verde; setor automobilístico, em especial híbridos e elétricos que atraem também investimentos de novos fornecedores; além do complexo industrial da saúde, metalurgia, alimentos e elétrico, gerando boas expectativas para a indústria local.

Análise do comportamento industrial regional

No acumulado dos 9 primeiros meses de 2024, praticamente todos os locais pesquisados pelo IBGE apresentaram resultado positivo, única exceção foi o Rio Grande do Sul (-0,2%). A indústria regional registrou, contudo, a segunda menor taxa positiva do País (1,8%). Teria melhor resultado não fosse a forte retração na indústria extrativa (-11,1%) e na metalurgia (-9,1%) que impactaram a média da região com intensidade semelhante. A indústria extrativa foi influenciada, em especial, pelos recuos em óleos brutos de petróleo, minério de cobre e sal associado à extração.

A Indústria de Transformação (2,4%) mostrou avanço disseminado (Gráfico 3). Cresceu em 12 de suas 14 atividades pesquisadas, com destaque para borracha e plástico (11,5%), produtos de metal (20,9%) e bebidas (7,5%). As reduções ocorreram em metalurgia (-9,1%), como citado anteriormente, e em máquinas e aparelhos elétricos (-5,8%).

Gráfico 3 – Taxa de crescimento da produção industrial, por seções e atividades (%) – Nordeste – Acumulado janeiro-setembro de 2024 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

Conforme a pesquisa Sondagem Industrial da CNI, que ajuda a complementar a percepção sobre a indústria local, outros indicadores apontam para melhores perspectivas na indústria regional. Na passagem de agosto para setembro, houve aumento no número de empregados, pelo 4º mês consecutivo. Também por quatro meses seguidos, elevação na utilização da capacidade instalada (UCI) que passou de 72% para 74% (5 p.p. acima da média histórica da série, 69%).

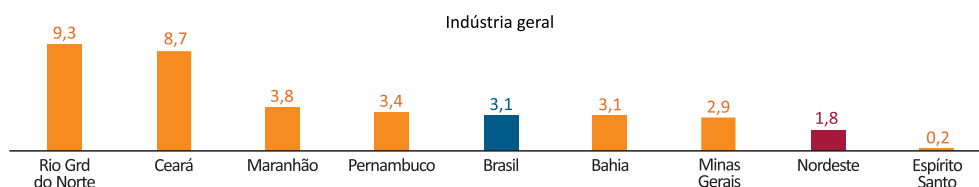
Todas as expectativas dos empresários do Nordeste se mantiveram otimistas na passagem de setembro para outubro: demanda, exportação, compra de matérias-primas e empregados. O maior destaque, contudo, foi na expectativa de investimento para os próximos 6 meses, que subiu 5,2 p.p. em outubro e alcançou 63,6 pontos, bem acima da média da série histórica (53,7 pontos).

Atividade Industrial nos estados da área de atuação do BNB

Nos nove primeiros meses de 2024, a indústria nacional (3,1%) registrou avanço em quase todos os locais pesquisados pelo IBGE. Nesta base de comparação, Rio Grande do Norte (9,3%) e Ceará (8,7%)

lideraram o ranking nacional pelo 3º mês consecutivo. As taxas para os demais estados da área de atuação do BNB, foram (Gráfico 4): Maranhão (3,8%), Pernambuco (3,4%), Bahia (3,1%), Minas Gerais (2,9%), e Espírito Santo (0,2%). A média do Nordeste foi de 1,8%, no período.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil, Nordeste e estados da área de atuação do BNB – Acumulado jan-set de 2024 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE.

A indústria potiguar (9,3%) garantiu mais uma vez a liderança nacional no acumulado do ano, posição que vem mantendo de forma ininterrupta desde julho de 2023, ou seja, há 15 meses. No resultado de 2024, foi puxada por refino e biocombustíveis (24,3%), em especial óleo diesel e gasolina automotiva. Contudo, houve retração em alimentos (-0,9%) e indústria extrativa (-57,0%).

A indústria do Ceará apresentou o 2º melhor desempenho nacional do período (8,7%), com avanço intenso e disseminado: taxa positiva em 7 das 11 atividades pesquisadas, sendo que em 4 delas, à taxa de 2 dígitos - produtos de metal (30,7%), têxtil (25,4%), couro e calçado (25,2%), vestuário (24,9%). O maior dinamismo tem repercutido no mercado de trabalho, de janeiro a setembro de 2024, a indústria triplicou o saldo de vagas, alcançando quase 14 mil postos de trabalho formais (Novo Caged). Destaque para os segmentos calçadista, confecção e alimentício, que representaram cerca de 82% do total.

Pernambuco (3,4%) registrou avanço em 8 das 12 atividades pesquisadas. Os melhores resultados vêm de veículos (6,8%), produtos de metal (20,0%) e outros transportes (64,6%). Conforme a Sondagem Industrial do Estado, divulgada pela Fiepe, a UCI de setembro aumentou 6 p.p., para 70%, superando setembro do ano passado (66%). O índice que mede a intenção de investimentos avançou 8,4 p.p. na passagem de setembro (59,4) para outubro (67,8 pontos), indicando propensão mais intensa a investir. Os principais problemas enfrentados no 3T24 foram: as elevadas carga tributária e taxa de câmbio e a falta de capital de giro. Cabe destacar que o Estado tem sido líder em geração de emprego no Nordeste por 3 meses seguidos (agosto a outubro), influenciado em grande parte pela indústria, em especial de alimentos.

A indústria da Bahia cresceu 3,1% no ano. Além da indústria extrativa (4,2%), avançou na de transformação (3,0%), puxada por 6 das 10 atividades pesquisadas. Destacaram-se refino e biocombustíveis (5,2%), borracha e plástico (10,6%) e químicos (5,2%). Teria melhor resultado não fosse o recuo em metalurgia (-15,0%). Na comparação trimestral, todas as taxas foram positivas ao longo do ano ganhando dinamismo na passagem do 2º para o 3º trimestre, de 1,1% para 5,0%.

O Maranhão (3,8%) apontou bom desempenho na Indústria de Transformação (5,2%). Nesta, avançou em todas as 5 atividades, com destaque para metalurgia (7,3%), papel e celulose (5,5%) e bebidas (7,8%). Contudo, recuou na indústria extrativa (-6,4%), em especial minério de ferro. Sobre perspectiva, merece destaque estudo da Fiema que aponta que a confiança do industrial maranhense cresceu em outubro, atingindo seu segundo melhor resultado este ano e que as expectativas para os próximos 6 meses apontam para um crescente otimismo em todos os componentes avaliados. A pesquisa avalia que este otimismo pode estar relacionado à oportunidade de renovação do parque fabril, estimulado por políticas como o Nova Indústria Brasil.

O resultado acumulado de Minas Gerais (2,9%) repercutiu tanto a indústria extrativa (6,3%), quanto a de transformação (1,6%). Já Espírito Santo assinalou relativa estabilidade (0,2%), influenciada positivamente pela Indústria de Transformação (0,9%) e negativamente pela extrativa (-0,3%).

Tabela 2 – Taxa de crescimento da produção industrial, por seções e atividades – Brasil, Nordeste e Estados da área de atuação do BNB – Acumulado jan-set de 2024 (Base: igual período do ano anterior).

	Brasil	Nordeste	Maranhão	Ceará	Rio Grd do Norte	Pernam-buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Indústria geral	3,1	1,8	3,8	8,7	9,3	3,4	3,1	2,9	0,2
Indústrias extrativas	1,7	-11,1	-6,4	-	-57,0	-	4,2	6,3	-0,3
Indústrias de transformação	3,3	2,4	5,2	8,7	20,2	3,4	3,0	1,6	0,9
Produtos alimentícios	2,7	0,6	0,1	-1,4	-0,9	1,1	-0,3	2,9	1,4
Bebidas	3,7	7,5	7,8	8,3	-	4,6	7,3	7,2	-
Produção de fumo	-1,4	-	-	-	-	-	-	7,7	-
Produtos têxteis	3,6	5,5	-	25,4	-	-	-	-	-
Confecção de vestuário e acessórios	1,7	10,0	-	24,9	23,0	-	-	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	4,7	4,4	-	25,2	-	-	-5,6	-	-
Celulose, papel e produtos de papel	8,5	4,4	5,5	-	-	-1,0	4,2	1,4	-8,0
Coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis	3,0	0,8	-	-1,4	24,3	-0,6	5,2	0,3	-
Produtos químicos	-4,5	1,0	-	-19,2	-	-1,6	5,2	5,0	-
Produtos de borracha e de material plástico	2,0	11,5	-	-	-	4,6	10,6	-3,6	-
Produtos de minerais não metálicos	2,2	4,0	3,9	6,8	-	3,6	-7,0	6,9	0,0
Metalurgia	-4,5	-9,1	7,3	7,6	-	-0,4	-15,0	-4,0	5,2
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	5,4	20,9	-	30,7	-	20,0	-	12,0	-
Máquinas, aparelhos, materiais elétricos	3,1	-5,8	-	-13,2	-	5,7	23,7	14,5	-
Máquinas e equipamentos	1,1	-	-	-	-	-	-	-8,5	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	4,2	2,6	-	-	-	6,8	-	3,4	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	11,5	-	-	-	-	64,6	-	-	-

Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE.

Projeções da Macrométrica, disponíveis para alguns dos estados da área de atuação do BNB, estão otimistas para os resultados industriais de 2024. A previsão para o Ceará é de um crescimento de 6,33%; Bahia, de 2,10%; Pernambuco, 1,85%; Minas Gerais, 1,55% e Espírito Santo, de 1,11%.

4 Serviços

O volume de serviços no Brasil registrou crescimento de 2,9% na comparação do acumulado até setembro de 2024 com o mesmo período do ano anterior. O resultado foi divulgado pelo IBGE por meio da Pesquisa Mensal de Serviços. A estimativa de crescimento para o Nordeste é de 2,2%, segundo o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-Etene.

O resultado foi influenciado pelo crescimento verificado em todos os grupos pesquisados, são eles: Serviços prestados às famílias (+4,7%), Serviços de informação e comunicação (+6,1%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (+7,6%), Outros serviços (+2,3%) com exceção de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio que teve resultado negativo (-2,2%) na mesma comparação.

Em relação às subatividades (Tabela 1), a maioria das atividades registraram variação nacional positiva, com exceção de Transporte terrestre (-2,4%), Transporte aéreo (-3,7%) e Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,4%).

Volume de Serviços na área de atuação do Banco do Nordeste

Na análise estadual, registrou-se crescimento acima do resultado nacional (+2,9%) em cinco dos estados da área de atuação do Banco do Nordeste, a saber: Sergipe (+6,1%), Espírito Santo (+5,8%), Piauí (+5,4%), Paraíba (+3,9%) e Pernambuco (+3,6%) conforme Gráfico 1.

O IBGE analisa o desempenho das atividades apenas em cinco, dentre os onze estados pertencentes à área de atuação do BNB, onde o destaque positivo foi verificado nos Serviços de informação e comunicação com crescimento de 11,3% em Pernambuco.

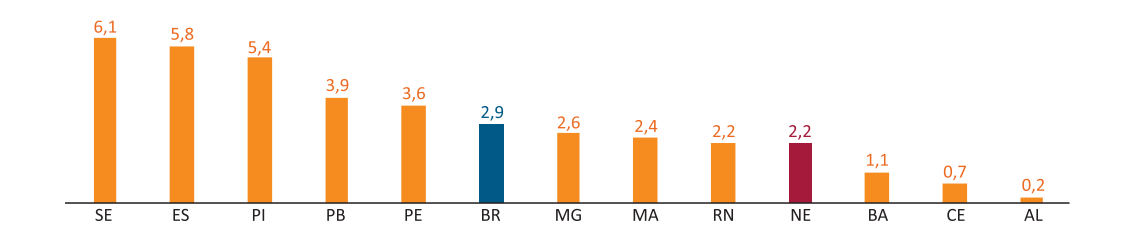
Conforme o Gráfico 2, o setor apresenta crescimento desde 2020 com o pico da série em 2024, mas com perda de força, comparado com 2021 e 2022. A tendência mostra crescimento mais suave com preocupações sobre o a atividade de Transportes. O setor continua com níveis acima do período pré e pós-pandemia, demonstrando que o efeito desta já foi diluído.

Segundo o Instituto, o acumulado do ano, frente a igual período de 2023, cresceu 2,9%, com quatro das cinco atividades de divulgação apontando taxas positivas e crescimento em 58,4% dos 166 tipos de serviços investigados. Entre os setores, as contribuições positivas mais importantes ficaram com os ramos de serviços profissionais, administrativos e complementares (7,6%); e de informação e comunicação (6,1%), impulsionados pelo aumento das receitas das empresas que atuam nos segmentos de agenciamento de espaços de publicidade; atividades jurídicas; intermediação de negócios em geral por meio de aplicativos ou plataformas de e-commerce; e serviços de reservas relacionados a hospedagens, no primeiro setor; e de telecomunicações; portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet; desenvolvimento e licenciamento de softwares; e atividades de TV aberta, no último.

Os demais avanços vieram dos serviços prestados às famílias (4,7%); e dos outros serviços (2,3%), explicados, principalmente, pelo aumento na receita das empresas de restaurantes; serviços de bufê; espetáculos teatrais e musicais; e hotéis, na primeira atividade; e de corretoras de títulos e de valores mobiliários; seguros, previdência complementar e planos de saúde; coleta de resíduos não perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial; administração de cartões de crédito; e atividades imobiliárias, na segunda.

A única influência negativa veio dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,2%), pressionados pela menor receita em rodoviário de cargas; gestão de portos e terminais; e transporte aéreo.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e Estados selecionados – Acumulado setembro 2024/2023



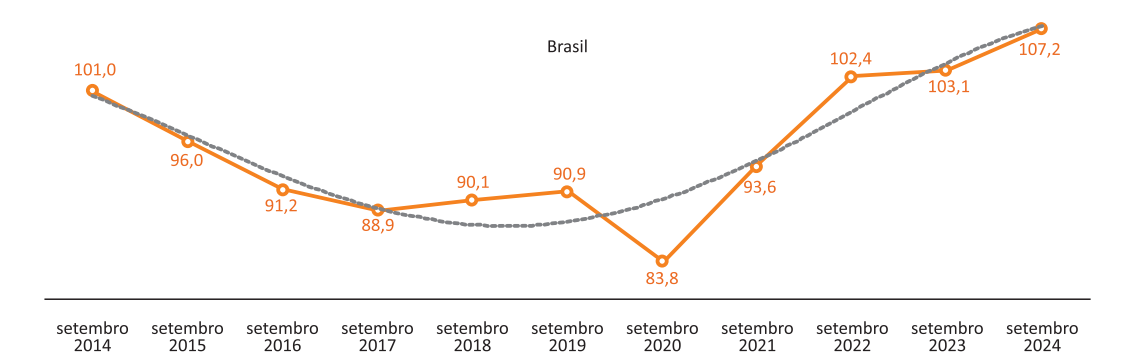
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e Estados selecionados ⁽¹⁾

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernam-buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	4,7	8,1	6,3	7,8	9,1	-5,9
Serviços de alojamento e alimentação	4,6	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	5,0	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	6,1	5,3	11,3	0,1	8,4	2,1
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	6,4	-	-	-	-	-
Telecomunicações	5,2	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	7,7	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	4,5	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	7,6	-2,7	5,0	2,3	-3,3	3,3
Serviços técnico-profissionais	18,7	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	0,5	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-2,2	-0,7	-0,2	-0,6	2,8	8,9
Transporte terrestre	-2,4	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	3,0	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	-3,7	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-2,4	-	-	-	-	-
Outros serviços	2,3	-1,2	-5,1	-4,2	-6,7	8,2
Total	2,9	0,7	3,6	1,1	2,6	5,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Notas (1): Variação % do acumulado setembro de 2024/2023. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

Gráfico 2 – Índice do Volume de Serviços – Brasil – Setembro 2014 a 2024 (2022=100).



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços - setembro 2024.

Sobre a pesquisa

A PMS produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação. Há resultados para o Brasil e todas as Unidades da Federação. Os resultados podem ser consultados no Sidra.

A pesquisa passou por atualizações na seleção da amostra de empresas, além de alterações metodológicas, com o objetivo de retratar mudanças econômicas na sociedade. São atualizações já previstas e implementadas periodicamente pelo IBGE.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Serviços - PMS.

5 Varejo

O volume de vendas do Comércio Varejista restrito no Brasil cresceu 4,8% no acumulado até setembro de 2024 na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estimativa de crescimento do Setor no Nordeste é de 7,2% sob a mesma comparação, segundo o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-Etene.

No Comércio Varejista Ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas apresentou crescimento de 4,5% na mesma comparação. Para o Nordeste, a estimativa de crescimento é de 7,6%.

Dentre os grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os maiores crescimentos foram verificados em Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (+14,7%) e em Veículos e motos, partes e peças (+13,3%).

Em relação aos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, todos registraram volume de crescimento positivo para o comércio varejista restrito no acumulado até o terceiro trimestre de 2024 na comparação com o mesmo período do ano anterior, com destaques para a Paraíba (+12,2%) e Ceará (8,2%). A exceção foi o Espírito Santo com resultado negativo de -0,5%. Quanto ao comércio varejista ampliado todos os estados da área de atuação tiveram resultados positivos com destaque também para a Paraíba (+11,2%), Pernambuco (+8,3%) e Maranhão (+8,2%).

Dentre os cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste no qual são analisadas as atividades, os destaques positivos foram em Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos no Espírito Santo (+21,6%) e no Ceará (20,2%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação em Minas Gerais (+74,6%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico no Espírito Santo (+37,8%) e Veículos, motocicletas, partes e peças em Pernambuco (+23,8%).

A última atualização da Pesquisa Mensal do Comércio ocorreu em 2017 tendo como referência a pesquisa Anual do Comércio de 2014. Na ocasião, segundo o IBGE, foram selecionadas 6157 empresas. Nos anos seguintes foram identificadas necessidades por novas informações, decorrentes de mudanças na economia e defasagem das bases amostrais.

No setor de comércio, foi identificada pelo Instituto a necessidade de ampliação do âmbito da pesquisa para englobar informações referentes ao segmento de Atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, os atacarejos. Até então não eram investigadas as receitas dos supermercados classificados como comércio atacadista e uma parte importante de vendas nesse segmento não era identificada. A mudança foi importante, pois esse tipo de comércio ganhou força durante a pandemia e a inclusão da atividade aprimora a informação da atividade de varejo e atacado de alimentos. Num ambiente de inflação e de queda da renda, as famílias mudaram o padrão de consumo.

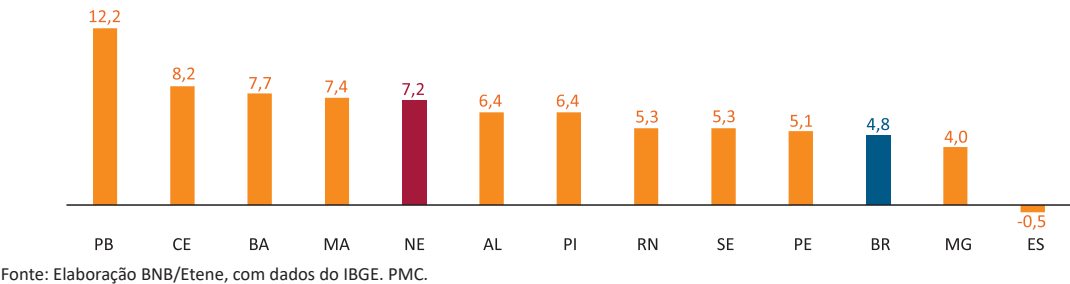
O comércio varejista com o resultado índice de 107,3 em setembro de 2024, completou o terceiro ano consecutivo com ganhos e desempenho superiores a 2021. Na análise da série histórica do número índice de setembro (2014-2024), o ano de 2024 continua com trajetória ascendente e com nível superior ao pico da presente série registrado em 2020. Esse crescimento é resultado de um crescimento sustentado considerando que 2023 foi o ano com completa reabertura da economia e suspensão quase que total das barreiras sanitárias devido à pandemia da Covid-19. Sendo assim, 2024 se encaminha para uma expectativa de crescimento sustentado, consolidando o fim dos problemas econômicos trazidos pela pandemia.

Espera-se em 2024 o uso da inteligência artificial com impactos em áreas como análise de crédito, alocação de pessoal, marketing, logística e, portanto, com ganhos para o Setor. Os shoppings centers ainda possuem um papel importante, mas os varejistas irão rever o tamanho das lojas, e por consequência, o seu sortimento com o desafio de equilibrar estoques e a experiência dos clientes. Outro ponto é a consolidação de novos pontos de venda a exemplo de strip malls, aeroportos e terminais de ônibus como alternativa a shoppings e lojas de rua, fortalecendo o varejo de vizinhança. Movimento semelhante será a profissionalização do varejo de proximidade com lojas menores e oferta de conveniência concorrendo diretamente com a informalidade.

A volta do consumo de bens de maior valor foi impulsionada em 2024 pela queda de juros. Soma-se a isso o Programa Desenrola que ajudou a regularizar as finanças dos consumidores, trazendo uma massa importante de volta ao consumo, dentre outros programas. A sinalização tem sido destacada por fabricantes e redes de supermercados, atacarejos e farmácias nas últimas semanas, ainda que de forma cautelosa. Há indicadores positivos que podem, inclusive, melhorar resultados e margens dos grupos, caso se consolidem como tendência.

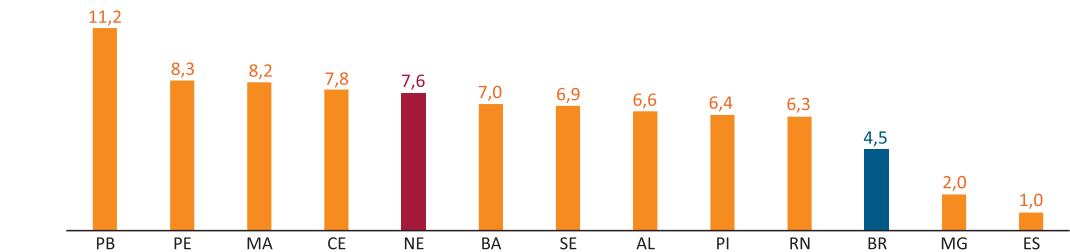
Observa-se uma mudança de foco de consumo nos últimos meses que passa de um cenário de orçamento mais restrito, concentrado em produtos básicos, para um momento com mais espaço para que haja consumo de outros tipos de produtos. Tal cenário teve relação com o aumento do crédito, em virtude da diminuição da taxa básica de juros, assim como crescimento da massa de rendimento real e da população ocupada. Com a perspectiva de aumento de juros, o momento pode ter uma desaceleração com impacto dos resultados do ano.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de varejo restrito - Brasil e estados selecionados – Acumulado setembro 2024/2023



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC.

Gráfico 2 – Variação (%) do volume de vendas varejo ampliado - Brasil e estados selecionados – Acumulado setembro 2024/2023



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC.

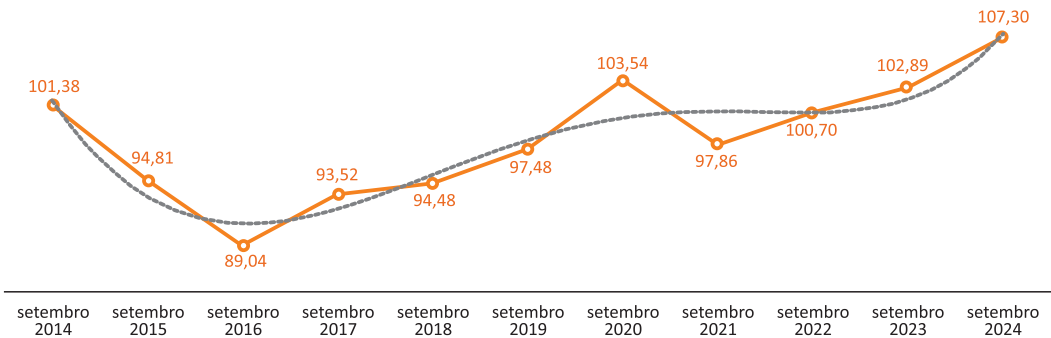
Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados Acumulado setembro 2024/2023.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernam-buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	4,8	8,2	5,1	7,7	4,0	-0,5
Combustíveis e lubrificantes	-2,4	10,4	-0,2	0,9	-10,3	0,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,1	5,4	6,5	10,4	4,4	2,4
Hipermercados e supermercados	5,8	5,7	8,4	11,4	5,1	-2,5
Tecidos, vestuário e calçados	1,2	5,2	-9,8	1,3	1,5	2,4
Móveis e eletrodomésticos	3,3	5,9	8,3	7,1	2,0	1,1
Móveis	5,6	10,9	3,1	10,1	-0,6	7,6
Eletrodomésticos	2,7	4,8	10,1	4,8	3,3	-0,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	14,7	20,2	10,8	13,5	13,1	21,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,7	-3,6	2,8	-25,8	-9,5	-3,7

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1,2	-5,4	-10,2	-19,4	74,6	-17,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,1	14,2	6,6	12,7	12,3	37,8
Comércio varejista ampliado	4,5	7,8	8,3	7,0	2,0	1,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	13,3	3,8	23,8	14,6	11,0	13,9
Material de construção	4,2	12,3	2,8	17,3	4,5	-16,6
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-6,7	7,6	3,0	-5,4	-14,7	-2,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Gráfico 3 – Variação (%) acumulada do volume de vendas do Comércio Varejista - Brasil – Número índice setembro 2014 a 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC.

Sobre a pesquisa

A PMC produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista.

Iniciada em 1995, a PMC traz resultados mensais da variação do volume e receita nominal de vendas para o comércio varejista e comércio varejista ampliado (automóveis e materiais de construção) para o Brasil e Unidades da Federação. Os resultados podem ser consultados no Sidra.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Comércio - PMC.

6 Turismo

Em setembro de 2024, o setor de turismo nacional manteve sua trajetória de recuperação, com o índice de atividades turísticas registrando uma expansão de 0,5%, em relação ao mês anterior, após permanecer estável em agosto, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); com esse avanço, o segmento está apenas 0,2% abaixo do pico histórico alcançado em fevereiro de 2014.

A PMS mostra que, na comparação com setembro de 2023, o volume de atividades turísticas no Brasil apresentou alta de 2,2%, consolidando o quarto resultado positivo consecutivo. O crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento na receita de empresas dos setores de restaurantes, espetáculos teatrais e musicais, agências de viagens, transporte aéreo de passageiros e serviços de reservas relacionados à hospedagem. No acumulado de janeiro a setembro de 2024, o turismo apresentou uma expansão de 2,0% frente ao mesmo período do ano anterior. Já no acumulado em 12 meses, houve crescimento de 2,6% em relação ao período equivalente de 2023, reforçando a tendência de recuperação gradual do setor.

Nos estados de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), sete dos onze são contemplados pela PMS. Em setembro de 2024, o Ceará destacou-se nacionalmente, registrando o maior crescimento anual do Brasil, com alta de 10,1%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Além disso, o Ceará apresentou a melhor performance mensal entre os estados da área de atuação do BNB, com avanço de 1,8% na comparação com agosto, ajustada sazonalmente.

Quando analisados os indicadores acumulados, o destaque vai para Minas Gerais, que apresentou os melhores resultados do País: crescimento de 8,9% no acumulado de janeiro a setembro e 9,3% no acumulado em 12 meses, ambos comparados aos períodos equivalentes de 2023. Os estados da Bahia e Pernambuco também tiveram desempenhos expressivos. No acumulado de janeiro a setembro de 2024, registraram aumentos de 7,2% e 3,1%, respectivamente. Já no acumulado em 12 meses, os avanços foram de 6,4% (Bahia) e 3,0% (Pernambuco) em relação ao mesmo período do ano anterior.

No Brasil, entre janeiro e setembro de 2024, houve um aumento de 12% no número de turistas internacionais em relação ao mesmo período de 2023. Segundo mostram os dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). O fluxo de turistas estrangeiros no País atingiu 4,9 milhões de visitantes. A receita gerada pelo turismo internacional também apresentou crescimento significativo, com um aumento de 7,7%, atingindo US\$ 5,4 bilhões, no período.

Segundo os dados da Embratur, entre os estados que compõem a área de atuação do BNB, a Bahia obteve o maior crescimento no volume de turistas internacionais, com 58,5%, seguida por Alagoas, com 45,8%, e Ceará, com 32,7%, entre janeiro e setembro de 2024 em comparação ao mesmo período de 2023.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) disponibilizou os dados referentes ao fluxo de passageiros nos aeroportos brasileiros. Considerando somente a movimentação de passageiros domésticos nos aeroportos brasileiros, houve um acréscimo de 1,0% entre janeiro e setembro de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, atingindo cerca de 68,8 milhões de passageiros pagantes no período. Contribuíram para esse resultado as regiões Norte (+6,9%), Nordeste (+5,1%) e Sudeste (+2,5%). Já as regiões Sul (-11,1%) e Centro-Oeste (-1,1%) tiveram uma diminuição no número de passageiros nesse período.

Quanto ao fluxo de passageiros vindos do exterior, tanto estrangeiros quanto brasileiros, houve um aumento de 19,4% no volume de passageiros internacionais desembarcando nos aeroportos brasileiros, totalizando cerca de 9,1 milhões de passageiros. As regiões Sul (+39,8%) e Nordeste (+36,4%) registraram os maiores incrementos, com resultados positivos também nas demais regiões: Norte (+34,3%), Centro-Oeste (+30,1%) e Sudeste (+17,0%).

Ainda de acordo com os dados da ANAC, na área de atuação do Banco, destacaram-se no acumulado de janeiro a setembro de 2024 os estados de Sergipe (+25,6%), Paraíba (+17,7%), Maranhão (+16,7%) e Piauí (+15,8%) no número de passageiros domésticos, em relação ao mesmo período de 2023. Já no âmbito internacional, notaram-se resultados mais expressivos, com destaque para os estados de Minas

Gerais (+62,1%), Bahia (+51,6%) e Ceará (+43,6%) no fluxo de passageiros internacionais desembarcando nos estados.

Tabela 1 – Indicadores de Volume das Atividades Turísticas, segundo Brasil e Unidades da Federação – Setembro de 2024 – Variação (%)

Brasil e Unidade da Federação	Mês/Mês anterior*			Interanual			Acumulado do ano			Últimos 12 meses		
	JUL	AGO	SET	JUL	AGO	SET	JUL	AGO	SET	JUL	AGO	SET
Brasil	-0,7	0,0	0,5	1,8	3,2	2,2	1,8	2,0	2,0	3,2	3,0	2,6
Ceará	-2,2	-0,3	1,8	4,5	6,5	10,1	0,3	1,1	2,1	-4,6	-3,6	-2,2
Rio Grande do Norte	-3,0	0,8	0,7	1,8	1,8	2,7	-3,9	-3,2	-2,6	-4,7	-4,2	-3,8
Pernambuco	-3,0	-0,9	-2,0	-2,6	3,0	-0,1	3,6	3,5	3,1	2,0	2,6	3,0
Alagoas	1,4	-2,9	-1,2	-1,7	0,3	-9,4	-3,9	-3,4	-4,1	-2,5	-2,5	-3,3
Bahia	-6,2	0,9	-4,9	1,3	10,5	-0,7	7,9	8,3	7,2	8,0	7,9	6,4
Minas Gerais	2,1	-1,0	-0,1	10,6	9,7	6,0	9,3	9,3	8,9	10,5	10,3	9,3
Espírito Santo	-1,1	-2,3	-0,2	1,4	-1,8	-1,8	-7,9	-7,1	-6,5	-6,2	-6,5	-6,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. * Com ajuste sazonal.
NOTA: O Índice de Atividades Turísticas – IATUR é construído através do agrupamento das seguintes atividades: Alojamento e alimentação; Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens e operadoras turísticas; Transportes turísticos (Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; Outros transportes aquaviários e Transporte aéreo de passageiros).

Tabela 2 – Chegadas de Turistas Internacionais ao Brasil - Acumulado de 2023 e 2024 entre os meses de janeiro e a setembro

Processo	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	var. (%)
Brasil	4.372.851	4.897.671	12,0
Ceará	46.482	61.700	32,7
Rio Grande do Norte	14.147	18.016	27,3
Pernambuco	37.430	42.337	13,1
Alagoas	6.048	8.819	45,8
Paraíba	301	264	-12,3
Bahia	59.754	94.703	58,5
Minas Gerais	30.299	33.975	12,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - Embratur.

Tabela 3 – Desembarques de passageiros, por natureza, em aeroportos – Brasil e Regiões – Acumulado de 2023 e 2024 entre os meses de janeiro e setembro

Brasil e Regiões	Internacional			Doméstico		
	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)
Nordeste	342.823	467.656	36,4	13.010.432	13.670.163	5,1
Norte	87.296	117.243	34,3	3.641.317	3.893.349	6,9
Centro-oeste	196.395	255.550	30,1	8.445.874	8.351.718	-1,1
Sudeste	6.649.198	7.777.429	17,0	34.329.598	35.190.970	2,5
Sul	335.169	468.655	39,8	8.712.397	7.723.228	-11,4
Brasil	7.610.881	9.086.533	19,4	68.139.618	68.829.428	1,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
Nota: valores referentes a passageiros pagantes.

Tabela 4 – Desembarques de passageiros em aeroportos por natureza do voo – Nordeste e Estados – Acumulado de 2023 e 2024 entre os meses de janeiro e setembro

Estados / Região	Internacional			Doméstica		
	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)
Alagoas	10.325	14.648	41,9	816.930	929.187	0,4
Bahia	102.702	155.703	51,6	3.682.788	3.814.924	7,9
Ceará	98.167	141.003	43,6	2.213.543	2.152.124	-2,1
Maranhão		-	0,0	680.885	716.965	16,7
Paraíba	330	142	-57,0	570.260	666.820	17,7
Pernambuco	102.998	123.656	20,1	3.445.262	3.706.975	1,2
Piauí			0,0	390.219	405.551	15,8
Rio Grande do Norte	28.301	32.504	14,9	793.856	831.509	-2,4
Sergipe			0,0	416.689	446.108	25,6
Nordeste	342.823	467.656	36,4	13.010.432	13.670.163	5,1
Minas Gerais	125.840	204.016	62,1	4.375.264	4.874.775	11,4
Espírito Santo	-	-	0,0	1.135.493	1.093.760	-3,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
Nota: valores referentes a passageiros pagantes.

7 Mercado de Trabalho

7.1. Mercado de trabalho formal no Brasil

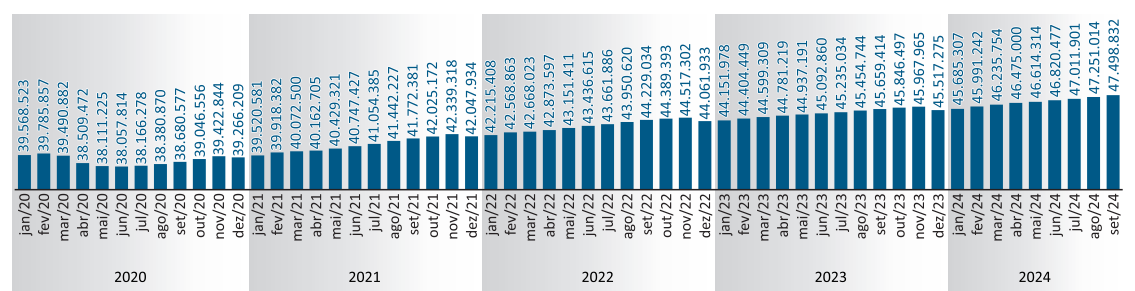
Os principais indicadores do mercado de trabalho formal vêm paulatinamente mostrando recuperação e estabilidade no País e em todas as cinco regiões brasileiras, no decorrer do ano de 2024, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O Gráfico 1 traz um conjunto de dados referente ao estoque de emprego formal, revelando um padrão de crescimento mais vigoroso do mercado de trabalho a partir de janeiro de 2021. No atual cenário, ano de 2024, em particular, a expansão do mercado de trabalho foi marcada por estabilidade.

Quanto à movimentação do emprego no País, em setembro de 2024, as contratações superaram as demissões, gerando saldo de emprego em +247.818 novos postos de trabalho. Este resultado foi obtido da movimentação de 2.163.929 admissões e dos 1.916.111 desligamentos, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Assim, o nível de emprego celetista no Brasil contabilizou 47,49 milhões de vínculos celetistas ativos, em setembro de 2024. Desta forma, o nível de emprego obteve expansão de +4,35% em relação ao estoque de emprego do mês de agosto de 2024.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução do Estoque de emprego¹ - 2020 a 2024⁽²⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); (2) Dados disponíveis até setembro de 2024.

No País, todos os cinco grupos dos setores econômicos apresentaram saldo de emprego positivo para setembro de 2024 (Tabela 1). Neste período, Serviços (+128.354) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho, com destaque do saldo de empregos nas Atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+62.395), Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+31.046), Transporte, armazenagem e correio (+13.759) e Alojamento e alimentação (+12.633).

Tabela 1 – Brasil e Regiões: Saldo de empregos, por setor econômico - Setembro de 2024

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	135	7.665	-11.943	775	-743	-2.004
Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados	141	7.496	-11.846	813	-920	-2.328
Pesca e Aquicultura	-51	53	6	-111	-10	-67
Produção Florestal	45	116	-103	73	187	391
Indústria geral	3.223	25.417	22.658	5.969	2.559	59.827
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	-28	1.298	586	422	8	2.285
Eletricidade e Gás	26	179	326	-64	34	501

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Indústrias de Transformação	3.242	23.666	20.960	5.474	2.515	55.860
Indústrias Extrativas	-17	274	786	137	2	1.181
Construção	1.774	6.383	3.257	3.516	1.894	17.024
Construção de Edifícios	605	2.388	-714	1.015	1.297	4.659
Obras de Infraestrutura	738	2.192	1.106	329	-139	4.314
Serviços Especializados para Construção	431	1.803	2.865	2.172	736	8.051
Comércio	4.370	10.919	18.293	8.289	2.750	44.622
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	529	1.630	2.497	1.422	427	6.505
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores	384	2.014	3.848	1.434	-71	7.610
Comércio Varejista	3.457	7.275	11.948	5.433	2.394	30.507
Serviços	6.110	26.792	66.018	19.591	8.902	128.354
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e ...	2.058	7.334	14.692	3.948	2.804	31.046
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	241	389	89	144	-7	869
Educação	1.128	2.257	4.671	1.489	1.013	10.557
Saúde Humana e Serviços Sociais	689	4.688	9.932	2.315	1.798	19.620
Alojamento e alimentação	500	3.086	6.038	2.086	922	12.633
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e ...	2.735	11.765	32.645	10.402	4.148	62.395
Outros serviços	462	1.900	4.119	1.289	725	8.505
Serviços domésticos	0	8	-6	5	4	16
Transporte, armazenagem e correio	355	2.699	8.530	1.861	299	13.759
Não identificado	-3	-1	-1	0	0	-5
Total	15.609	77.175	98.282	38.140	15.362	247.818

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).

Regionalmente, nota-se que a expansão do número de novos postos de trabalho formal vem ocorrendo de forma generalizada, abrangendo todas as regiões do País. Em setembro de 2024, o Sudeste (+98.282) e Nordeste (+77.175) foram as regiões com maior saldo de empregos positivos. Vale enfatizar que Nordeste apresentou taxa de crescimento positiva do saldo de empregos em todos os nove primeiros meses de 2024, ressaltando com maior nitidez o processo de recuperação do mercado de trabalho entre as Regiões. Neste período, Nordeste configura como a quarta região brasileira que mais gerou empregos no acumulado do ano de 2024.

Desta forma, Sudeste e Nordeste foram responsáveis por 39,6% e 31,1% do saldo de empregos gerados no País em setembro de 2024, nesta ordem. A Região Sul obteve saldo de empregos em +38.140 novos postos de trabalho, seguido pelas Regiões Norte (+15.609) e Centro-Oeste (+15.362), conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Brasil e Regiões: Evolução do saldo de emprego – Janeiro a setembro de 2024

Brasil e Regiões	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	Participação País - Set/24 ⁽¹⁾
Norte	3.613	18.027	10.140	15.512	10.349	18.710	13.748	15.542	15.609	6,30%
Nordeste	9.688	12.151	16.627	24.152	34.307	48.690	40.381	74.921	77.175	31,14%
Sudeste	50.976	157.267	146.753	124.848	87.314	94.144	84.360	98.066	98.282	39,66%
Sul	64.917	84.814	42.772	45.254	-8.614	15.851	33.388	31.997	38.140	15,39%
Centro-Oeste	38.745	33.580	28.014	24.475	9.670	23.158	15.144	14.823	15.362	6,20%
Não identificado	93	96	206	5.005	6.288	5.610	4.403	3.764	3.250	1,31%
Brasil	168.032	305.935	244.512	239.246	139.314	206.163	191.424	239.113	247.818	100,00%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).

Quanto ao estoque de emprego, todas as regiões apresentaram crescimento no decorrer do ano. Em setembro de 2024, o Nordeste registrou a maior variação no estoque de empregos do País, aumento de +0,98%. Desta forma, o Nordeste computou 7.954.526 vínculos ativos, configurando como a terceira região com maior estoque de empregos formais, com participação de 16,7% do estoque de emprego do País, ficando atrás apenas do Sudeste (24.188.419), com 50,9% do estoque de empregos nacional e do Sul (8.672.497; 18,3% do estoque de empregos do País), (Tabela 3).

Sendo assim, para o último trimestre de 2024, numa perspectiva de cenário otimista, tanto a nível nacional quanto regional, a estimativa do estoque de emprego seguirá tendência de crescimento, em razão, principalmente, da recuperação econômica dos setores de Serviços e Comércio, além de deterem maior parcela do estoque de empregos, e, como também, do crescimento acelerado do setor da Construção, que vem apresentando crescimento médio de 8,0% a.a., nos últimos 4 anos.

Tabela 3 – Brasil: Movimentação do emprego, por Grande Região e Estados - Setembro de 2024

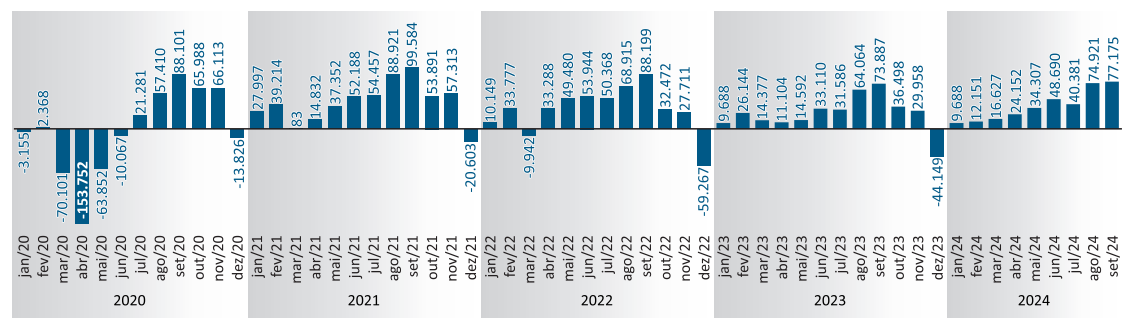
Brasil / Regiões / Unidades Federativas	Admitidos (a)	Desligados (b)	Saldo de empregos		Estoque de Empregos		
			Total (a-b)	Participação no Brasil (%)	Total	Variação Relativa (%) ⁽¹⁾	Participação no Brasil (%)
Norte	103.881	88.272	15.609	6,3%	2.388.425	0,66	5,0%
Rondônia	13.147	12.548	599	0,2%	296.629	0,20	0,6%
Acre	4.642	3.687	955	0,4%	111.009	0,87	0,2%
Amazonas	24.472	21.809	2.663	1,1%	549.495	0,49	1,2%
Roraima	4.056	3.327	729	0,3%	81.635	0,90	0,2%
Pará	42.508	33.939	8.569	3,5%	994.712	0,87	2,1%
Amapá	4.206	3.250	956	0,4%	95.018	1,02	0,2%
Tocantins	10.850	9.712	1.138	0,5%	259.927	0,44	0,5%
Nordeste	318.955	241.780	77.175	31,1%	7.954.526	0,98	16,7%
Maranhão	22.936	18.699	4.237	1,7%	663.648	0,64	1,4%
Piauí	11.848	10.859	989	0,4%	365.011	0,27	0,8%
Ceará	54.899	45.377	9.522	3,8%	1.408.062	0,68	3,0%
Rio Grande do Norte	21.384	16.403	4.981	2,0%	533.409	0,94	1,1%
Paraíba	19.402	15.771	3.631	1,5%	511.266	0,72	1,1%
Pernambuco	61.287	43.436	17.851	7,2%	1.518.666	1,19	3,2%
Alagoas	28.968	13.548	15.420	6,2%	463.818	3,44	1,0%
Sergipe	14.865	9.207	5.658	2,3%	341.889	1,68	0,7%
Bahia	83.366	68.480	14.886	6,0%	2.148.757	0,70	4,5%
Sudeste	1.101.741	1.003.459	98.282	39,7%	24.188.419	0,41	50,9%
Minas Gerais	229.804	213.964	15.840	6,4%	4.975.102	0,32	10,5%
Espírito Santo	46.307	40.672	5.635	2,3%	911.731	0,62	1,9%
Rio de Janeiro	144.748	125.008	19.740	8,0%	3.878.410	0,51	8,2%
São Paulo	680.882	623.815	57.067	23,0%	14.423.176	0,40	30,4%
Sul	429.117	390.977	38.140	15,4%	8.672.497	0,41	18,3%
Paraná	165.300	150.472	14.828	6,0%	3.244.299	0,46	6,8%
Santa Catarina	139.734	126.660	13.074	5,3%	2.591.579	0,51	5,5%
Rio Grande do Sul	124.083	113.845	10.238	4,1%	2.836.619	0,36	6,0%
Centro-Oeste	204.218	188.856	15.362	6,2%	4.265.968	0,36	9,0%
Mato Grosso do Sul	33.272	31.360	1.912	0,8%	684.044	0,28	1,4%
Mato Grosso	51.753	50.030	1.723	0,7%	971.680	0,18	2,0%
Goiás	79.654	74.138	5.516	2,2%	1.601.501	0,35	3,4%
Distrito Federal	39.539	33.328	6.211	2,5%	1.008.743	0,62	2,1%
Não identificado	6.017	2.767	3.250	1,3%	28.997	12,62	0,1%
Brasil	2.163.929	1.916.111	247.818	100,0%	47.498.832	0,52	100,0%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024). Nota 1: variação em relação mês de agosto de 2024.

7.2. Mercado de trabalho formal no Nordeste

No acumulado de janeiro a setembro de 2024, o resultado líquido de empregos formais no Nordeste foi de +338.092 novos postos de trabalho. De acordo com o Gráfico 2, o fechamento líquido do acumulado dos anos 2021, 2022, 2023 e acumulado de 2024 deriva da recuperação econômica pós-Covid-19, com efeito significativo na geração de renda e empregos direto e indireto na Região.

Gráfico 2 – Nordeste: Evolução do saldo de emprego - 2020 a 2024 ⁽¹⁾

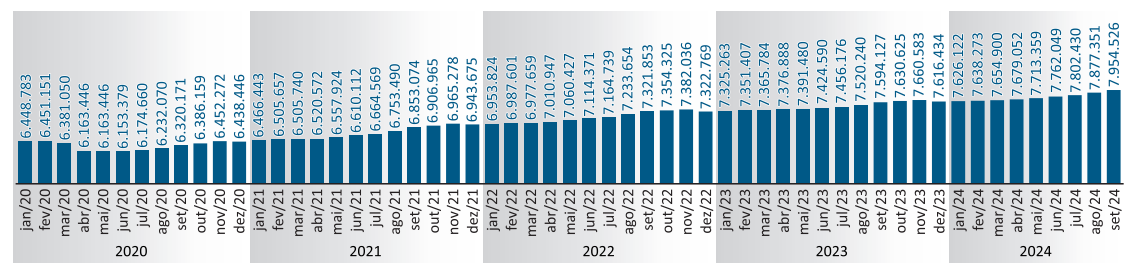


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024). Nota (1): Dados disponíveis até setembro de 2024.

No Gráficos 3, tem-se a trajetória do estoque de empregos mensal dos anos de 2020 a 2024, com dados até setembro de 2024. Neste período, verificou-se crescimento sustentável no nível do estoque do emprego com carteira assinada na Região Nordeste a partir do ano de 2021; desde então, vem consolidando tendência de recuperação com registros de saldos de empregos positivos até ao cenário atual.

Desta forma, o estoque de emprego no Nordeste alcançou 7.954.526 vínculos ativos, o que representa 16,7% do estoque nacional de empregos. O estoque apresentou variação de +0,98% em relação ao estoque do mês de agosto do mesmo ano. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (2024).

Gráfico 3 – Nordeste: Evolução do Estoque de Emprego - 2020 a 2024 ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024). Nota (1): Dados disponíveis até setembro de 2024.

De acordo com dados da Tabela 3, verifica-se que o resultado do emprego na Região Nordeste foi impactado positivamente, de forma significativa, pela combinação do retorno de investimentos nos setores de Serviços, Indústria e Comércio, que lideraram na geração de empregos no Nordeste, para os dados de setembro de 2024. Neste período, vale ressaltar que, entre as Regiões, o Nordeste liderou na geração de empregos nos setores da Indústria, Agropecuária e da Construção.

Em setembro de 2024, Serviços foi o setor que mais gerou postos de emprego no Nordeste, formação de +26.792 vagas de trabalho, em setembro de 2024. Entre os segmentos, Atividades administrativas (+9.311), Saúde humana e Serviços Sociais (+4.688), Alojamento e alimentação (+3.086), Transporte e armazenamento (+2.699) e Educação (+2.257) se sobressaíram na ampliação do quadro de funcionários. Entre as Regiões, Serviços se destacou no Sudeste (+66.018), Nordeste (+26.792) e Sul (+19.591), vide Tabela 1 e Gráfico 4.

A Indústria na Região Nordeste expandiu o nível de emprego em +25.417 novos postos de trabalho, em setembro de 2024. Neste período, todas as quatro subatividades registraram saldo de emprego positivo na Região, com destaque para Indústria de Transformação. No País, o Nordeste foi a Região que

mais gerou empregos no setor da Indústria, seguida pelo Sudeste (+22.658) e Sul (+5.969), conforme dados da Tabela 1.

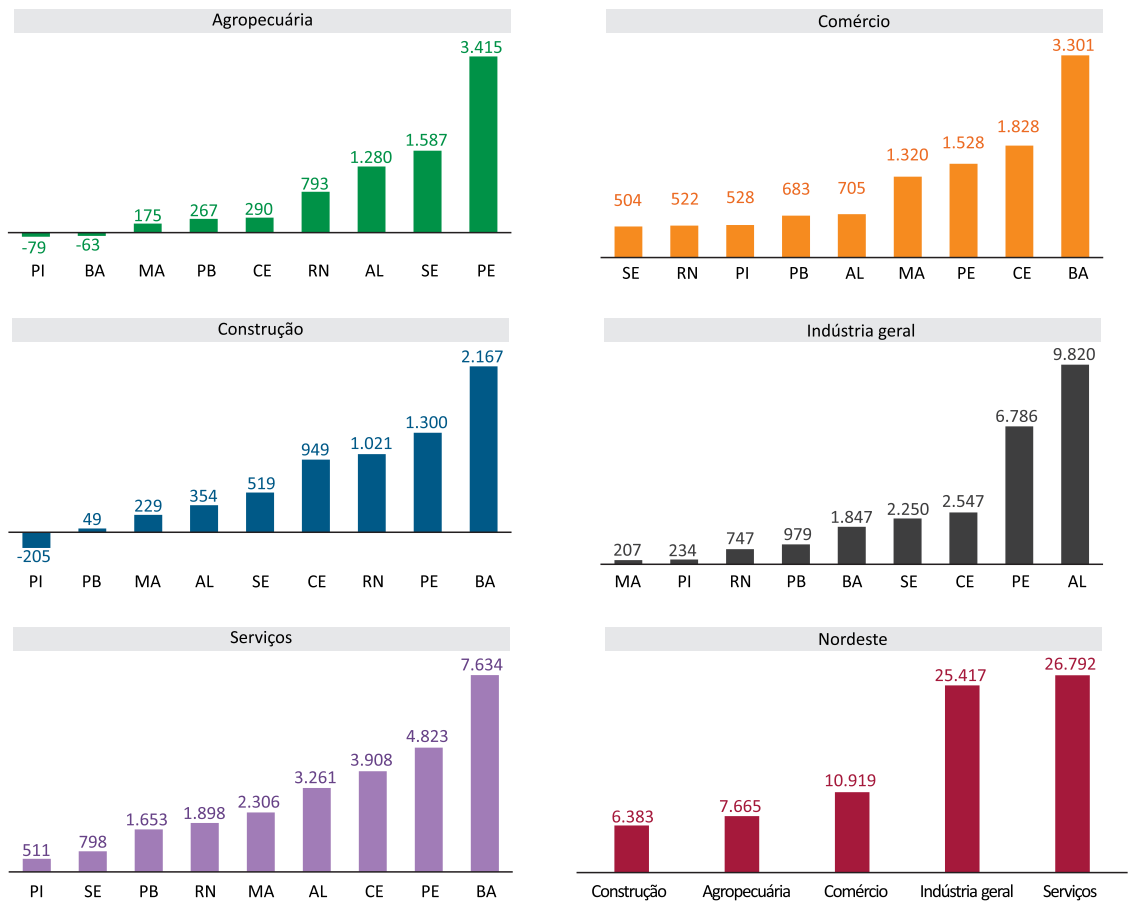
No Nordeste, o desempenho nas Indústrias de transformação foi influenciado, de sobremodo, pela geração de novos empregos na Fabricação e Refino de açúcar (+14.918), seguido pela Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de Biocombustíveis (+2.189) e Preparação de couros e Fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (+1.374).

Comércio ampliou seu quadro de pessoal em +10.919 postos no Nordeste, em setembro de 2024. Entre as três subatividades, Comércio Varejista (+7.275) obteve maior ampliação do nível do estoque de emprego, seguido por Comércio por Atacado (+2.014) e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+1.630). O Comércio gerou empregos em todas as Regiões do País, com maior proporção no Sudeste (+18.293), Nordeste (+10.919) e Sul (+8.289).

Na Agropecuária, o saldo de emprego foi positivo nos três agrupamentos no Nordeste, com expansão de +7.665 empregos em setembro de 2024. A ampliação do quadro de empregos na agropecuária foi mais intensa nos cultivos de cana-de-açúcar (+4.087), uva (+1.666), melão (+437), manga (+268) e na criação de bovinos (+254). Entre as Regiões, Nordeste (+7.665) foi a que mais gerou postos de trabalho no setor, seguido pelo Sul (+775) e Norte (+135). As demais Regiões registraram saldo de empregos negativos no setor: Sudeste (- 11.943) e Centro-Oeste (-743).

Construção registrou +6.383 novas contratações no Nordeste, em setembro de 2024. Na Região, a subatividade Construção de Edifícios (+2.388) obteve significativo resultado na geração de novos empregos formais, seguido por Obras de Infraestrutura (+2.192) e Serviços Especializados em Construção (+1.803). O setor da Construção apresentou saldo de empregos positivo em todas as Regiões do País, com ênfase no Nordeste (+6.383), seguido pela Região Sul (+3.516) e Sudeste (+3.257), de acordo com dados da Tabela 1.

Gráfico 4 – Nordeste: Saldo de emprego, por setor econômico – Setembro de 2024 ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024). Nota (1): Dados disponíveis até setembro de 2024.

7.3. Mercado de trabalho formal nas Unidades Federativas do Nordeste

O mercado de trabalho formal no Nordeste assegurou tendência de crescimento no decorrer de todo o ano de 2024. Esse crescimento do mercado de trabalho se refletiu na maioria de seus estados, com efeito significativo sobre a recuperação econômica da Região.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), todos os estados do Nordeste apresentaram saldo de empregos positivo em setembro de 2024, conforme dados da Tabela 4. Entre estes, Pernambuco despontou com maior saldo de empregos na Região, com geração de +18.112, aproximadamente 23,1% do total regional, seguido por Alagoas (+16.149 empregos, com 20,0%), Bahia (+9.294 empregos, participa com 19,3%) e Ceará (+9.522 empregos, com 12,3%). Os quatro estados respondem por cerca de 74,7% da geração de emprego formal da Região Nordeste.

Tabela 4 – Nordeste e Estados: Saldo e Estoque do Emprego Formal - Setembro de 2024 ⁽¹⁾

Estados	Setembro de 2024			Estoque do emprego formal (1) - Acumulado de 2024		
	Admitidos	Desligados	Saldo de Emprego Formal	Estoque	Participação (%)	Variação (%) (2)
Maranhão	22.936	18.699	4.237	663.648	8,3%	0,64%
Piauí	11.848	10.859	989	365.011	4,6%	0,27%
Ceará	54.899	45.377	9.522	1.408.062	17,7%	0,68%
Rio Grande do Norte	21.384	16.403	4.981	533.409	6,7%	0,94%
Paraíba	19.402	15.771	3.631	511.266	6,4%	0,72%
Pernambuco	61.287	43.436	17.851	1.518.666	19,1%	1,19%
Alagoas	28.968	13.548	15.420	463.818	5,8%	3,44%
Sergipe	14.865	9.207	5.658	341.889	4,3%	1,68%
Bahia	83.366	68.480	14.886	2.148.757	27,0%	0,70%
Nordeste	318.955	241.780	77.175	7.954.526	100,0%	0,52%

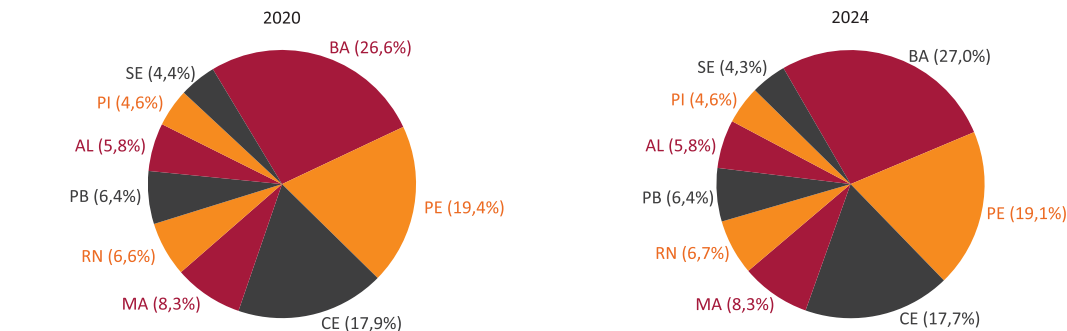
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota: (1) Estoque de emprego com posição até setembro de 2024; (2) Variação percentual do estoque de emprego em relação ao mês de agosto de 2024.

Em relação ao crescimento do estoque de empregos, nos estados da Região, Alagoas obteve aumento de +3,44% frente ao estoque de empregos do mês anterior, crescimento superior ao registrado no País (+0,52%) e no Nordeste (+0,98%), inclusive, foi o maior crescimento do estoque de empregos formais entre as 27 Unidades Federativas do País. Neste seguimento, Sergipe (+1,68%) e Pernambuco (+1,19%) também apresentaram crescimento do estoque de empregos superior à média regional, ocupando a segunda e terceira posições no ranking nacional, nesta ordem.

Assim, a distribuição do estoque de empregos entre os estados da Região ficou da seguinte forma: Bahia atingiu 2.148.757 empregos formais de provimento, aproximadamente 27,0% do total regional; por sequência, Pernambuco (1.518.666, com 19,1%), Ceará (1.408.062, participa com 17,7%) e Maranhão (663.648, com 8,3%). Os quatro estados detêm cerca de 72,1% do emprego formal da Região Nordeste, de acordo com dados do Gráfico 5.

Pernambuco (+17.851), registrou o terceiro maior saldo de empregos do País, ficando atrás apenas de São Paulo (+57.057) e Rio de Janeiro (+19.740), em setembro de 2024. Entre os setores, Indústria (+6.786) e Serviços (+4.823) se destacaram na geração de empregos formais. Na Indústria, a Indústria de Transformação foi importante indutor na geração de 6.626 de postos de trabalho, configurando como o maior formador de empregos na Região. Entre as subatividades, Fabricação e Refino de açúcar foi a atividade que mais impulsionou as atividades do setor no Estado, com formação de 3.729 postos de trabalho e Fabricação de Coque, de Produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (+1.219). Em Serviços, Atividades administrativas (+1.912) e Saúde Humana (+456) também foram destaques na geração de emprego.

Gráfico 5 – Estados do Nordeste: Estoque de Emprego Formal - 2020 e 2024 ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota: (1) Estoque de emprego atualizado até setembro de 2024.

Em Alagoas (+15.420), Indústria (+9.820) e Serviços (+3.261) foram os setores que mais geraram novos empregos, em setembro de 2024. Na Indústria, especificamente nas Indústrias de Transformação, verifica-se considerável geração de +9.851 empregos formais na Fabricação e Refino de açúcar. Vale enfatizar, que Alagoas (+9.820) obteve a segunda maior geração de empregos no setor da Indústria no País, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo (+15.043). Em Serviços, o desempenho em Transporte e Armazenagem (+900), Atividades Administrativas (+820) e Alojamento e alimentação (+348) também estimularam na geração de empregos no Estado.

Na Bahia (+14.886), todos os cinco agrupamentos da atividade econômica apresentaram saldo de empregos positivo, contribuindo para o segundo maior saldo de empregos da Região, em setembro de 2024. A geração de emprego foi fomentada principalmente por Serviços (+7.634), com destaques na geração de empregos em Saúde Humana (+2.487), Atividades Administrativas (+1.635) e Alojamento e alimentação (+991).

No Ceará (9.522), Serviços foi o setor que mais formou novos postos de trabalho, apresentando saldo de empregos em +3.908 postos de trabalho, em setembro de 2024. Entre as subatividades econômicas, Atividades administrativas (+1.534), Saúde Humana (+702) e Educação (+579) impulsionaram o setor de Serviços no Estado cearense. A Indústria geral (+2.547) foi a segunda atividade que mais gerou empregos formais, com destaques nas Indústrias de Transformação (+1.701) e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (+383).

Por atividade econômica, vale enfatizar que Serviços (+26.792) e Indústria (+25.417) foram os setores que mais ampliaram o número de postos de trabalho na Região, em setembro de 2024. Em Serviços, destacam-se os estados da Bahia (+7.634), Pernambuco (+4.823), Ceará (+3.908) e Maranhão (+2.306), conforme dados da Tabela 5.

Nesse período, a Indústria Geral se sobressai na geração de empregos nos estados de Alagoas (+9.820) e Pernambuco (+6.786), impulsionados pelo setor sucroalcooleiro, em especial na fabricação de açúcar refinado; enquanto no Ceará (+2.547), o destaque fica para fabricação de calçados (+530) e produtos alimentícios (+276); em Sergipe (+2.250), também promovido pelo setor sucroalcooleiro, com Fabricação e Refino de açúcar (+1.261) e Fabricação de álcool (+694).

Tabela 5 – Nordeste e Estados: Saldo de emprego, por setor econômico – Setembro de 2024 ⁽¹⁾

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernam-buco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Nordeste
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	175	-79	290	793	267	3.415	1.280	1.587	-63	7.665
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	40	-63	168	768	226	3.401	1.351	1.588	17	7.496
Pesca e Aquicultura	5	-14	13	5	42	5	1	0	-4	53
Produção Florestal	130	-2	109	20	-1	9	-72	-1	-76	116
Indústria geral	207	234	2.547	747	979	6.786	9.820	2.250	1.847	25.417
Água, Esgoto, Gestão de Resíduos...	12	43	805	15	20	126	74	-37	240	1.298
Eletricidade e Gás	-11	-12	6	1	-6	26	185	8	-18	179
Indústrias de Transformação	218	222	1.701	660	955	6.626	9.551	2.158	1.575	23.666
Indústrias Extrativas	-12	-19	35	71	10	8	10	121	50	274
Construção	229	-205	949	1.021	49	1.300	354	519	2.167	6.383
Construção de Edifícios	-110	-77	507	277	105	392	379	304	611	2.388
Obras de Infr-Estrutura	310	-65	251	519	-157	277	-10	113	954	2.192
Serviços especializados p/ Construção	29	-63	191	225	101	631	-15	102	602	1.803
Comércio	1.320	528	1.828	522	683	1.528	705	504	3.301	10.919
Comércio e Reparação de Veículos Automotores...	228	94	262	151	68	274	113	49	391	1.630
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores	298	81	308	-45	169	390	83	152	578	2.014
Comércio Varejista	794	353	1.258	416	446	864	509	303	2.332	7.275
Serviços	2.306	511	3.908	1.898	1.653	4.823	3.261	798	7.634	26.792
Adm. pública, defesa e seguridade social, educação, saúde...	416	140	1.282	325	157	991	786	227	3.010	7.334
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-39	-2	1	-4	-1	-14	456	-9	1	389
Educação	266	34	579	229	24	458	86	59	522	2.257
Saúde Humana e Serviços Sociais	189	108	702	100	134	547	244	177	2.487	4.688
Alojamento e alimentação	33	341	433	309	228	272	348	131	991	3.086
Inform., comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, ...	1.575	-152	1.552	1.051	1.140	2.527	1.096	288	2.688	11.765
Outros serviços	368	49	356	125	20	490	131	-43	404	1.900
Serviços domésticos	4	0	2	4	-2	0	0	0	0	8
Transporte, armazenagem e correio	-90	133	283	84	110	543	900	195	541	2.699
Não identificado	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	-1
Total	4.237	989	9.522	4.981	3.631	17.851	15.420	5.658	14.886	77.175

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2024).
Nota (1): Dados disponíveis até setembro de 2024.

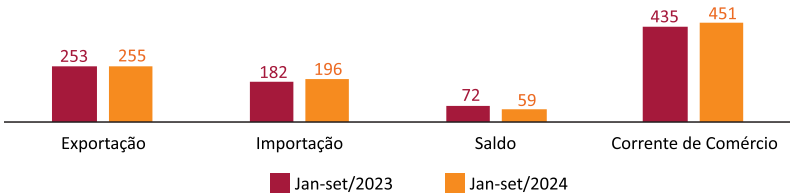
8 Comércio Exterior

8.1 Balança comercial do Brasil

A balança comercial brasileira acumulou superavit de US\$ 58,68 bilhões, no período de janeiro a setembro de 2024, inferior ao registrado em mesmo período do ano passado (US\$ 71,61 bilhões), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Gráfico 1). As exportações do País somaram US\$ 255,00 bilhões, registrando leve crescimento de 0,7%, devido à queda dos preços dos produtos exportados (-3,3%) apesar do volume ter registrado incremento de 4,3%. As importações totalizaram US\$ 196,32 bilhões, aumento de 8,0%, nesse período comparativo.

A corrente de comércio, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 451,3,2 bilhões, no acumulado até setembro de 2024, contra US\$ 435,07 bilhões, no acumulado até setembro de 2023, acréscimo de 3,7%.

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –Jan-set/2024/2023 - US\$ Bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 11/11/2024). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 1) mostra que, no período de janeiro a setembro de 2024, o setor Agropecuário, responsável por 22,9% (US\$ 58,41 bilhões) das vendas externas, registrou queda de 8,5% (-US\$ 5,43 bilhões), comparativamente a janeiro a setembro de 2023. Os principais produtos do setor foram: Soja (66,7% de participação), Café não torrado (13,1%), Milho (8,6%) e Algodão em bruto (6,0%). Juntos respondem por 94,49% das vendas do setor. As exportações de Soja decresceram 14,6% (-US\$ 6,64 bilhões) e as de Milho, 41,9% (-US\$ 3,62 bilhões), devido à queda nos preços internacionais comercializados. Por outro lado, as vendas de Café não torrado e Algodão em bruto registraram crescimento de 53,1% (+US\$ 2,65 bilhões) e 13,1% (+US\$ 2,03 bilhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 133,31 bilhões (52,3% do total), no acumulado até setembro de 2024, apresentando crescimento de 1,4% (+US\$ 1,83 bilhão), frente ao mesmo período de 2023. O principal produto exportado pelo setor, Açúcares e melaços registrou incremento nas vendas de 35,% (+US\$ 3,64 bilhões), no período em foco, motivado pela elevação no preço médio de exportação e da quantidade embarcada. Vale destacar, também, o acréscimo nas vendas de Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+21,3%, +US\$ 1,46 bilhão), Celulose (+29,5%, +US\$ 1,78 bilhão) e Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+10,7%, +US\$ 0,88 bilhão). Esses quatro produtos responderam por 29,3% das vendas do setor industrial.

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-set/2024/2023 - US\$ bilhões FOB

Atividade Econômica	Jan-set/2024		Jan-set/2023		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	58,41	22,9	63,84	25,2	-8,5
Indústria Extrativa	62,03	24,3	56,35	22,2	10,1
Indústria de Transformação	133,31	52,3	131,48	51,9	1,4
Outros Produtos	1,25	0,5	1,67	0,7	-25,2
TOTAL	255,00	100,0	253,34	100,0	0,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 11/11/2024). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A Indústria Extrativa, com 24,3% (US\$ 62,03 bilhões) de participação nas exportações totais do País, registrou crescimento nas vendas de 10,1% (+ US\$ 7,35 bilhões), nesse período comparativo. Os principais produtos do setor, Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (55,6% do total), Minério de ferro e seus concentrados (37,3%) e Minérios de cobre e seus concentrados (4,6%) registraram crescimento de 13,6% (+US\$ 4,12 bilhões), 6,2% (+US\$ 1,34 bilhão) e 18,6% (+US\$ 0,45 bilhão), respectivamente.

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 45,3% do total das vendas externas, nos três primeiros trimestres de 2024: China (30,0%), Estados Unidos (11,5%) e Argentina (3,8%). Relativamente ao mesmo período de 2023, China (-1,4%, -US\$ 1,12 bilhão) e Argentina (-29,2%, -US\$ 3,98 bilhões) apresentaram decréscimo nas aquisições. Por outro lado, as exportações para os Estados Unidos cresceram 10,0% (+US\$ 2,67 bilhões).

Do lado das importações nordestinas, apenas a categoria Combustíveis e lubrificantes (11,9% do total), apresentou retração nas aquisições, no período de jan-set/2024 ante jan-set/2023. A queda de 3,3% (-US\$ 0,80 bilhão) no período em análise, foi motivada pela redução nas aquisições de Óleos combustíveis de petróleo (-10,0%, -US\$ 1,01 bilhão), Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (-19,0%, -US\$ 0,59 bilhão) e Coques e semicoques, incluindo resíduos de hulha, de linhita ou de turfa, e carvão de retorta (-41,2%, -US\$ 0,58 bilhão). Vale ressaltar, porém o acréscimo de 111,3% (+US\$ 1,39 bilhão) nas compras de Gás natural, liquefeito ou não.

As importações de Bens de Capital participaram com 13,4% da pauta. no acumulado até setembro de 2024, somando US\$ 26,40 bilhões. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, cresceram 20,0% (+US\$ 4,40 bilhões). As principais aquisições foram em Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (12,1%), Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (7,9%) e Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (7,3%).

As aquisições de Bens de intermediários (US\$ 116,12 bilhões), representaram 59,1% do total importado, registrando crescimento de 4,0% (+US\$ 4,47 bilhões), no período comparativo em foco. Os maiores incrementos, em termos de valor, foram nas importações de Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores de pistão e geradores (+26,5%, +US\$ 1,27 bilhão), Cobre (+33,5%, +US\$ 0,54 bilhão), Polímeros de etileno, em formas primárias (+36,5%, +US\$ 0,48 bilhão) e Partes e acessórios dos veículos automotivos (+7,9%, +US\$ 0,44 bilhão). Por outro lado, registraram as maiores quedas Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes (-12,8%, -US\$ 0,37 bilhão), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (-8,1%, -US\$ 0,44 bilhão), Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (-15,6%, -US\$ 0,49 bilhão) e Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (-8,8%, -US\$ 0,95 bilhão).

As aquisições de Bens de consumo (15,4% do total) somaram US\$ 30,31 bilhões, crescimento de 27,6% (+US\$ 6,56 bilhões), com destaque para as importações de Veículos automóveis de passageiros (+72,7%, +US\$ 2,74 bilhões), Outros medicamentos, incluindo veterinários (+20,6%, +US\$ 0,79 bilhão) e Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (+9,6%, +US\$ 0,77 bilhão).

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-set/2024/2023 - US\$ bilhões

Grandes categorias econômicas	Jan-set/2024		Jan-set/2023		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	26,40	13,4	21,99	12,1	20,0
Bens intermediários	116,12	59,1	111,65	61,4	4,0
Bens de consumo	30,31	15,4	23,76	13,1	27,6
Combustíveis e lubrificantes	23,44	11,9	24,24	13,3	-3,3
Bens não especificados anteriormente	0,05	0,0	0,10	0,1	-47,7
TOTAL	196,32	100,0	181,73	100,0	8,0

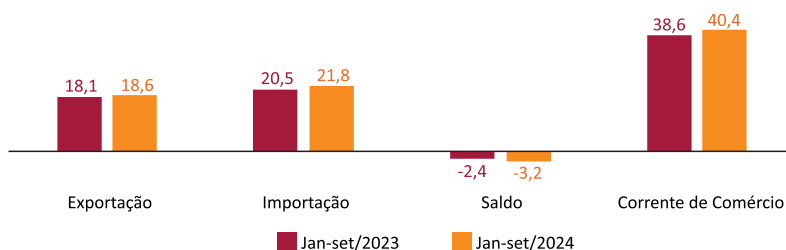
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 11/11/2024). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações brasileiras, nos nove primeiros meses de 2024, foram: China (23,6%), Estados Unidos (15,6%) e Alemanha (5,4%). Comparativamente ao mesmo período de 2023, as aquisições oriundas da China (+17,1%, +US\$ 6,76 bilhões), Estados Unidos (+6,2%, +US\$ 1,79 bilhão) e da Alemanha (+4,4%, +US\$ 0,45 bilhão) registraram crescimento.

8.2 Balança comercial do Nordeste

As exportações nordestinas totalizaram US\$ 18.649,1 milhões, no período de janeiro a setembro de 2024, aumento de 3,0% (+US\$ 542,0 milhões), relativamente a mesmo período do ano passado. As importações registraram incremento um pouco maior de 6,4% (+US\$ 1.311,1 milhões), somando US\$ 21.800,2 milhões, nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto, registrou déficit de US\$ 3.151,0 milhões, maior do que o registrado em mesmo período do ano passado (-US\$ 2.382,0 milhões). A corrente de comércio atingiu US\$ 40.449,3 milhões (+4,8%, +US\$ 1.853,1 milhões).

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – Jan-set/2024/2023 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 11/11/2024). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A análise das exportações nordestinas por setores de atividades econômicas mostra que a Agropecuária registrou acréscimo de 0,5% (+US\$ 31,5 milhões), acumulando receita de US\$ 6.267,6 milhões, no período em foco (33,6% do total). Soja (principal produto de exportação da Região com 24,7% de participação), Algodão e Café registraram crescimento nas vendas de 1,4% (+US\$ 64,2 milhões), 83,0% (+US\$ 297,9 milhões) e 74,7% (+US\$ 82,0 milhões), respectivamente, no período de jan-set/2024 ante jan-set/2023. Por outro lado, vale destacar a retração nas vendas de Milho (-67,9%, -US\$ 427,3 milhões).

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor cresceram 11,1% (+US\$ 118,3 milhões), atingindo US\$ 1.184,7 milhões (6,4% das vendas externas totais), no período em análise, devido, principalmente, ao aumento nas vendas de Minério de cobre e seus concentrados (+47,8%, +US\$ 132,6 milhões) e de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+46,4%, +US\$ 55,2 milhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 11.160,4 milhões, no acumulado do ano, representando 59,8% da pauta da Região. Relativamente ao acumulado dos nove primeiros meses do ano passado, registraram crescimento de 3,7% (+US\$ 398,1 milhões). Dos principais produtos do setor exportados, destacam-se o bom desempenho das vendas de Celulose (+34,5%, +US\$ 471,3 milhões), Alumina (+37,5%, +US\$ 264,4 milhões), Açúcares e melaços (+46,2%, +US\$ 263,4 milhões) e Cacau em pó, manteiga ou pasta de cacau (+112,5%, +US\$ 163,9 milhões). Em contrapartida, decresceram, dentre outras, as exportações de Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (-35,9%, -US\$ 297,0 milhões), Farelos de soja e outros alimentos para animais (-21,7%, -US\$ 130,7 milhões), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (-3,5%, -US\$ 88,0 milhões) e Calçados (-25,1%, -US\$ 82,7 milhões).

Tabela 3 - Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-set/2024/2023- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-set/2024		Jan-set/2023		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	6.267,6	33,6	6.236,1	34,4	0,5
Indústria Extrativa	1.184,7	6,4	1.066,4	5,9	11,1
Indústria de Transformação	11.160,4	59,8	10.762,3	59,4	3,7
Outros Produtos	36,5	0,2	42,4	0,2	-13,9
TOTAL	18.649,1	100,0	18.107,1	100,0	3,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 11/11/2024). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 45,1% das vendas externas da Região, no período em foco: China (25,5%), Estados Unidos (11,3%) e Canadá (8,3%). Comparativamente ao período de janeiro/setembro/2023, registraram crescimento nas vendas: China (+3,3%, +US\$ 153,5 milhões), Estados Unidos (+2,5%, +US\$ 51,2 milhões) e Canadá (+27,8%, +US\$ 336,3 milhões).

Do lado das importações nordestinas, o resultado apresentado, segundo categoria econômica, foi motivado pelo aumento nas compras de Combustíveis e lubrificantes (+9,2%, +US\$ 679,3 milhões), de Bens de Consumo (+54,4%, +US\$ 580,2 milhões) e de Bens de Capital (+10,3%, +US\$ 128,8 milhões), no período de jan-set/2024 ante jan-set/2023.

As compras de produtos da categoria Combustíveis e lubrificantes atingiram US\$ 8.039,6 milhões, participando com 36,9% das compras externas. O principal produto importado, Óleos combustíveis de petróleo registrou queda de 24,1% (-US\$ 1.067,0 milhões). Por outro lado, cresceram as aquisições de Óleos brutos de petróleo (+22,7%, +US\$ 432,7 milhões) e Gás natural, liquefeito ou não (+637,8%, +US\$ 1.180,4 milhões). dentre outros.

As aquisições de Bens de consumo (7,6% do total) somaram US\$ 1.646,6 milhões, com destaque para as importações de Veículos de passageiros (36,8% da categoria) que cresceram 173,6% (+US\$ 384,3 milhões).

As importações de Bens de Capital alcançaram US\$ 1.380,4 milhões (6,3% da pauta). O principal produto adquirido foi Máquinas de energia elétrica e suas partes que registrou queda de 22,9% (-US\$ 44,7 milhões). Entretanto, vale destacar o incremento nas aquisições de Plataformas e outras estruturas flutuantes (+2298,2%, +US\$ 81,3 milhões), Geradores elétricos giratórios e suas partes (+43,2%, +US\$ 22,3 milhões) e de Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (+6,4%, +US\$ 8,5 milhões).

Por outro lado, as importações de Bens Intermediários (US\$ 10.730,7 milhões), 49,2% do total das aquisições, registraram leve queda de 0,7%, no período em análise, com destaque para Válvulas e tubos termiônicas (-49,3%, -US\$ 450,9 milhões)) e Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, etc. (-40,8%, -US\$ 140,4 milhões). Por outro lado, cresceram as compras de Óleos combustíveis de petróleo (+8,0%, +US\$ 134,3 milhões), Adubos ou fertilizantes químicos (+8,3%, +US\$ 122,4 milhões) e Trigo e centeio, (+8,9%, +US\$ 44,2 milhões).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-set /2024/2023- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-set/2024		Jan-set/2023		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.380,4	6,3	1.251,5	6,1	10,3
Bens intermediários	10.730,7	49,2	10.805,5	52,7	-0,7
Bens de consumo	1.646,6	7,6	1.066,5	5,2	54,4
Combustíveis e lubrificantes	8.039,6	36,9	7.360,3	35,9	9,2
Bens não especificados anteriormente	2,8	0,0	5,3	0,0	-46,3
TOTAL	21.800,2	100,0	20.489,1	100,0	6,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 11/11/2024). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações nordestinas, no acumulado de janeiro a setembro/24, foram: Estados Unidos (21,1%), China (18,4%) e Rússia (7,8%) que responderam por 47,3% do total. Frente a mesmo período de 2023, cresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (+14,3%, +US\$ 577,0 milhões), China (+12,0%, +US\$ 427,2 milhões) e da Rússia (+33,1%, +US\$ 424,3 milhões).

8.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Maranhão (+US\$ 1.410,0 milhões), Piauí (+US\$ 987,1 milhões), Rio Grande do Norte (+US\$ 336,7 milhões) e Bahia (+US\$ 341,1 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial, no período de janeiro a setembro de 2024. Os demais apresentaram déficits: Pernambuco (-US\$ 4.182,7 milhões), Ceará (-US\$ 1.153,0 milhões), Paraíba (-US\$ 850,3 milhões), Sergipe (-US\$ 32,0 milhões) e Alagoas (-US\$ 7,9 milhões).

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-set/2023/2024 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-set/2024/ Jan-set/2023	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-set/2024/ Jan-set/2023	
Maranhão	4.425,1	23,7	5,5	3.015,0	13,8	-16,8	1.410,0
Piauí	1.189,5	6,4	-5,9	202,4	0,9	-42,0	987,1
Ceará	1.186,8	6,4	-22,7	2.339,8	10,7	-4,3	-1.153,0
R G do Norte	734,6	3,9	38,7	398,0	1,8	-21,0	336,7
Paraíba	107,9	0,6	-13,3	958,3	4,4	33,2	-850,3
Pernambuco	1.433,9	7,7	-8,0	5.616,6	25,8	4,8	-4.182,7
Alagoas	599,0	3,2	5,1	606,9	2,8	19,4	-7,9
Sergipe	298,3	1,6	33,1	330,3	1,5	64,4	-32,0
Bahia	8.674,0	46,5	7,0	8.332,9	38,2	22,9	341,1
Nordeste	18.649,1	100,0	3,0	21.800,2	100,0	6,4	-3.151,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 11/11/2024). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

No Maranhão, as exportações totalizaram US\$ 4.425,1 milhões, no acumulado até setembro de 2024, crescimento de 5,5%, ante mesmo período de 2023. As vendas dos produtos da Agropecuária (46,0% do total) e da Indústria Extrativa (5,7%) decresceram 13,5% e 5,0%, respectivamente, com destaque para Soja (-6,7), Milho (-54,0%) e Minério de ferro e seus concentrados (-3,7%). A Indústria de Transformação (48,2% da pauta) registrou aumento de 35,4%, favorecida, principalmente, pela expansão nas vendas de Celulose (+58,6%), Alumina (+37,5%) e Alumínio (+38,3%). As importações (US\$ 3.015,0 milhões) decresceram 16,8%, devido, sobretudo, à diminuição nas aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (-24,8%) e de Bens Intermediários (-9,6%), que representaram, 59,9% e 33,2%, respectivamente, da pauta.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 1.189,5 milhões, queda 5,9%, nesse período comparativo. As vendas dos produtos da Agropecuária (89,6% do total) recuaram 9,9%, influenciadas, principalmente, pela queda nas vendas de Milho (-79,1%). As importações retrocederam bem mais (-42,0%), alcançando US\$ 202,4 milhões, devido, principalmente, a redução nas aquisições de Bens Intermediários (-46,8%), que representaram 83,4% do total.

No Estado do Ceará, as exportações atingiram o valor de US\$ 1.186,8 milhões, queda de 22,7%. Esse resultado decorre, principalmente, do decréscimo de 23,4% nas vendas dos produtos da Indústria de transformação (89,2% do total). As exportações de Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço, recuaram 36,2% e de Calçados, 27,9%. As importações somaram US\$ 2.339,8 milhões, queda de 4,3%, com a redução nas aquisições de Bens Intermediários (-10,4%). Por outro lado, cresceram as importações de Bens de Capital (+22,2%), Bens de Consumo (+24,0%) e de Combustíveis e Lubrificantes (+1,6%).

No Rio Grande do Norte, as exportações alcançaram US\$ 734,6 milhões, crescimento de 38,7%, devido ao incremento de 60,8% das vendas dos produtos da Indústria de Transformação (80,1% do total), com destaque para Óleos combustíveis de petróleo (+82,7%). Já as importações (US\$ 398,0 milhões) decresceram 21,0%, devido à redução nas compras de Bens de Capital (-22,9%) e de Bens Intermediários (-31,5%). Por outro lado, as importações de Combustíveis e Lubrificantes cresceram 4,9% e de Bens de Consumo, 28,9%.

As exportações da Paraíba somaram US\$ 107,9 milhões, retração de 13,3%, no período em análise. As vendas da Agropecuária (3,4% da pauta do Estado), da Indústria Extrativa (8,1%) e da Indústria de Transformação (88,4%) recuaram 25,8%, 46,2% e 7,5%, respectivamente. Os principais produtos que reduziram as vendas foram: Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (-27,8%), Outros minérios e concentrados dos metais de base (-76,5%) e de Calçados (-35,4%). Por outro lado, vale destacar o incremento nas vendas de Açúcares e melaços (+127,5%). As importações (US\$ 958,3 milhões) cresceram 33,2%, motivada pelo aumento nas aquisições de Bens de Combustíveis e Lubrificantes (+84,6%), Bens de Consumo (+22,3%) e Bens Intermediários (+33,6%).

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 1.433,9 milhões, no período de jan-set/24, valor 8,0% inferior ao registrado entre jan-set/23. A Indústria de Transformação, 88,1% da pauta exportadora do Estado recuou 10,3%, devido, principalmente à queda nas vendas de Óleos combustíveis de petróleo (-69,2%), Veículos de passageiros (-10,5%) e Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (-55,9%), embora tenha registrado incremento em, dentre outros, Açúcares e melaços (+121,8%) e Veículos para transporte de mercadorias e usos especiais (+198,9%). As importações totais, US\$ 5.616,6 milhões, cresceram 4,8%, devido ao aumento nas compras externas de Bens Intermediários (+8,7%), Bens de Capital (+8,2%) e Bens de Consumo (+77,8%), enquanto as aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (-23,6%) recuaram.

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 599,0 milhões, registrando aumento de 5,1%. Os produtos da Indústria de Transformação (74,0% do total) cresceram 9,0%, com destaque para as vendas externas de Açúcares e melaços (+9,1%). Já as importações (US\$ 606,9 milhões) cresceram de 19,4%, principalmente, com o aumento nas aquisições de Bens de Consumo (+33,7%) e de Bens Intermediários (+11,2%) que responderam por 39,3% e 49,7%, respectivamente, da pauta.

Sergipe exportou US\$ 298,3 milhões, registrando crescimento de 33,1%. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento nas vendas de Óleos brutos de petróleo (+57,0%) da Indústria Extrativa (58,4% do total) e de Sucos de frutas (+37,3%) da Indústria de Transformação (41,0%). As importações (US\$ 330,3 milhões) aumentaram 64,4%. Todas as categorias econômicas registraram crescimento: Bens de Capital (+93,6%), Bens Intermediários (+37,4%), Bens de Consumo (+80,9%) e Combustíveis e Lubrificantes (+105,8%).

Na Bahia, as exportações alcançaram US\$ 8.674,0 milhões, aumento de 7,0%. Os produtos da Agropecuária (32,1% da pauta), da Indústria Extrativa (5,9%) e da Indústria de Transformação (61,8%) registraram crescimento nas vendas de 20,6%, 16,5% e 0,5%, respectivamente. Os destaques de cada atividade foram: Algodão em bruto (+97,0%), Café não torrado (+74,7%), Soja (+11,5%), Minérios de cobre e seus concentrados (+120,1%) e Celulose (+22,6%). As importações (US\$ 8.332,9 milhões) registraram crescimento de 22,9%, devido, principalmente, ao aumento nas compras de Combustíveis e lubrificantes (+73,1%).

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, nos nove primeiros meses de 2024, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados- - Em %– Jan-set/2024

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Soja (40,6%) Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (21,9%), Celulose (16,2%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (58,6%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (24,5%), Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (3,4%)
Piauí	Soja (83,6%), Farelos de soja (5,1%), Milho não moído, exceto milho doce (2,8%)	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (24,1%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados (20,0%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, folheados (12,0%)
Ceará	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (44,2%), Calçados (12,3%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (6,7%)	Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (15,4%), Óleos combustíveis de petróleo (exceto óleos brutos) (8,4%), Trigo e centeio, não moídos (7,9%)
Rio Grande do Norte	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (67,9%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (14,6%), Tecidos de algodão, telas (não incluindo as fitas ou especiais) (3,3%)	Óleos combustíveis de petróleo (exceto óleos brutos) (20,5%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (20,5%), Trigo e centeio, não moídos (9,6%)
Paraíba	Açúcares e melaços (40,8%), Calçados (31,5%), Sucos de frutas ou de vegetais (9,0%)	Óleos brutos de petróleo (17,5%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (17,2%), Geradores elétricos giratórios e suas partes (13,7%)
Pernambuco	Açúcares e melaços (22,5%), Veículos automóveis de passageiros (20,3%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (10,7%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (17,9%), Veículos automóveis de passageiros (10,7%), Propano e butano liquefeito (9,0%)
Alagoas	Açúcares e melaços (72,3%), Minérios de cobre e seus concentrados (24,4%), Tabaco em bruto (1,3%)	Malas, pastas, estojos e sacos de viagem; bolsas e artefatos semelhantes (5,2%), Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (5,2%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (4,6%)
Sergipe	Óleos brutos de petróleo (58,4%), Sucos de frutas ou de vegetais (33,1%), Óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (3,0%)	Gás natural, liquefeito ou não (37,8%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (23,1%), Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (8,3%)
Bahia	Soja (20,8%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (20,0%), Celulose (12,9%)	Óleos brutos de petróleo (26,4%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (23,2%), Gás natural, liquefeito ou não (14,9%)
NORDESTE	Soja (24,7%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (13,2%), Celulose (9,8%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (23,7%), Óleos brutos de petróleo (10,8%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (7,3%)
BRASIL	Soja (15,3%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (13,5%), Minério de ferro e seus concentrados (9,1%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (6,1%), Adubos ou fertilizantes químicos (5,0%), Veículos automóveis de passageiros (3,6%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 11/11/2024). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– Jan-set/2024

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (30,4%), Canadá (17,8%), Estados Unidos (12,9%)	Rússia (21,2%), Estados Unidos (16,8%), Omã (7,9%)
Piauí	China (66,64%), Espanha (14,6%), Estados Unidos (3,0%)	China (64,9%), Japão (7,1%), Estados Unidos (5,5%)
Ceará	Estados Unidos (48,1%), México (4,6%), França (4,2%)	China (38,1%), Estados Unidos (16,4%), Rússia (6,0%)
Rio Grande do Norte	Países Baixos (Holanda) (19,3%), Virgens, Ilhas (Americanas) (17,3%), Singapura (16,3%)	China (37,1%), Estados Unidos (16,0%), Países Baixos (Holanda) (6,8%)
Paraíba	Estados Unidos (15,2%), Espanha (15,2%), Portugal (10,9%)	Estados Unidos (28,7%), China (26,4%), Países Baixos (Holanda)(11,5%)
Pernambuco	Argentina (25,6%), Estados Unidos (8,7%), México (8,7%)	China (23,0%), Estados Unidos (17,4%), Argentina (8,6%)
Alagoas	China (21,1%), Canadá (18,8%), Estados Unidos (9,5%)	China (57,5%), Estados Unidos (5,8%), Chile (4,5%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (40,2%), Estados Unidos (18,2%), Singapura (12,0%)	Catar (30,0%), Estados Unidos (20,4%), China (16,0%)
Bahia	China (27,7%), Singapura (10,1%), Estados Unidos (7,3%)	Estados Unidos (27,4%), Angola(10,3%), China (7,8%)
Nordeste	China (25,5%), Estados Unidos (11,3%), Canadá (8,3%)	Estados Unidos (21,1%), China (18,4%), Rússia (7,8%)
Brasil	China (30,0%), Estados Unidos (11,5%), Argentina (3,8%)	China (23,6%), Estados Unidos (15,6%), Alemanha (5,4%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 11/11/2024). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Agências Oficiais de Fomento e Grau de Endividamento dos Estados e Capitais. Deveria tratar, também, da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS). No entanto, até 07 de novembro, os dados da arrecadação em 2024, estão precários, a última atualização do Confaz foi em 08 de outubro. Apenas em nove Estados tem-se os dados até agosto. O Paraná não divulgou nenhum dado no site do Confaz. Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso e Espírito Santo, só divulgaram os dados de janeiro, enquanto Pernambuco, Acre, Minas Gerais e Santa Catarina, só têm os dados de janeiro e fevereiro, e Goiás, Alagoas, Maranhão e São Paulo, até abril.

No início do capítulo, faz-se uma síntese do que ocorreu com a distribuição dos Fundos Constitucionais e do ICMS, usando os dados de 2023.

A seguir, faz-se uma análise da evolução dos fundos constitucionais para o Nordeste. Indiretamente, quando se discute as transferências dos fundos constitucionais (FPE e FPM), tratamos, também, da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo.

Após a análise da evolução das Transferências Constitucionais, o capítulo trata das aplicações das agências oficiais de fomento (Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco da Amazônia - BASA, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Estes dois últimos serão chamados de Outros (FINEP e FINAME). O foco são as aplicações do BNB na Região, olhando o setor (rural, indústria, comércio e serviços, entre outros) e o porte (micro, pequeno, médio e grande), nos estados nordestinos. Nordeste. Em seguida, discute o índice de endividamento dos estados e capitais da Federação, com ênfase na Região Nordeste.

Síntese da Evolução dos Fundos e do ICMS:

As Transferências Constitucionais (Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM) são muito importantes para os estados mais pobres da Federação. Em 2022, estas transferências na Região Nordeste, superaram um pouco a arrecadação do ICMS, R\$ 115,7 bilhões, para R\$ 115,5 bilhões. Em 2023, as transferências dos fundos (R\$ 120,1 bilhões), continuam a superar a arrecadação do ICMS na Região (R\$ 115,5 bilhões). Nos três maiores estados da Região, Bahia, Pernambuco e Ceará, as Transferências são menores que a arrecadação do ICMS, 76,5%, 73,8% e 97,3% respectivamente. À exceção da Bahia, Ceará e Pernambuco, os outros estados nordestinos são muito dependentes das Transferências da União. A maior dependência é do Piauí (Transferências/ICMS = 165,9%), seguida por Sergipe (Transferências/ICMS = 163,4%), Alagoas (154,6%) e Paraíba (141,5%).

Tabela 1 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – 2023 – R\$ milhões

Estado/Região	ATÉ dezembro/2023				
	FPE + FPM	ICMS	(FPE + FPM) + ICMS	FPE+FPM/ICMS	(FPE+FPM)/(FPE+FPM+ICMS)
Alagoas	8.995	5.819	14.814	154,6	60,7
Bahia	25.813	33.744	59.557	76,5	43,3
Ceará	16.698	17.154	33.852	97,3	49,3
Maranhão	15.542	11.495	27.037	135,2	57,5
Paraíba	10.882	7.690	18.572	141,5	58,6
Pernambuco	16.264	22.038	38.302	73,8	42,5
Piauí	9.581	5.776	15.357	165,9	62,4
Rio Grande do Norte	8.814	7.195	16.009	122,5	55,1
Sergipe	7.501	4.592	12.093	163,4	62,0

Estado/Região	ATÉ dezembro/2023				
	FPE + FPM	ICMS	(FPE + FPM) + ICMS	FPE+FPM/ICMS	(FPE+FPM)/(FPE+FPM+ICMS)
Nordeste	120.091	115.503	235.594	104,0	51,0
Norte	47.638	49.107	96.745	97,0	49,2
Sudeste	59.057	336.854	395.911	17,5	14,9
Sul	34.236	119.967	154.203	28,5	22,2
Centro-Oeste	20.279	69.349	89.628	29,2	22,6
Brasil	281.302	690.780	972.082	40,7	28,9

Fonte: BNB/Etene, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), 2023.

Cabe observar que o Norte e o Nordeste são as Regiões mais dependentes dos recursos constitucionais. A relação entre as transferências e o ICMS é 40,7% no Brasil, e apenas 17,5% no Sudeste. Na Região Norte, com tantos problemas como o Nordeste, a relação é 97,0%, e 104,0% no Nordeste.

Transferências Constitucionais:

As Transferências Constitucionais (Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM) são muito importantes para os estados mais pobres da Federação. Em 2022, estas Transferências na Região Nordeste, superaram um pouco a arrecadação do ICMS, R\$ 115,7 bilhões, para R\$ 115,5 bilhões. Em 2023, as transferências dos fundos (R\$ 120,1 bilhões), continuam a superar a arrecadação do ICMS na Região (R\$ 119,4 bilhões).

As Transferências Constitucionais (FPE + FPM) para os estados do Nordeste, até setembro de 2024, somaram R\$ 102,4 bilhões, um crescimento real de +11,8% (FPE, +11,3% e FPM, +12,4%), comparado com o mesmo período de 2023. O crescimento no Brasil foi de +11,5%.

Tabela 2 – FPE + FPM - Brasil, Nordeste e Estados Selecionados – 2024 – Até setembro - R\$ Milhões (1)

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Alagoas	4.091	4.800	2.493	2.848	477	502
Bahia	8.791	10.218	10.058	11.703	859	1.004
Ceará	6.777	7.874	5.453	6.350	955	1.116
Maranhão	6.788	7.821	4.602	5.353	597	697
Paraíba	4.503	5.209	3.457	4.191	382	558
Pernambuco	6.556	7.627	5.326	6.269	557	703
Piauí	4.137	4.737	2.865	3.390	553	697
Rio Grande do Norte	3.751	4.433	2.716	3.164	344	402
Sergipe	3.874	4.438	1.642	1.962	344	446
Nordeste	49.268	57.157	38.611	45.230	5.067	6.125
Espírito Santo	1.666	1.763	1.955	2.250	191	201
Minas Gerais	4.372	5.226	14.375	16.614	573	558
Brasil	95.735	110.862	109.510	127.639	10.951	12.764

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a setembro de cada ano.

O valor do FPE para o Nordeste foi de R\$ 57,2 bilhões, que representa 51,6% do total distribuído. Todos os estados nordestinos tiveram variações reais. O Espírito Santo teve a menor variação na área de atuação do BNB de +1,5% (+R\$ 26 milhões). Minas Gerais teve um crescimento real de +14,7% (R\$ 670 milhões). Os maiores crescimentos, na Região, se encontram no Rio Grande do Norte (+13,4% - R\$ 524 milhões), Alagoas (+12,6% - R\$ 537 milhões), Pernambuco (+11,6% - R\$ 794 milhões), Bahia (+11,5% - R\$ 1,1 bilhão) e Ceará (+11,5% - R\$ 812 milhões). A menor variação é do Piauí (+9,9% - R\$ 426 milhões) e Sergipe (+9,9% - R\$ 400 milhões).

O valor do FPM para a Região foi de R\$ 45,2 bilhões, que representa 35,4% do total distribuído. Todos os estados também tiveram ganhos reais. As maiores variações foram da Paraíba (+16,3% - R\$ 589 milhões), Sergipe (+14,7% - R\$ 251 milhões), Piauí (+13,6% - R\$ 405 milhões) e Pernambuco (+13,0% - R\$ 719 milhões). Os crescimentos no Espírito Santo e em Minas Gerais foram +10,4% (R\$ 212 milhões) e +10,9% (R\$ 1,6 bilhão), respectivamente. As menores variações são de Alagoas (+9,6% - R\$ 251 milhões), Maranhão (+11,6% - R\$ 557 milhões) e Rio Grande do Norte (+11,7% - 333 milhões).

As capitais da Região receberam R\$ 6,1 bilhões até setembro de 2024, que representa 48,0% do total transferido para as capitais do País. O FPM distribuído para as capitais nordestinas, que também impacta no FPM da Região teve um crescimento real de +16,0%. Isto, em razão do aumento dos coeficientes de João Pessoa, Teresina e Aracaju. O crescimento de Recife, acima da média, não encontra correspondência com seu coeficiente. Em contrapartida, Maceió foi a que mais perdeu participação (queda de -0,5% no coeficiente), em função do aumento da renda per capita, que fez o fator renda cair. A variação real para Maceió foi um leve aumento de +0,9% (R\$ 5 milhões), enquanto João Pessoa variou +40,2% (R\$ 160 milhões), Aracaju, +24,6% (R\$ 88 milhões), Teresina, +21,1% (R\$ 121 milhões) e Recife, +21,0% (R\$ 122 milhões). Vitória sofreu um aumento de +0,9% (R\$ 2 milhões) e Belo Horizonte de -6,5% (-R\$ 39 milhões).

A Tabela 2 traz as previsões para o que vai ser transferido de FPE e FPM, período outubro a dezembro de 2024 (Tesouro Nacional), e o total para o ano de 2025, segundo a previsão do Projeto de Lei Orçamentária 2025. A expectativa é um crescimento nominal para o ano, no Brasil, com relação a 2024, em torno dos +5,0% (FPE) e +6,9% (FPM). As previsões para 2025 têm as seguintes hipóteses: IPCA (3,3%), PIB (2,6%) e câmbio (médio) (5,19). No caso do FPM, por ainda não terem sido divulgados os coeficientes de 2025, foram usados os coeficientes de 2024.

Tabela 3 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) – Brasil, Nordeste e Estados Seleccionados – outubro a dezembro - 2024 e 2025 – R\$ milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	outubro a dezembro (2024)	2025	outubro a dezembro (2024)	2025	outubro a dezembro (2024)	2025
Alagoas	1.622	6.832	1.057	4.272	186	711
Bahia	3.454	14.597	4.344	17.551	373	1.422
Ceará	2.661	11.275	2.357	9.524	414	1.580
Maranhão	2.643	11.131	1.987	8.027	259	987
Paraíba	1.761	7.387	1.555	6.285	207	790
Pernambuco	2.578	10.950	2.327	9.402	261	995
Piauí	1.601	6.723	1.258	5.084	259	987
Rio Grande do Norte	1.498	6.529	1.174	4.745	149	569
Sergipe	1.500	6.526	728	2.942	166	632
Nordeste	19.319	81.949	16.787	67.832	2.273	8.673
Espírito Santo	596	2.674	835	3.374	75	284
Minas Gerais	1.767	7.063	6.166	24.917	207	790
Brasil	37.471	158.608	47.372	191.445	4.737	18.073

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN (previsões de outubro a dezembro) e Projeto de Lei Orçamentária 2025 (previsões para 2025).

Agências Oficiais de Fomento:

Esta seção, acompanha a evolução dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas Agências Oficiais de Fomento, na Região Nordeste, até agosto de 2024. São estas as maiores responsáveis pelo investimento produtivo na Região. A avaliação do comportamento das Agências Oficiais de Fomento, se estende até junho, e permite visualizar o nível de aplicações em todos os estados da Região. A programação para 2024, de empréstimos e financiamentos, efetivamente concedidos, na Região Nordeste, é de R\$ 237,3 bilhões, 12,4% maior que o valor aplicado no ano anterior (R\$ 211,1bilhões). Já foram realizados 64,7% deste valor programado, apenas 2,9% menor que o previsto para realizar em oito meses.

Até agosto de 2024, os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos (R\$ 153,6 bilhões), equivalem a 64,7% da programação anual, apenas 2,9% abaixo da previsão em oito meses. Das principais agências, apenas o Banco do Brasil (120,6% e R\$ 69,6 bilhões) superou a meta. O BNB (97,2% e R\$ 33,4 bilhões), Caixa (77,4% e R\$ 40,6 bilhões) e BNDES (64,9% e R\$ 8,2 bilhões), estão abaixo da meta.

Olhando a alocação dos recursos por setor de atividade, vê-se que a principal alocação é no setor “outros” (42,2%), em função das aplicações do Banco do Brasil (78,9% e R\$ 51,2 bilhões). Acreditamos ser em sua maioria pessoa física. A área de maior risco, por suas particularidades climáticas, o setor rural captou R\$ 16,8 bilhões, em que 83,0% são de responsabilidade do BNB, 7,3%, da Caixa Econômica Federal, seguida pelo BNDES (6,3%).

Tabela 4 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por setor – R\$ Milhões – Até agosto de 2024

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação Financeira	Serviços	Habitação	Outros¹
	153.639	16.848	16.020	14.675	1.501	20.891	18.838	64.867
% de cada setor no Nordeste	100,0	11,0	10,4	9,6	1,0	13,6	12,3	42,2
BNB	21,8	83,0	56,3	11,4	0,0	38,0	0,0	1,2
BNDES	5,4	6,3	4,5	3,9	69,8	23,1	0,0	0,0
CAIXA	26,4	7,3	8,3	24,8	0,0	16,6	95,8	19,9
BANCO DO BRASIL	45,3	1,1	23,2	59,8	29,6	21,6	4,2	78,9
OUTROS²	0,9	0,6	7,0	-	0,6	0,8	0,0	0,0
BASA NORDESTE	0,2	1,5	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Principalmente pessoa física. 2. Finep e Finame. Nota: Os percentuais internos da Tabela se referem à distribuição, em cada setor, nas agências oficiais de fomento, exemplo: do total aplicado no setor rural (R\$ 16,8 bilhões), 83,0%, são do BNB.

Ainda pela distribuição dos recursos pelos setores produtivos, nas principais agências de fomento, nota-se que o BNB tem uma dispersão mais equilibrada, em que os setores rural, industrial e serviços captaram 92,6% dos recursos, sendo 41,8%, 27,0% e 23,8%, respectivamente. Nesses três setores, o BNDES aplicou 80,3%, só que 58,5% no setor serviços. Na CEF, habitação e “outros”, captaram 76,2% dos empréstimos e financiamentos.

Na distribuição das aplicações por porte, no caso do BNB, vê-se que os empréstimos e financiamentos para os segmentos micro, pequeno e médio, consomem 75,6% dos recursos, quando do total de todas as agências, é 84,1%, em que 58,6% é Micro. O segmento grande porte (médio grande e grande), no BNB, participa com 24,4% dos recursos. É neste segmento que se encontram os empreendimentos de infraestrutura, base para as outras cadeias produtivas, e geradoras de funding suficiente para dar sustentação aos empreendimentos de maior risco, nos outros portes. O segmento micro, que incorpora as aplicações para pessoa física, é o foco do Banco do Brasil (76,3% das aplicações) e da Caixa (69,3%).

Tabela 5 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por porte – R\$ Milhões – até agosto de 2024

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
	153.639	87.331	22.231	19.473	5.728	18.876
% de cada setor no Nordeste	100,0	56,8	14,5	12,7	3,7	12,3
BNB	21,8	6,7	28,0	67,8	95,7	14,1
BNDES	5,4	0,1	2,3	7,6	0,0	32,4
CAIXA	26,4	32,3	37,3	4,8	4,3	15,8
BANCO DO BRASIL	45,3	60,8	31,8	17,2	0,0	32,0
OUTROS¹	0,9	0,0	0,3	2,3	0,0	4,7
BASA NORDESTE	0,2	0,1	0,2	0,4	0,0	1,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de coordenação e governança das empresas estatais – SEST. 1. Finep e Finame. Nota: Os percentuais internos da Tabela, se referem a distribuição, em cada porte, nas agências oficiais de fomento, exemplo: do total aplicado no porte micro (R\$ 87,3 bilhões), 6,7%, é do BNB.

Do total dos recursos aplicados (R\$ 153,6 bilhões), 66,7% foram destinados aos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão. No caso do BNB, o percentual sobe para 68,7% (R\$ 23,0 bilhões). A Finep e Finame aportaram R\$ 1,4 bilhão, em que Alagoas ficou com 40,9% dos recursos, seguido pelo Ceará (33,7%), Bahia (10,8%) e Piauí (5,5%).

Olhando o Estado que teve o maior aporte de recursos, no total das agências, vê-se que a Bahia (28,0%) tem a primeira posição, sendo Pernambuco (14,1%) a segunda. No BNB, Bahia (31,3%) e Pernambuco (15,1%) têm também as primeiras posições, seguidas pelo Maranhão (11,6%) e Ceará (10,7%). No BNDES, a Bahia captou 54,8% dos recursos, a segunda posição é do Rio Grande do Norte (10,0%). No Banco do Brasil, o Maranhão é a segunda posição (15,2%), e Pernambuco (17,3%), na Caixa Econômica Federal.

Tabela 6 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por Estado – R\$ Milhões – Até agosto de 2024

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	BNB	BNDES	BB	CEF	BASA	OUTROS¹
	153.639	33.433	8.230	69.567	40.628	380	1.401
% de cada Estado no Nordeste	100	21,8	5,4	45,3	26,4	0,2	0,9
Alagoas	5,5	4,1	5,7	4,3	7,1	-	49,9
Bahia	28,0	31,3	54,8	25,5	24,8	-	10,8
Ceará	12,5	10,7	7,8	12,3	14,5	-	33,7
Maranhão	12,2	11,6	7,3	15,5	7,7	100,0	-
Paraíba	6,4	5,5	3,1	5,4	9,7	-	0,0
Pernambuco	14,1	15,1	6,0	13,0	17,3	-	0,0
Piauí	8,6	9,1	3,4	10,8	5,6	-	5,5
Rio Grande do Norte	8,4	7,2	10,0	9,3	8,0	-	-
Sergipe	4,4	5,4	1,8	3,8	5,3	-	-

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Finep e Finame. Nota: Os percentuais internos da Tabela, se referem à distribuição, em cada Estado, nas Agências Oficiais de Fomento, exemplo: do total aplicado no BNB (R\$ 33,4 bilhões), 31,3%, são da Bahia.

Grau de Endividamento dos Estados e Capitais:

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Os entes federados só podem tomar operações de crédito se seu GRE, constituído pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), for menor que 2.

O índice de endividamento nacional saiu de 0,88 (2021), para 0,77 (2022), 0,79 em 2023, e 0,73 no segundo quadrimestre de 2024. Enquanto isso, o índice nordestino era 0,31 em 2022, passou para 0,31 em 2023 e, no segundo quadrimestre de 2024, caiu para 0,26. A relação entre o GRE do Nordeste e do Brasil, vem caindo, 42,9% (2022), 39,4 (2023) e 34,7% (2024).

O nível de endividamento das capitais representava 22,6% do Endividamento dos Estados (2021). Caiu para 9,0% em 2022, subiu para 11,6% em 2023, e caiu para 11,4% no segundo quadrimestre de 2024. A participação é muito baixa, e sinaliza que as capitais têm autonomia e recursos para bancarem suas ações, enquanto fica para o Estado, a obrigação de atuação em todos os outros municípios, principalmente em saúde, e infraestrutura. Nas capitais da Região Sul, apenas Florianópolis tem DCL positivo, ou seja, na Região Sul os recursos em caixa superam suas dívidas líquidas consolidadas. As capitais da Região Centro-Oeste, é que têm o maior nível de endividamento (0,14), seguida pelo Norte (0,14), Sudeste e o Nordeste (0,08, cada), mas, mesmo assim, é muito baixo. No Nordeste, a relação entre os endividamentos das Capitais e Estados, saiu de 34,5% (2021), para 28,4% (2022), 33,0% em 2023, e 30,1% no segundo quadrimestre de 2024.

Quatro Estados (MG, RJ, SP e RS), representavam 87,1% da DCL (Dívida consolidada Líquida) do País em 2023, e 44,6% da RCL (receita corrente líquida). No segundo quadrimestre de 2024, passaram para 89,3% e 40,5%, respectivamente. À exceção do Rio de Janeiro, entre estes quatro com situação mais complicada, os outros Estados tiveram reduções em seus índices de endividamento. No entanto, todas outras Regiões, também tiveram. Os índices do Sudeste (1,39) e do Sul (0,67) são os mais altos, enquanto o do Norte (0,06) é o mais baixo.

O GRE da Região Nordeste teve uma variação de -18,3%, em função da queda de -8,9% (variação nominal) em sua DCL, e um aumento de sua RCL (variação nominal de +11,5%). O Nordeste detém 7,8% da DCL nacional e 22,5% da RCL. A redução do índice nacional de endividamento (0,79 para 0,73), -7,1%, se deve à queda de -0,6% na DCL, e a um aumento de +7,0%, no RCL.

O único Estado na Região, que piorou seu índice de endividamento, foi Piauí, 0,47 para 0,51, 7,9%. A sua Dívida Consolidada Líquida aumentou +15,7%, de 2023 para o 2º quadrimestre de 2024, enquanto sua Receita Corrente Líquida cresceu +7,2%. As maiores reduções nos níveis de endividamento, na Região, ocorreram em Pernambuco (-34,4%), Sergipe (-36,5%), Rio Grande do Norte (-19,7%) e Ceará (-14,7%). No primeiro, houve uma redução na DCL de -26,3% e um aumento na RCL de +12,3%. No segundo, uma redução na DCL (-30,5%) e aumento na RCL (+9,3%). No Rio Grande do Norte, as variações foram -14,3% (DCL) e +6,7% (RCL). No Ceará, a DCL caiu -6,6% e a RCL aumentou em +10,8%. Tanto a Paraíba, quanto o Espírito Santo têm GRE igual a zero porque tinham recursos em caixa acima do valor de suas DCL.

Tabela 7 – Grau de Endividamento (GRE) Regiões, Brasil e Estados Selecionados – 2023 e 2º quadrimestre de 2024

Estado/Região/País	Estado				Capital		
	2023	2024	Relação(%) ¹	Var. %	2023	2024	Var. %
Alagoas	0,70	0,69	94,2	-1,5	0,0	0,0	0,0
Bahia	0,36	0,35	48,3	-2,8	0,1	0,2	61,9
Ceará	0,29	0,25	33,7	-15,7	0,2	0,3	12,8
Maranhão	0,17	0,03	4,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Paraíba	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pernambuco	0,32	0,21	28,5	-34,4	0,2	0,3	7,6
Piauí	0,47	0,51	69,1	7,9	0,3	0,3	1,0
Rio Grande do Norte	0,25	0,20	27,7	-19,7	0,2	0,3	7,6
Sergipe	0,23	0,15	19,8	-36,5	0,2	0,2	41,5
Nordeste	0,31	0,26	34,7	-18,3	0,1	0,1	-25,4
Norte	0,11	0,06	8,6	-40,4	0,1	0,1	0,2
Sudeste	1,42	1,39	188,9	-2,2	0,1	0,1	4,9
Espírito Santo	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Minas Gerais	1,68	1,56	212,8	-7,1	0,1	0,0	-80,5
Sul	0,74	0,67	90,6	-9,5	0,0	0,0	0,0
Centro-Oeste	0,13	0,10	13,5	-24,0	0,2	0,2	-3,9
Brasil	0,79	0,73	100,0	-7,1	0,1	0,1	-8,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional (2024 e 2023). 1. Relação entre o índice estadual/capital com o índice nacional, em 2024. 2. Quando o Grau de endividamento é zero, quer dizer que o Estado/Capital tinha recurso em caixa acima de sua Dívida Consolidada Líquida.

10 Intermediação Financeira

O saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), em setembro de 2024, alcançou a marca de R\$ 6,18 trilhões de reais, o que representou crescimento de 9,9%, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior. A expansão do crédito no Brasil, em grande medida, é sustentada pela pessoa física que avançou 11,4% nos últimos doze meses, terminados em setembro de 2024. A Pessoa Jurídica registra crescimento de 7,7% no período. No recorte empresarial, o grupo das “Grandes” empresas no Brasil apresentou aceleração no saldo de crédito em 8,8% no mesmo período, superando o grupo das “Micro, Pequenas e Médias” empresas, que avançaram 7,0% no saldo de crédito nos últimos doze meses.

Entre as fontes de operações de empréstimos e financiamentos, os recursos direcionados, que registraram a marca de R\$ 2,58 trilhões, são geralmente regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ou vinculados a recursos orçamentários. Destacam-se o crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito. Em setembro de 2024, os recursos direcionados cresceram 11,2%, quando comparados ao mesmo período de 2023.

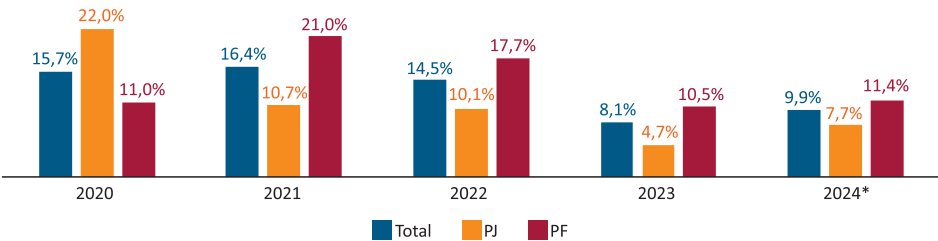
Os recursos livres apresentaram velocidade de crescimento inferior aos recursos direcionados. Os recursos livres, embora contemplem aquisição de bens, são voltados, principalmente, para a gestão do fluxo de caixa das empresas e famílias, como capital de giro e cartão de crédito, que apresentaram crescimento de 9,1% nos últimos doze meses, terminados em setembro de 2024.

Segundo o Banco Central, em setembro de 2024, nas operações destinadas às pessoas jurídicas, com recursos livres, a carteira somou R\$1,5 trilhão, com incrementos de 2,4% no mês e de 7,2% em doze meses. Esse desempenho foi influenciado pela expansão sazonal do desconto de duplicatas e outros recebíveis, +14,2%, e por expansões em capital de giro com prazo inferior a 365 dias, +6,3%, adiantamento de contratos de câmbio – ACC, +2,4% e aquisição de veículos, +1,4%.

Ainda de acordo com o Banco Central, a carteira de crédito livre às pessoas físicas cresceu 0,7% no mês e 10,5% em doze meses, totalizando R\$2,1 trilhões em setembro. Destacaram-se o crédito pessoal não consignado, +2,1%, o financiamento para aquisição de veículos, +1,7%, e o crédito consignado para trabalhadores do setor público, +0,5%.

No cenário prospectivo, de acordo com a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mais recente, a carteira de crédito deve encerrar o ano de 2024 com crescimento de 10,0%, em relação ao ano de 2023, em grande medida devido à melhora do mercado de trabalho, elevação da renda e inadimplência controlada. Em 2023, o saldo de crédito cresceu 8,1%. Com relação à fonte de recursos, os recursos direcionados devem expandir 11,3% em 2024, enquanto os recursos livres devem avançar 9,2% neste ano.

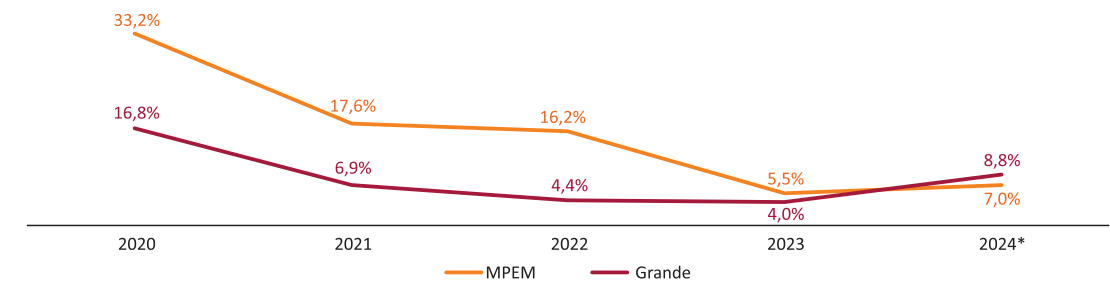
Gráfico 01 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de crescimento nos últimos 12 meses - 2020 a 2024*



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2024).

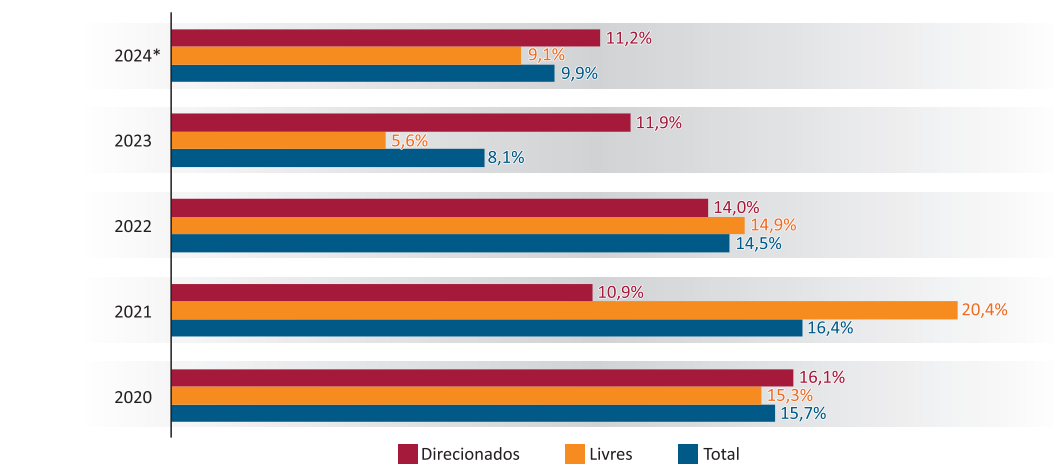
Nota: 2024* refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, terminados em setembro de 2024.

Gráfico 02 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento nos últimos 12 meses - 2020 a 2024*



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2024).
Nota: 2024* refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, terminados em setembro de 2024.

Gráfico 03 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2020 a 2024*



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2024).
Nota: 2024* refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, terminados em setembro de 2024.

Tabela 1 – Saldo de Crédito - Crescimento Anual - 2022 a 2025 - Observado e Projeções

	Ocorrido		Projeção	
	2022	2023	2024	2025
Total	14,5	8,1	10,0	8,9
Livres	14,9	5,6	9,2	8,7
PF	17,5	8,4	10,6	9,2
PJ	11,9	2,1	7,4	8,3
Direcionados	14,0	11,9	11,3	9,6
PF	18,0	13,1	10,9	10,2
PJ	6,9	9,6	11,7	8,3

Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base na Febraban (2024).

Nordeste

O Sistema Financeiro Nordestino registrou um saldo de operações de crédito de R\$ 859,02 bilhões em setembro de 2024, o que representa crescimento de 12,0% nos últimos doze meses. O aumento do crédito no Nordeste foi superior ao observado em âmbito nacional, onde este cresceu 9,9% no mesmo período.

A Região Nordeste registrou avanço no crédito, impulsionado pelo crescimento das carteiras de crédito de pessoas jurídicas, que aumentaram 11,7%, e de pessoas físicas, que subiram 12,1%. Ao final do

último mês de setembro de 2024, o saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinados às famílias representava 70,2% do total, enquanto as empresas respondiam pelos 29,8% restantes.

Crédito nos Estados

Entre os estados da área de atuação do Banco, as maiores elevações no saldo das operações de crédito ocorreram no Espírito Santo (+16,7%) e Piauí (+14,7%), no mês de setembro de 2024, quando comparado com o mesmo mês no ano de 2023. A velocidade de crescimento dos empréstimos e financiamentos da pessoa jurídica foi a força motriz da carteira de crédito do Espírito Santo, com crescimento de 17,7%. No Piauí, o crédito da pessoa jurídica, também foi o destaque, com avanço de mesma magnitude percentual, 17,7%, no período de comparação.

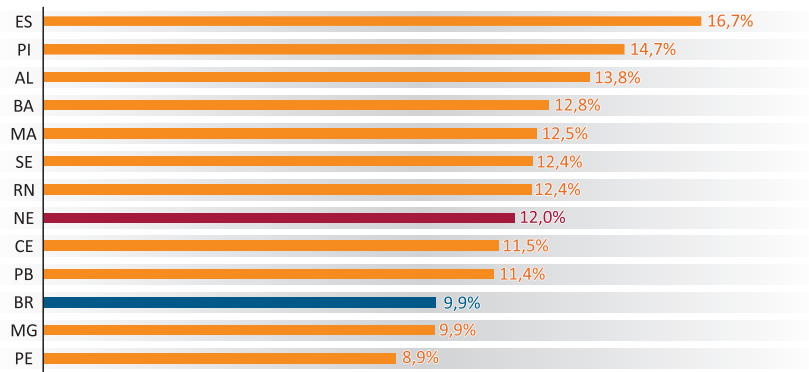
No montante total de crédito, os principais estados no Nordeste são: Bahia (R\$ 235,4 bilhões), Pernambuco (R\$ 137,2 bilhões) e Ceará (R\$ 134,3 bilhões).

Crédito nas Regiões do Brasil

Regionalmente, ao considerar as operações acima de R\$ 1 mil, a maior expansão no saldo de crédito acumulado em 2024, até setembro, foi observada na Região Norte, com um crescimento de 16,4%. A Região Nordeste, com um aumento de 12,0%, superou o ritmo de crescimento da carteira de crédito da média nacional (9,9%), e figura atualmente na terceira posição no ranking regional de expansão do crédito, ficando logo atrás da Região Sul (+12,2%)

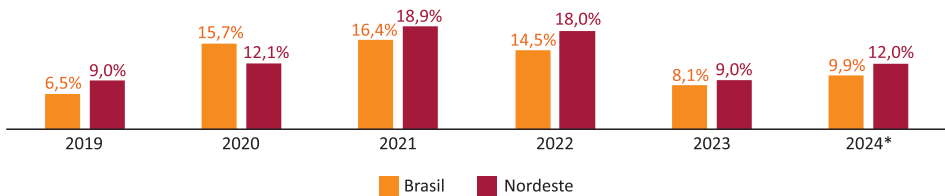
No cenário prospectivo, a melhora dos indicadores econômicos, como a redução do desemprego, o aumento da renda e da massa salarial, deve impulsionar ainda mais o crédito no Nordeste. Esses fatores contribuirão para um ambiente econômico mais favorável, estimulando o consumo e os investimentos na Região.

Gráfico 4 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Setembro de 2024



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

Gráfico 5 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordestino – Em 12 Meses % - 2019 a 2024*



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

Nota: 2024 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, encerrados em setembro de 2024.

Tabela 2 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Regiões – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2019 a 2024*

	2019	2020	2021	2022	2023	2024*
Brasil	6,5%	15,7%	16,4%	14,5%	8,1%	9,9%
Centro-Oeste	10,0%	17,3%	17,4%	17,8%	12,4%	10,8%
Nordeste	9,0%	12,1%	18,9%	18,0%	9,0%	12,0%
Norte	13,2%	17,9%	27,4%	22,4%	14,1%	16,4%
Sudeste	4,1%	15,6%	14,9%	10,9%	5,7%	9,1%
Sul	8,7%	19,1%	15,4%	16,2%	7,7%	12,2%

Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).
Nota: 2024 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, encerrados em setembro de 2024.

A taxa de inadimplência do Nordeste registrou +4,02% no mês de setembro, o que representa queda de 0,31 pontos percentuais (p.p.) nos últimos 12 meses, além de registrar o quarto recuo consecutivo na periodicidade mensal. O comportamento da inadimplência no Nordeste, nos últimos 12 meses, vem apresentando melhora em razão da pessoa física, que registrou recuo de 0,65% no período.

No Nordeste, as inadimplências mais baixas, no mês de setembro, foram observadas no Piauí (3,38%), Ceará (3,85%) e Sergipe (3,88%). Espírito Santo (+2,65%) e Minas Gerais (2,87%), que fazem parte da área de atuação do BNB, que apresentaram inadimplência inferior à média brasileira (3,24%).

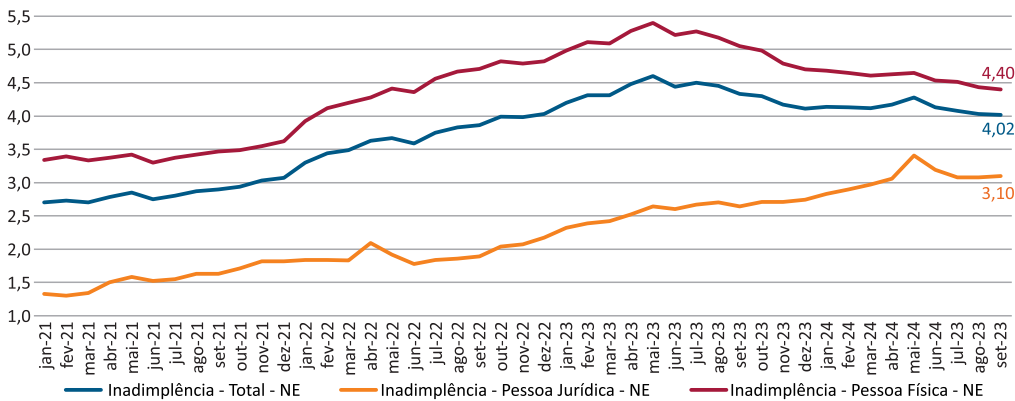
As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, sob o lastro de recursos livres e direcionados, encerraram o mês de setembro de 2024 com taxa média de juros de 27,60% a.a., conforme informações publicadas pelo Banco Central. Nos últimos 12 meses, a taxa de juros média já recua 2,60 pontos percentuais. Contudo, a recente mudança da condução da política monetária, via aumento Taxa Selic Meta, provocou impacto na trajetória de curto prazo dos juros, uma vez que reduziu a intensidade de recuo juros.

O spread bancário, que representa a diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, sendo, em grande medida, a margem de rentabilidade dos bancos, registrou 18,37 % no último mês de setembro de 2024, e da mesma forma que os juros totais, apresentou recuo nos últimos doze meses (-2,54 pontos percentuais). Entre os segmentos, o spread da pessoa jurídica (7,65%) continua mais baixo que o spread da pessoa física (23,52%), fundamentalmente pela menor inadimplência, maior respaldo das operações bancárias com garantias reais, entre outros fatores econômico-financeiros.

A taxa de inadimplência das operações de crédito, correspondente aos atrasos superiores a noventa dias, situou-se no Brasil em 3,24% no mês de setembro de 2024 (-0,20% nos últimos 12 meses), alcançando 3,78% no crédito às famílias (-0,15 p.p. nos últimos 12 meses) e 2,38% no crédito às empresas (-0,31% nos últimos 12 meses).

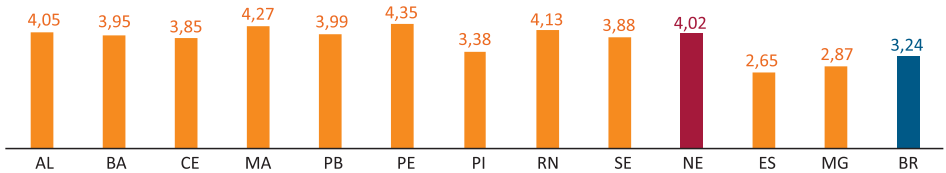
O Nordeste deve seguir o curso do mercado de crédito no País, que combinado com a melhora do mercado de trabalho e da renda, a Região deve continuar a dinâmica de redução do nível de inadimplência.

Gráfico 6 – Inadimplência – Nordeste - Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2021 a Setembro de 2024



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

Gráfico 7 – Inadimplência – Nacional, Regional e Estados da Área de Atuação do BNB – % – Setembro de 2024



Fonte: Banco Central (2024). Elaboração: BNB/Etene (2024).

11 Índices de Preços

É sempre bom dar o devido destaque para o fenômeno da inflação, no sentido de que provoca perdas irreversíveis nas rendas das classes trabalhadores, as mais vulneráveis a esse poder de corrosão. Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, 2022, com os dados de dezembro de 2021, deixam isso claro. Dos trabalhadores cadastrados, na Região Nordeste, 63,4% ganham até dois salários mínimos. Este percentual cai para 51,2% no País como um todo. A ampliação do limite para três salários mínimos, apresenta que 75,4% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite, índice que cai para 68,5% no Brasil. Fica claro, que os trabalhadores na base da pirâmide social são os que mais sofrem quando os índices inflacionários crescem, ver Tabela 1. Vale a pena acompanhar a evolução dos itens: alimentação no domicílio, gás butano, energia residencial e ônibus municipal, que afetam diretamente as classes menos abastadas.

Tabela 1 – Percentual de vínculos empregatícios, por faixa de remuneração – RAIS 2021

Número de Vínculos Empregatícios por Faixa de Remuneração Dezembro de 2021				
Regiões/Brasil	Até 1 SM	1 SM < x < 2 SM	2 SM < x < 3 SM	Até 3 SM
Norte	9,0	46,3	14,9	70,1
Nordeste	12,7	50,7	12,0	75,4
Sudeste	5,6	42,3	18,2	66,1
Sul	5,3	41,6	22,1	68,9
Centro-Oeste	7,0	42,5	16,1	65,6
Brasil	7,2	44,0	17,4	68,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da RAIS 2022, Ministério do Trabalho e Emprego (até 23 de janeiro de 2024, não foram divulgados os dados para 2022).
Nota: SM – Salário mínimo.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Comentários Iniciais:

O centro da meta do IPCA, para 2024, é 3,00%, com o teto de 4,5%. Entre 2020 e 2022, o índice nordestino sempre ficou acima da média nacional. Em 2023, a situação inverteu-se, o índice da Região representa 84,8% do índice nacional (Nordeste – 3,92% e Brasil – 4,62%), ver Tabela 2.

Tabela 2 – IPCA Brasil e Nordeste e Teto da Meta

ANO	IPCA NORDESTE	IPCA BRASIL	Teto da Meta
2020	5,08	4,52	5,50
2021	10,53	10,06	5,25
2022	5,99	5,78	5,00
2023	3,92	4,62	4,75
2024¹	3,83	4,42	4,75

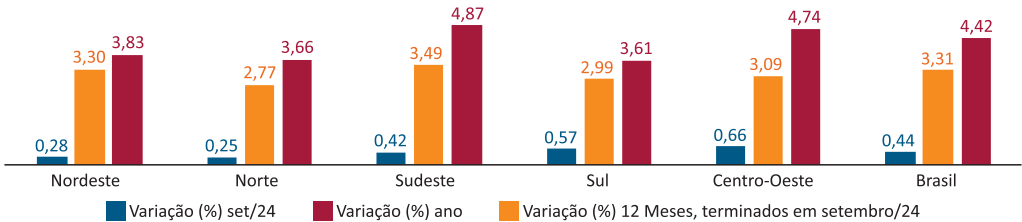
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2023). 1. Até setembro, IPCA em doze meses.

O IPCA nacional ficou abaixo da meta em 2020 (4,52% para 5,50%) e 2023 (4,62% para 4,75%). Superou o teto em 2021 (10,06% para 5,25%) e 2022 (5,78% para 5,00%). Comparando o teto da meta com o IPCA nordestino, vê-se que o índice regional superou a meta em 2021 e 2022. Até setembro de 2024, o índice nacional para doze meses, está abaixo da meta (+4,42%). Na Região Nordeste (3,83%), aconteceu o mesmo.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de setembro, na Região Nordeste, teve aumento de +0,28%, 0,36 pontos percentuais (p.p.) abaixo da taxa de -0,08% registrada em agosto. No ano, o IPCA nordestino acumula alta de +3,30% e, nos últimos 12 meses, de +3,83%, acima dos +3,62% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2023, a variação havia sido de +0,11%. O IPCA da Região Nordeste (+0,28%) ficou abaixo do índice nacional (+0,44%). O índice regional só

ficou acima da Região Norte (+0,25%). No ano (+3,30%), ele ocupa a penúltima posição entre as regiões, e em 12 meses terminados em setembro, a terceira colocação (+3,83%). Cabe salientar que o IPCA nordestino está abaixo do índice nacional em qualquer métrica, ver Gráfico 1.

Gráfico 1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – Setembro, ano e em doze meses, terminados em setembro de 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

Os dados para o Brasil mostram que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de setembro teve alta de 0,44%, 0,46 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de -0,02% registrada em agosto. No ano, o IPCA acumula alta de 3,31% e, nos últimos 12 meses, de 4,42%, acima dos 4,24% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2023, a variação havia sido de 0,26%. O resultado de setembro foi influenciado principalmente pelos aumentos em Habitação (1,80%) e Alimentação e bebidas (0,50%), que contribuíram com 0,27 p.p. e 0,11 p.p., respectivamente. Os demais grupos ficaram entre o -0,31% de Despesas pessoais e o 0,46% de Saúde e Cuidados Pessoais.

O IPCA regional no mês – detalhamento das principais variações:

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, quatro tiveram aumentos, com destaque para Habitação (+2,3% e impacto de +0,3 p.p.) e Saúde e cuidados pessoais (+0,6% e impacto de +0,1 p.p.). No sentido inverso, a principal deflação veio de Transportes (-0,6% e impacto de -0,1 p.p.). Os demais grupos ficaram entre +0,3% de Artigos de residência e -0,3% de Despesas pessoais. No Brasil, as variações foram de +0,44% (mês), +3,31% (ano) e +4,42% (doze meses).

Tabela 3 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Setembro de 2024

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste	Brasil
Índice Geral	0,30	0,17	0,28	0,07	0,60	0,28	0,44
Alimentação e Bebidas - p.p.	0,06	-0,03	-0,06	-0,23	0,21	-0,014	0,11
Habitação - p.p.	0,41	0,28	0,34	0,23	0,30	0,326	0,27
Artigos de Residência - p.p.	-0,02	0,01	0,02	-0,02	0,06	0,011	-0,01
Vestuário - p.p.	0,01	-0,04	-0,00	0,05	0,02	-0,003	0,01
Transportes - p.p.	-0,21	-0,19	-0,04	-0,00	-0,11	-0,116	0,03
Saúde e Cuidados Pessoais - p.p.	0,11	0,13	0,06	0,04	0,13	0,096	0,06
Despesas Pessoais - p.p.	-0,05	-0,00	-0,03	-0,00	-0,00	-0,024	-0,03
Educação - p.p.	-0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,004	0,00
Comunicação - p.p.	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,00	-0,003	-0,00

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2023). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Aracaju (+0,07%) tem o menor IPCA do País, seguida por Recife (+0,17%). São Luís (+0,60%), ocupa a quarta posição entre as capitais pesquisadas, seguida por Fortaleza (+0,30%, 11ª posição) e Salvador (+0,28%, 12ª posição). O maior impacto na Região, e em todas as capitais nordestinas pesquisadas, vem do grupo Habitação, onde a maior repercussão foi em Fortaleza (+2,54% e +0,41 p.p.), seguida por Salvador (+2,38%) e São Luís (+2,12%).

O grupo Habitação tem suas maiores variações em aluguel e taxas (+0,5%), gás de botijão (+2,9%) e energia elétrica residencial (+5,7%). Produtos farmacêuticos (+0,6%), planos de saúde (+0,6%) e higiene pessoal (+0,7%), são os destaques em Saúde e cuidados pessoais. No lado negativo, em Transportes, a

principal redução é da gasolina (-3,0%), seguida pelo etanol (-2,5%) e óleo diesel (-1.0%). A gasolina variou entre -1,7% (Aracaju) e -4,1% (Recife).

O IPCA regional no ano – Detalhamento das principais variações:

Tabela 4 – IPCA (%) - Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Até setembro de 2024

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste	Brasil
Índice Geral	3,31	3,05	2,96	3,76	4,82	3,30	3,31
Alimentação e Bebidas - p.p.	0,99	0,78	0,46	0,51	1,01	0,70	0,78
Habitação - p.p.	0,64	0,45	0,29	0,52	1,09	0,50	0,56
Artigos de Residência - p.p.	0,06	-0,06	-0,02	-0,01	0,01	-0,01	0,02
Vestuário - p.p.	0,01	-0,04	-0,01	0,13	0,31	0,02	0,06
Transportes - p.p.	0,01	0,36	0,50	0,93	0,99	0,45	0,43
Saúde e Cuidados Pessoais - p.p.	0,82	1,01	0,95	0,86	0,76	0,91	0,72
Despesas Pessoais - p.p.	0,17	0,16	0,25	0,22	0,33	0,22	0,23
Educação - p.p.	0,52	0,32	0,45	0,49	0,26	0,41	0,40
Comunicação - p.p.	0,09	0,07	0,11	0,11	0,06	0,09	0,10

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

No ano, o IPCA regional já acumula +3,30%, tem o segundo maior índice entre as Regiões e só perde para o Sudeste (+3,49%). São Luís (+4,82%) tem a primeira posição entre as capitais pesquisadas. Aracaju (+3,76%, 3ª posição), seguida por Fortaleza (+3,31%, 6ª posição), Recife (+3,05%, 9ª posição) e Salvador (+2,96%, 12ª posição).

Os principais grupos que geraram impactos, no índice regional, foram Alimentação e bebidas, Habitação, Transportes e Saúde e cuidados pessoais, são responsáveis por 77,6% do IPCA nordestino. Estes grupos são responsáveis por 75.6% do índice nacional.

Os maiores impactos no grupo Alimentação e bebidas, vieram de arroz (+10,6%), café moído (+28,3%), leite e derivados (+6,6%), frutas (+9,6%), lanches (+3,3%) e refeições (+3,1%). Aluguel e taxas (+4,3%), gás de botijão (+7,6%) e energia elétrica residencial (+2,4%), são os destaques em Habitação. Em Transportes, as principais variações são de veículo próprio (+1,5%), Gasolina (+9,3%) e etanol (+11,3%). Cabe destacar as variações no sentido inverso de passagem aérea (-31,3%) e transporte público (-5,3%). No grupo Saúde e cuidados pessoais, os maiores impactos vêm de produtos farmacêuticos (+8,1%), planos de saúde (+6,1%), higiene pessoal (+5,2%) e serviços médicos e dentários (+5,6%).

Em São Luís, maior IPCA do País, os principais responsáveis pelo índice (+4,82%), são os grupos Alimentação e bebidas (+4,0% e impacto de +1,0 p.p.), Habitação (+7,7% e impacto de +1,1 p.p.), Transportes (+5,3% e impacto de +1,0 p.p.) e Saúde e cuidados pessoais (+5,6% e impacto de +0,8 p.p.), que representam 79,8% do total do índice. No grupo Alimentação e bebidas, os principais aumentos, vêm do arroz (+12,3%), pão francês (+9,4%), feijão mulatinho (+8,9%), banana-prata (+11,3%), café moído (+27,3%) e sal e condimentos (+19,4%). Cabe destacar a redução no tomate (-18,6%). Aluguel e taxas (+12,8%), gás de botijão (+8,7%) e energia elétrica residencial (+7,6%), são os principais responsáveis pelo índice do grupo Habitação. Em Transportes, as variações relevantes são do ônibus intermunicipal (+4,1%) e gasolina (+12,8%). A redução em passagem aérea foi relevante (-26,7%). Em Saúde e cuidados pessoais, os maiores impactos são dos produtos farmacêuticos (+7,4%), planos de saúde (+6,0%) e higiene pessoal (+5,8%).

O IPCA regional em doze meses, terminados em setembro – Detalhamento das principais variações:

Em doze meses, terminados em setembro de 2024, o IPCA regional (+3,83%) é menor que a média nacional (+4,42%). O índice regional só está acima do índice das Regiões Sul (+3,61%) e Norte (+3,66%). São Luís (+4,62%) tem o maior índice na Região e ocupa a 3ª posição entre as capitais pesquisadas. Recife

(+2,87%) tem a menor inflação. Os quatro grupos que mais impactaram o índice regional (Alimentação e bebidas, Habitação, Saúde e cuidados pessoais e Educação), representam 76,6% do total da inflação.

As principais variações nos quatro grupos foram: arroz (+23,2%), frutas (+14,7%), banana prata (+18,4%) e café moído (+24,5%). Cabe destacar a redução no tomate (-46,3%); aluguel e taxas (+6,2%), gás de botijão (+8,4%) e energia elétrica residencial (+3,2%); produtos farmacêuticos (+9,1%), planos de saúde (+8,6%), serviços médicos e dentários (+6,2%); média de pré-escola, ensino fundamental e médio (+9,5%), leitura (+6,5%) e cursos diversos (+6,3%).

Tabela 5 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Em doze meses, terminados em setembro de 2024

	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luís		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
IPCA - Grupo Pesquisado		4,42		2,87		3,95		3,75		4,62		3,83		4,42
Alimentação e Bebidas	5,78	1,39	3,45	0,81	3,18	0,71	2,75	0,60	5,01	1,27	3,94	0,92	5,86	1,24
Habitação	6,16	1,00	3,52	0,47	3,86	0,54	4,91	0,61	6,67	0,93	4,60	0,66	4,58	0,69
Artigos de Residência	0,33	0,01	-1,90	-0,08	0,18	0,00	0,64	0,02	-0,82	-0,04	-0,38	-0,02	1,33	0,05
Vestuário	1,64	0,07	0,33	0,01	0,72	0,03	2,06	0,12	4,79	0,32	1,32	0,07	2,18	0,10
Transportes	1,02	0,19	-0,24	-0,05	3,99	0,75	2,09	0,38	3,49	0,65	2,16	0,41	3,22	0,66
Saúde e Cuidados Pessoais	6,56	0,89	6,79	1,03	5,89	0,91	5,99	1,02	5,79	0,78	6,25	0,93	6,14	0,83
Despesas Pessoais	3,93	0,29	3,71	0,31	4,52	0,45	4,21	0,39	5,31	0,43	4,26	0,38	3,67	0,37
Educação	7,83	0,52	5,39	0,32	7,92	0,48	6,99	0,54	5,35	0,26	6,95	0,43	6,91	0,41
Comunicação	1,60	0,06	1,15	0,04	1,95	0,08	2,08	0,09	0,22	0,01	1,51	0,06	1,48	0,07

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).
Nota: variação (%); impacto (p.p. – pontos percentuais).

São Luís (+4,62%) tem o terceiro maior IPCA em doze meses terminados em setembro, e Recife (+2,87%), o menor entre todas as 16 capitais pesquisadas. Na primeira, os principais responsáveis são Alimentação e bebidas (+5,0% e impacto de +1,3 p.p.), Habitação (+6,7% e impacto de 0,9 p.p.), Transportes (+3,5% e impacto de +0,7 p.p.) e Saúde e cuidados pessoais (+5,8% e impacto de 0,8 p.p.). Eles representam 78,8% do IPCA total. Em Recife, os principais grupos são Alimentação e bebidas (+3,5% e impacto de +0,8 p.p.), Habitação (+3,5% e impacto de +0,5 p.p.) e Saúde e cuidados pessoais (+6,8% e impacto de +1,0 p.p.). Eles representam 80,7% do IPCA total.

Alimentação e bebidas, em São Luís, tem os principais aumentos no arroz (+26,4%), açúcar refinado (+10,6%), banana prata (+11,7%), café moído (+22,1%) e sal e condimentos (+18,9%). Cabe destacar a redução no tomate (-21,2%). Aluguel e taxas (+13,1%), energia elétrica residencial (+3,7%) e gás de botijão (+12,2%), são os aumentos relevantes em Habitação. Em Transportes, ônibus intermunicipal (+4,4%), gasolina (+4,2%) e veículo próprio (+4,6%), são os principais responsáveis pelo índice do grupo. Os destaques do grupo Saúde e cuidados pessoais são produtos farmacêuticos (+8,3%), planos de saúde (+8,6%) e higiene pessoal (+4,8%).

Em Recife, o grupo Alimentação e bebidas, tem os principais aumentos no arroz (+25,7%), frutas (+11,6%), manteiga (+8,6%), café moído (+16,4%) e refrigerante e água mineral (+6,7%). A redução no tomate foi -54,6%. Reparos (+4,2%), gás de botijão (+3,6%) e energia elétrica residencial (+6,2%) são os crescimentos relevantes em Habitação. Em Saúde e cuidados pessoais, os principais crescimentos são de produtos farmacêuticos (+8,3%), higiene pessoal (+4,8%) e planos de saúde (+8,6%).

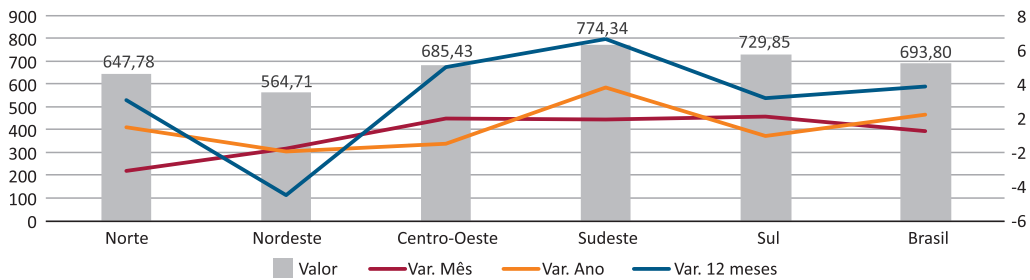
12 Cesta Básica

A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese em 17 capitais, conforme o Decreto-Lei 399/38, ainda em vigor. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos. De acordo com os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, 2023, com os dados de 2022, dos trabalhadores cadastrados na Região Nordeste, 60,7% ganham até dois salários-mínimos. A ampliação do limite para três salários-mínimos, apresenta que 73,2% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite. Grande parte do orçamento desse extrato da população, é destinado a alimentação e despesas de subsistência. Vê-se, então, a importância do acompanhamento dos gastos com alimentos básicos.

A Região Norte é representada apenas por Belém. Isso causa alguma distorção na análise entre as Regiões, já que as outras são melhor representadas. A Região Nordeste, tem seis capitais na pesquisa do Dieese (67,0%), Centro-Oeste (75,0%), Sul e Sudeste têm todas as capitais na pesquisa.

A Cesta Básica do Nordeste é a de menor valor. Ela e a da Região Norte, não têm o item batata. Valem em setembro de 2024, R\$ 564,71 e R\$ 647,78, respectivamente. Mesmo incluindo a batata, que valia R\$ 30,02 (Brasil), continuariam ainda com os menores preços, R\$ 594,73 e R\$ 677,80, nessa ordem. A cesta de Fortaleza é a de maior valor (R\$ 615,91), acima da média em 9,1%, e 21,7%, que a menor (Aracaju).

Gráfico 1 – Cesta Básica Valor e variação (%) – Brasil e Regiões – Setembro, ano e doze meses – 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024).

Em setembro, seis capitais tiveram reduções em suas cestas. Natal (-0,30%), Salvador (-1,27%), Aracaju (-1,98%) e Fortaleza (-2,31%), no Nordeste, mais Belo Horizonte (-0,58%) e Belém (-2,58%). Na Região, apenas Recife (+0,41%) e João Pessoa (+0,63%) tiveram aumentos em suas cestas. Entre as Regiões, o Nordeste (-1,19%) tem a segunda menor variação, o Norte tem a menor, -2,58%. As outras variações são Sudeste (+0,90%), Centro-Oeste (+0,96%), Sul (+1,12%) e Brasil (+0,13%).

Tabela 1 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Valor e variação no mês, ano e doze meses terminados em setembro de 2024

Capitais/Região	Valor (R\$ 1,00)	% - Mês	% - Ano	% - 12 meses
FORTALEZA	615,91	-2,3	-2,3	-3,8
ARACAJU	506,19	-2,0	-2,1	-4,9
JOÃO PESSOA	552,35	0,6	1,9	-1,8
NATAL	554,00	-0,3	-0,4	-7,5
RECIFE	535,32	0,4	-0,5	-6,1
SALVADOR	553,61	-1,3	-1,3	-3,0
NORDESTE	564,71	-1,1	-1,3	-4,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024).

A variação negativa na cesta nordestina se explica pelas reduções no tomate (-16,0% e impacto de -1,2 p.p.) e na banana (-5,3% e impacto de -0,6 p.p.), que representam 161,1% da variação no mês. No sentido inverso, as principais variações são da carne (+2,0%) e do leite (+2,7%). O tomate variou entre -5,0% (João Pessoa) e -21,8% (Fortaleza). O feijão variou entre -0,9% (Natal) e -8,2% (Salvador).

Tabela 2 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Setembro de 2024

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	-1,98	-2,31	0,63	-0,30	0,41	-1,26	-1,10	0,13
Carne - p.p.	-0,59	0,65	0,90	0,24	0,49	0,71	0,55	-0,24
Leite - p.p.	0,21	-0,03	0,17	0,19	0,51	0,17	0,17	0,42
Feijão - p.p.	-0,09	-0,05	-0,01	-0,16	0,30	-0,11	-0,01	-0,22
Arroz - p.p.	-0,13	0,03	-0,02	-0,08	-0,06	-0,05	-0,03	0,06
Farinha - p.p.	0,02	-0,12	-0,20	-0,02	0,09	0,00	-0,04	-0,02
Tomate - p.p.	-0,77	-1,78	-0,34	-0,68	-0,91	-1,13	-1,18	-0,29
Pão - p.p.	-0,10	-0,07	0,24	-0,10	0,03	0,03	0,00	0,00
Café - p.p.	0,12	0,01	0,13	0,17	0,06	0,19	0,10	0,09
Banana - p.p.	-0,48	-0,72	-0,26	-0,10	-0,14	-1,02	-0,60	-0,38
Açúcar - p.p.	-0,03	-0,04	0,01	-0,03	-0,04	-0,04	-0,03	-0,02
Óleo - p.p.	0,00	0,00	0,05	-0,01	0,02	0,01	0,01	0,00
Manteiga - p.p.	-0,13	-0,19	-0,05	0,28	0,06	-0,02	-0,04	0,06

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Nas capitais nordestinas pesquisadas, as menores variações são de Fortaleza (-2,31%) e Aracaju (-1,98%). Das variações negativas mais relevantes, três são comuns às duas capitais: tomate, banana e manteiga. Elas representam 116,2% no índice de Fortaleza, e 70,0% em Aracaju. Na primeira, as variações são: tomate (-21,8% e impacto de -1,8 p.p.), banana (-6,3% e impacto de -0,7 p.p.) e manteiga (-1,7% e impacto de -0,2 p.p.). Em Aracaju: tomate (-10,8% e impacto de -0,8 p.p.), banana (-4,1% e impacto de -0,5 p.p.) e manteiga (-1,9% e impacto de -0,1 p.p.). Nesta última, deve-se associar a variação da carne (-1,8% e impacto de -0,6 p.p.).

A Cesta Básica nordestina no ano – detalhamento das principais variações:

No ano, três Regiões estão com reduções em suas cestas: Nordeste (-1,27%), Centro-Oeste (-0,76%) e o Sul (-0,24%). Os aumentos nas outras Regiões são: Norte (+0,36%) e Sudeste (+3,07%). A média nacional ficou em +1,25%. À exceção de João Pessoa (+1,85%), todas as capitais pesquisadas no Nordeste estão com reduções em suas cestas. A variação nordestina (-1,27%) contrasta com o Brasil (+1,25%). Conflita, também, com a variação do grupo Alimentação e bebidas (+3,00%) ou do subgrupo Alimentação no domicílio (+2,89%) do IPCA nordestino.

A queda na Região Nordeste, advém das reduções no tomate (-41,0%), farinha (-10,3%), feijão (-4,7%). No sentido inverso, vê-se os aumentos no café (+40,7%), banana (+20,3%), arroz (+16,7%) e leite (+7,8%). O tomate variou entre -28,4% (João Pessoa) e -45,9% (Salvador). A banana entre +13,7% (Aracaju) e +29,1% (Salvador).

Tabela 3 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Até setembro de 2024

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	-2,13	-2,29	1,86	-0,37	-0,51	-1,28	-1,27	1,25
Carne - p.p.	-0,88	0,90	-0,13	-0,42	-0,40	0,19	0,18	0,45
Leite - p.p.	0,87	0,37	0,41	0,60	0,50	0,56	0,50	0,74
Feijão - p.p.	-0,25	-0,19	0,12	-0,45	-0,11	-0,57	-0,27	-0,13
Arroz - p.p.	0,52	0,53	0,69	0,91	0,75	0,99	0,75	0,44
Farinha - p.p.	-0,16	-0,46	-0,21	-0,38	-0,24	-0,40	-0,35	-0,09
Tomate - p.p.	-4,25	-6,32	-3,48	-4,26	-4,36	-7,73	-5,54	-3,57
Pão - p.p.	-0,59	0,26	-0,09	-0,09	0,08	0,08	0,03	0,33
Café - p.p.	0,89	0,67	0,75	0,91	0,80	0,59	0,77	0,83

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Banana - p.p.	1,57	1,50	2,31	2,01	1,58	4,01	2,10	1,37
Açúcar - p.p.	0,19	0,05	0,20	0,25	0,24	-0,11	0,09	-0,04
Óleo - p.p.	0,09	0,02	0,15	0,12	0,08	-0,08	0,05	0,05
Manteiga - p.p.	-0,13	0,38	1,13	0,44	0,56	-0,20	0,41	0,27

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Duas capitais superam o índice regional, Fortaleza (-2,29%) e Aracaju (-2,13%). Feijão, tomate e farinha, são as principais variações nas duas capitais. Na primeira, elas representam 283,8%, e 210,7% em Aracaju. Em Fortaleza, as variações e impactos são: feijão (-3,8% e impacto de -0,2 p.p.), tomate (-43,3% e impacto de 6,3 p.p.) e farinha

(-16,2% e impacto de -0,5 p.p.). No sentido inverso, cabe destacar as variações do leite (+6,3%), café (+37,4%) e banana (+14,7%). Em Aracaju: feijão (-4,3% e impacto de -0,3 p.p.), tomate (-34,0 e impacto de 4,3 p.p.) e farinha (-4,2% e impacto de -0,2 p.p.). A carne também teve um impacto relevante (-3,0% e impacto de -0,9 p.p.). As principais variações positivas são do café (+43,5%), leite (+14,1%) e banana (+13,7%).

A Cesta Básica nordestina em doze meses, terminados em setembro – detalhamento das principais variações:

Em doze meses, terminados em setembro de 2024, a Região Nordeste é única com variação negativa (-4,27%). A maior variação é do Sudeste (+6,37%), seguido pelo Centro-Oeste (+4,45%), Sul (+2,34%), Norte (+2,25%) e Brasil (+3,16%). A variação da cesta nordestina é inversa ao que ocorre com o IPCA da Região (+3,83%). O subgrupo Alimentação no domicílio é +3,8%. No entanto, utilizando apenas os produtos da Cesta Básica, dentro do IPCA, e ponderando pelos pesos da cesta nordestina, a variação é -2,58%, menor que a variação da cesta, mas no mesmo sentido. As principais reduções são do tomate (-55,0%), feijão (-4,1%) e farinha (-1,5%). No sentido inverso, cabe destacar os aumentos nos preços do arroz (+28,6%), café (+40,0%), e a banana (+20,5%). A banana variou entre +10,6% (Fortaleza) e +38,5% (Salvador). O tomate variou entre -51,8% (Fortaleza) e -61,8% (Natal).

Tabela 4 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Em doze meses, terminados em setembro de 2024

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	-4,91	-3,83	-1,82	-7,51	-6,11	-3,05	-4,27	3,16
Carne - p.p.	-1,53	1,25	1,00	-1,12	-0,06	0,41	0,42	1,16
Leite - p.p.	0,35	0,34	0,07	0,03	0,03	0,16	0,19	0,31
Feijão - p.p.	-0,23	-0,20	-0,22	-0,72	-0,41	-0,60	-0,38	-0,05
Arroz - p.p.	1,38	0,91	0,95	1,16	1,17	1,17	1,09	0,68
Farinha - p.p.	-0,36	-0,63	-0,47	-0,62	-0,63	-0,76	-0,62	-0,26
Tomate - p.p.	-6,78	-7,78	-6,64	-7,53	-7,73	-7,73	-7,59	-4,45
Pão - p.p.	-1,04	0,30	0,30	-0,31	0,00	0,08	0,01	0,25
Café - p.p.	0,74	0,57	0,48	0,68	0,51	0,59	0,59	0,65
Banana - p.p.	2,94	0,97	1,80	1,18	0,96	4,01	1,93	1,75
Açúcar - p.p.	0,02	-0,03	0,05	0,04	0,06	-0,11	-0,01	-0,07
Óleo - p.p.	-0,10	-0,03	-0,07	-0,11	-0,13	-0,08	-0,06	-0,06
Manteiga - p.p.	-0,32	0,48	0,93	-0,18	0,11	-0,20	0,16	0,18

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese (2024). Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Natal (-7,51%), Recife (-6,11%) e Aracaju (-4,91%) são as capitais nordestinas que estão com variação acima do índice regional. A razão principal das reduções, se encontram no tomate e feijão (Natal e Recife) e carne (Natal e Aracaju). Em Natal, as variações são: tomate (-61,8% e impacto de -7,5 p.p.), carne

(-3,4% e impacto de -1,1 p.p.) e feijão (-8,3% e impacto de -0,7 p.p.). No sentido inverso, são relevantes os aumentos no arroz (+30,6% e impacto de +1,2 p.p.) e na banana (+45,8% e impacto de +1,2 p.p.). As variações em Aracaju são: carne (-4,4% e impacto de +1,1 p.p.), tomate (-53,3% e impacto de +1,7 p.p.) e pão (-6,2% e impacto de +4,1 p.p.). O arroz (+35,8%), o café (+48,5%) e a banana (+29,1%), sofreram crescimentos relevantes, que contrabalançaram em parte as variações negativas. As principais reduções em Recife são feijão: (-3,6% e impacto de -0,4 p.p.), farinha (-12,3% e impacto de -0,6 p.p.) e do tomate (-59,0% e impacto de -7,7%). No sentido inverso, as variações relevantes são da banana (+12,2%), arroz (+27,4%) e café (+35,0%).